

REVISTA GÊNERO NA AMAZÔNIA

Belém, n. 1, janeiro/junho, 2012



Constituinte a Rede de Estudos
de Gênero no Amazonas

GEPEM-Grupo de Estudos e Pesquisas “Eneida de Moraes” sobre Mulher e Relações de Gênero

Coordenação

Maria Luzia Miranda Álvares (UFPA)

Vice-Coordenação

Eunice Ferreira dos Santos (UFPA)

Conselho Científico

Adelma Pimentel (UFPA); Alda Britto da Motta (UFBA); Ana Alice Alcântara Costa (UFBA); Benedita Celeste de Moraes Pinto (UFPA); Cecília Sardenberg (UFBA); Celecina de Maria Sales (UFC); Cristina Donza Cancela (UFPA); Denise Machado Cardoso (UFPA); Eunice Ferreira dos Santos (UFPA); Gema Galgani Esmeraldo(UFC); Glória de Lourdes Rabay (UFPB); Jussara Reis Prá (UFRGS); Iraildes Caldas Torres (UFAM); Luanna Tomaz de Souza (UFPA); Margarete Edul Lopes (UFAC); Maria Ângela D’Incao (UNESP); Maria Angelica Motta-Maués (UFPA); Maria Cristina Alves Maneschy (UFPA); Maria de Nazaré dos Santos Sarges (UFPA); Maria Luzia Miranda Álvares (UFPA); Scarleth Yone O’hara Arana (UFPA); Telma Amaral Gonçalves (UFPA).

REVISTA GÊNERO NA AMAZÔNIA

Belém, n. 1, janeiro/junho, 2012

Editoras

Maria Luzia Miranda Álvares é Professora Associada 3 (IFCG/UFPA). Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará, Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento/NAEA e Doutorado em Ciência Política/IUPERJ. Experiência na área de Ciência Política, com ênfase em estudos eleitorais e partidos políticos, participação política das mulheres e relações de gênero. Jornalista de “OLiberal”/PA. Coordenadora do GEPEM/UFPA.

Eunice Ferreira dos Santos é Professora da Universidade Federal do Pará(UFPA). Graduada em Letras, Mestra em Teoria Literária, Doutora em Letras (UFMG), Vice-Coordenadora do GEPEM. Coordenadora do GT-Gênero, Arte/Literatura e Educação/ GEPEM, desenvolvendo pesquisa sobre a autoria feminina na história literária do Pará.

Copyright ©-2012-Gepem. Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei 9610/ 19.02.1998.

Staff Editorial

Edição: Maria Luzia Miranda Álvares.
Eunice Ferreira dos Santos.

Web Designer: Leandro Machado de Sousa.

Formatação Eletrônica: Maria Auxiliadora Prado.

Copidesque: Eunice Santos (português).
Izabel Maria Silva (inglês).
Antônio Maldonado (espanhol).

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP) **(Biblioteca de Pós-Graduação do IFCH/UFPA, Belém-PA)**

Gênero na Amazônia / Universidade Federal do Pará/
GEPEM. - n. 1 (jun. 2012). - Belém: GEPEM, 2012.

ISSN 2238-8184

1. Mulheres - Amazônia - Condições sociais - Periódicos.

CDD - 22. ed. 305.4209811

GEPEM

Cidade Universitária José da Silveira Neto (UFPA/IFCH - Altos).

Av. Augusto Corrêa, n.1 - Guamá - Belém/PA- 66075-110

Fone: (91)3201-8215.

E-mails: secretariagepem@ufpa.br; luziamiranda@gmail.com;
efsantos47@gmail.com

Sites: www.ufpa.br/projetogepem; www.jornaliaras.ufpa.br;
www.generonaamazonia.ufpa.br

Sumário

INTRODUÇÃO, 7

Maria Luzia Miranda Álvares

Bolsa Família e Renda para Viver Melhor: reflexões a partir da teoria feminista, 15

The Family Allowance and Income to Live Better Programs: reflections from the feminist theory

Maria Antônia Cardoso Nascimento

Família, Profissão e Afeto: apontamentos para estudos de gênero, 41

Family, Profession and Affection: notes for gender studies

Evanildo Moraes Estumano

Trabalho e Família na Percepção de Mulheres Provedoras, 61

Work-Family Linkages: perceptions of women who are providers

Lana Claudia Macedo da Silva

As Flores que Falam sobre Sexualidade e Afetividade, 85

Flowers that Talk about Sexuality and Affection

Jennefer Portela de Sales

Gerações em Conflito: relações de gênero e de raça em *O morro dos ventos uivantes*, 111

Generations in Conflict: gender and race relationships in *wuthering heights*

Daise Lilian Fonseca Dias

O *Quinze*, de Raquel de Queiroz: aspectos autobiográficos y de gênero, 133

O Quinze, de Raquel de Queiroz: aspectos autobiográficos e de gênero

Lilian Adriane dos Santos Ribeiro

Descobrimo as Mulheres Indígenas no Uaçá - Oiapoque: uma Antropóloga e seu diário de campo, 163

Discovering Indigenous Women in Uaçá - Oiapoque: an anthropologist and her field journal

Eneida Corrêa de Assis

As Vicissitudes da Noção de Gênero: por uma concepção estética e antiessencialista, 181

The Vicissitudes of a Concept: in search of an aesthetic and antiessentialist concept of gender

Maria Lúcia Chaves Lima

Ricardo Pimentel Mélo

Entrevista: breves registros da vida acadêmica, 207

Maria Angelica Motta-Maués

NORMAS DE PUBLICAÇÃO, 215

Introdução

Maria Luzia Miranda Álvares

Os primeiros diálogos a respeito da criação de um grupo de estudos sobre a questão da mulher na UFPA ocorreram no início dos anos oitenta entre as professoras Edna Maria Ramos de Castro, Rosa Acevedo Marin e sua então orientanda Maria Luzia Álvares. Nas conversas, foram surgindo evidências de estudos que tangenciavam a temática em questão sem, necessariamente, se ater em uma problemática objetivamente centrada nas várias situações que já se salientavam em uma produção livresca do sul e do sudeste circulando escassamente nas livrarias da cidade de Belém.

O I Encontro de Pesquisadoras/es sobre a Mulher e Relações de Gênero do Norte e Nordeste, promovido pelo NEIM/UFBA, em 1992, favoreceu a criação da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas Sobre Mulher e Gênero (REDOR N/NE) e estimulou a formação de grupos de pesquisas nas universidades dessas duas regiões. Com isso, o processo constitutivo de um grupo nascente, ao congregar pesquisadoras da UFPA e de universidades particulares e estaduais do Pará, fortaleceu-se num marco de efeitos colaterais sobre o enfoque da história das mulheres. Entre os anos 1992 e 1994, vislumbram-se indícios de que, no ambiente amazônico, essa temática estava se tornando um ponto de convergência, um centro de debates, na rede teórica das Ciências Sociais.

Na manhã do dia 26 de agosto de 1994, no auditório do então Centro de Filosofia e Ciências Humanas/UFPA, reuniram-se pesquisadoras e docentes de várias áreas de conhecimento, convocadas uma semana antes, para criar o **Grupo de Estudos e Pesquisas “Eneida de Moraes” sobre Mulher e Relações de Gênero – GEPEN**. E no dia 27, essas associadas encontraram-se na Praça

Eneida de Moraes registrando formalmente a relação com a patrona do grupo.

No **I Encontro Amazônico sobre Mulher e Relações de Gênero**, em novembro/1994, o GEPEM congregou estudiosos/as da Região Norte. Daí em diante, as atividades sobre a temática foram estimuladas nos cursos de graduação, pós-graduação, projetos de pesquisas e trabalhos de classe, presença nos eventos dos movimentos de mulheres paraenses, apresentação de trabalhos nos encontros locais, regionais e nacionais.

De 1998 a 2008, uma parte das associadas investiu na qualificação acadêmica, uma necessidade que se impôs pela nova dinâmica do avanço da pós-graduação nas universidades. A maioria das “meninas do GEPEM” se doutorou em diversos centros internacionais, nacionais e locais.

O processo de construção de saberes num espaço onde o conhecimento científico tem um padrão tradicional apresenta dificuldades para a inserção de novos enredos. Para as rupturas ao status quo, houve a presença constante das pesquisadoras da área de gênero em atividades múltiplas e a evidência do formato da transversalidade entre as grandes teorias e os enfoques contemporâneos que expunham diferenciais nos marcadores sociais, quando se processavam com a perspectiva de gênero.

Esses estudos ajudaram a problematizar a noção de sujeito universal e mostraram o caráter hierárquico e assimétrico subjacente à construção de feminilidades e masculinidades. As marcas sociais introduzidas nas matérias evidenciaram a multiplicidade de práticas e representações de mulheres e homens, pautados em diferenças: étnicas, raciais, status, geração, sexualidade e orientação religiosa, alguns dos principais marcadores.

Nesses anos de presença no âmbito acadêmico e na sociedade civil, o GEPEM construiu uma rede de estudos de gênero na Amazônia, contribuindo para o crescimento da produção de

saberes, práticas e linguagens. E tem mantido, desde 1994, um fluxo permanente de ações cooperando com a agenda política dos movimentos sociais, do ensino da graduação e pós-graduação na UFPA. Além disso, também tem preservado o compromisso com a luta pelos direitos das mulheres, haja vista que estes são humanos.

Neste sentido, a criação da **Revista Gênero na Amazônia** sela a mais ampla iniciativa para contribuir no processo inicial objetivado para o debate científico no campo das Ciências Humanas e Sociais. E desse modo, espera romper com as dificuldades regionais em torno da área editorial, procurando divulgar estudos interdisciplinares sobre mulheres e gênero publicando parte da produção elaborada a partir das atividades desta histórica caminhada. Firma também o compromisso de manter a interlocução com as autoras e autores das demais regiões que tratam do tema, socializando os saberes e práticas das mulheres desses espaços, fomentando mais esta estratégia de disseminação de estudos em suas diferentes manifestações e enfoques teórico-metodológicos, numa perspectiva inter e multidisciplinar. E se propõe a publicar artigos, traduções, ensaios, resenhas, entrevistas, dossiês temáticos inéditos e outras manifestações intelectuais de autores/as brasileiros/as ou estrangeiros alcançando a finalidade de uma revista acadêmica.

Este primeiro número da **Revista Gênero na Amazônia** apresenta oito artigos em diferentes assuntos.

Tratando de políticas públicas e gênero, Maria Antonia Cardoso Nascimento expõe alguns resultados da pesquisa **Desigualdades Sociais e Programas de Transferência de Renda Mínima na Amazônia: a experiência do Pará e do Amapá**, analisando a alteração das identidades de gênero e raça/etnia, devido o ganho de recursos financeiros pela política de transferência de renda federal e estadual. Centrou no programa federal Bolsa Família e no estadual Renda para Viver Melhor, do governo do Amapá. A hipótese que tem sido extraída nos vários estudos em que a autora se baseou é

da “*presença de uma nova morfologia do liberalismo, que retoma a atuação do Estado no social e reduz o espaço do mercado nos processos políticos, em contraposição ao posicionamento assumido na década de 1990*”. Na primeira parte do texto, Maria Antonia trata da *Teoria Feminista e Políticas Públicas de Gênero* considerando pontos focais refletindo as discussões mundiais sobre relações desiguais entre homens e mulheres, e as contribuições da teoria feminista marxista quanto às explicações sobre a desigualdade social. O outro eixo de análise do texto refere *as Percepções de Beneficiários e Executores do Bolsa Família e do Renda para Viver Melhor*, no qual são analisados os resultados da pesquisa. Finaliza ratificando as “*implicações sociais decorrentes da persistência do tratamento desigual atribuído para homens e mulheres pauperizados*”.

Dois textos elaboram uma revisão da literatura centrada na teoria de gênero: **Família, Profissão e Afeto: apontamentos para estudos de gênero**, de Evanildo Moraes Estumano, e **As Vicissitudes da Noção de Gênero: por uma concepção estética e antiessencialista**, de Maria Lúcia Chaves Lima e Ricardo Pimentel Mélo. O primeiro artigo avalia as relações familiares e de trabalho profissional contextualizando o magistério exercido por mulheres, procurando verificar qual o melhor tratamento da categoria afeto nos estudos de gênero. Propõe para isso a “janela” da antropologia da emoção “*para o entendimento das percepções em torno das relações entre homens e mulheres?*”. A argumentação se estende de um ponto geral e mais abstrato a outro restrito e mais concreto, intentando “*caminhar entre o contextual e a generalização dos conceitos e das relações estabelecidas entre os mesmos no cotidiano*”.

O enfoque de Maria Lúcia Chaves Lima e Ricardo Pimentel Mélo, ao percorrerem algumas produções bibliográficas, problematiza a noção de gênero ainda circulante na atualidade nas Ciências Humanas e Sociais, tematizada pela teoria feminista desde os primórdios do debate sobre o atrelamento da concepção numa perspectiva identitária e binária. Chegam à compreensão

das relações de gênero como relação de poder fluída, decorrendo variadas maneiras de relacionamento em práticas sociais. Dizem que nessa compreensão, “*a noção de gênero se configura como uma forma de resistência ao negar a substância de verdade de qualquer que seja a estética de existência*”.

Em **Trabalho e Família na Percepção de Mulheres Provedoras**, Lana Claudia Macedo da Silva, avaliando as transformações mundiais das últimas décadas do século XX, observa que essas mudanças atingiram a vida das mulheres em vários aspectos: no mercado de trabalho, na busca por melhor nível de escolaridade, na redução da taxa de fecundidade. Contudo, motivaram a expansão dos domicílios chefiados por elas. Mas isso não é de hoje, diz a autora validando essa assertiva, ao circular por uma literatura que enfatiza as diferentes épocas históricas demonstrativas dos avanços sociais femininos. Presentemente, há maior visibilidade social dessa situação. Com isso, Lana Claudia investiu em pesquisa entre mulheres da Região Metropolitana de Belém, analisando a relação entre as categorias trabalho e família na percepção de mulheres provedoras – categoria que se ampliou no Brasil, segundo as pesquisas do IBGE.

Jennefer Portela de Sales contribui nesta revista com o tema da sexualidade feminina de jovens entre 14 e 21 anos, a partir da análise de resultados de uma pesquisa realizada na sede do Município de Chaves (Arquipélago do Marajó, Estado do Pará-Brasil), centrando seu estudo de caso entre estudantes de uma escola pública dessa cidade, em 2011. O artigo **As Flores que Falam sobre Sexualidade e Afetividade** analisou o modo como “*ocorre/ocorria a relação da juventude feminina Chaviense com a sexualidade e qual seu pensamento a respeito da virgindade*”. A representação do ato sexual, os meandros do acontecimento desse ato e a compreensão sobre a forma de participação da família e da escola no processo de orientação sexual são eixos desse estudo. Numa sociedade na qual,

possivelmente, algumas mudanças sociais ainda não atingiram sua fase de transformação, esse é um tema candente para a observação da autora e traz contribuições para próximos estudos.

Um dos significativos meios de divulgação crítica sobre a situação da mulher são os estudos feministas como uma abordagem de análise literária nos romances. Aliás, o ressignificar do formato da representação das imagens femininas nesses romances e na própria História das Ciências, numa perspectiva acronológica, deu chance para um novo olhar sobre a produção das mulheres escritoras que não “eram vistas” pelos críticos da época. Diz Lúcia Leiro (<http://mulhereliteratura.blogspot.com.br>) em torno desse assunto: “*Sendo a crítica formada por homens que eram educados para considerar o engenho como atividade masculina, era previsível que eles rejeitassem as produções das mulheres. E se as mulheres não escreviam críticas, como as escritoras poderiam ser lidas e respeitadas? A saída de algumas mulheres foi escrever dentro de um modelo masculino e analisadas a partir de abordagens masculinas. Assim, algumas poucas conseguiram fazer parte das Histórias da Literatura Brasileira. Rachel de Queiroz foi uma delas*”. Nesse tom, Lilian Adriane dos Santos Ribeiro no texto **O Quinze, de Raquel de Queiroz: aspectos autobiográficos y de género** mostra os liames desses aspectos em “O Quinze” (1930), que determinam “*a própria condição feminina, por meio da ficção romanesca e das ações da protagonista da trama*”. Utiliza a análise do conteúdo e do discurso para explorar a ambiência sociopolítico-cultural que recebeu a obra.

Numa outra evidência entre gênero e literatura, **Daise Lilian Fonseca Dias** dá uma contribuição significativa a essa nova maneira de “olhar o mundo” no artigo **Gerações em Conflito: relações de gênero e de raça em O Morro dos Ventos Uivantes**. Afirma que há mulheres circulando nesse mundo, produzindo seus romances e se encontrando na ficção. E analisa, “*sob a perspectiva feminista e póscolonial, as relações de gênero e de raça no único romance da escritora inglesa Emily Brontë*”. Considera

que em sua obra, a autora “*subverte tais relações ao propor a ascensão do subalterno estrangeiro, e apresenta uma possibilidade de revisão das relações de gênero, em favor das mulheres*”.

Eneida Corrêa de Assis constrói o artigo **Descobrimo as Mulheres Indígenas no Uaçá - Oiapoque: uma Antropóloga e seu diário de campo** refletindo sobre sua experiência, nos anos 1970, como postulante na função de antropóloga, sobre o mundo feminino indígena que àquele momento ainda era pouco evidente nas discussões dos/as letrados/as impregnados das representações tradicionais sobre a figura feminina associada às funções domésticas. Do “caderno de campo” a uma revisão da literatura sobre o obscurantismo do tema pouco reconhecido no meio acadêmico, o olhar da antropóloga “revisa” a descoberta do mundo feminino no qual começou a se inserir à medida que se relacionava com as mulheres Galibi, Karipuna e Palilikur, aprendendo seus afazeres, ouvindo suas vozes e refletindo sobre a própria condição de mulher.

Este olhar multivariado de imagens agregando estudos na perspectiva de gênero aponta para as maneiras singulares de pesquisadoras/es reverem suas teorias e apreenderem, através de seus dados, a ressignificação das vivências de homens e mulheres que circulam em múltiplas “estradas” desta região e alhures. Ao aplicarem suas metodologias de análise procuram extrair de um mapa mundial de teorias sociopolíticas-antropológicas, da literatura, da educação etc., em seus objetos de estudo, o motivo central desses desenhos.

Por fim, a **Revista Gênero na Amazônia** não pretende ser uma obra fechada de e sobre a situação das relações de gênero na região amazônica, mas espera despertar a atenção da comunidade brasileira para a significativa produção acadêmica que circula no território mundial do qual fazemos parte.

Bolsa Família e Renda para Viver Melhor: reflexões a partir da teoria feminista

The Family Allowance and Income to Live Better Programs:
reflections from the feminist theory

Maria Antônia Cardoso Nascimento

Resumo: o artigo analisa os resultados da pesquisa “Desigualdades Sociais e Programas de Transferência de Renda Mínima: a experiência do Pará e do Amapá”. A pesquisa tem como alvo o Programa Bolsa Família, do Governo Federal, e o Programa Renda para Viver Melhor, do governo do Estado do Amapá.

Palavras-Chave: família, renda, desigualdades.

Abstract: this paper analyzes the results of the research entitled “Social Inequalities and Minimum Income Transfer Programs: The Experiences of the Northern Brazilian States of Pará and Amapá”. The studied income transfer schemes are the Family Allowance Program, which is funded by the federal government, and the Income to Live Better Program, which is funded by the government of the state of Amapá.

Keywords: family, income, inequalities.

Maria Antônia Cardoso Nascimento é Professora da Faculdade e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa Sociedade e Estado na Amazônia.

E-mail: mariaant@ufpa.br

INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta alguns resultados empíricos derivados da pesquisa *Desigualdades Sociais e Programas de Transferência de Renda Mínima na Amazônia: a experiência do Pará e do Amapá*¹. Um dos objetivos da pesquisa

¹ Este projeto conta com recursos do edital MCT/CNPQ/MEC/ CAPES Nº 02/2010-Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas.

² Instituído em 2003, o Programa foi implantado em mais de 5500 municípios e fundiu os Programas Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás e Erradicação do Trabalho Infantil.

³ Bolsa Família, no Brasil; Progressa e Oportunidades, no México; Chile Solidário; Famílias em Acción, na Colômbia, Abono de Desenvolvimento Humano Equatoriano, Equador, Juntos Peru; Ingreso Ciudadano, no Uruguai; Família por La Inclusion Social, na Argentina e Superémonos Costarriquenho, na Costa Rica.

consiste em analisar como as identidades de gênero e raça/etnia se alteram a partir do auferimento do valor monetário propiciado pela política de transferência de renda federal e estadual. Os programas-alvos da pesquisa são o Programa Bolsa Família, de responsabilidade do Governo Federal², e o Programa Renda para Viver Melhor, criado pelo governo do Estado do Amapá.

A hipótese vigente nos estudos sobre a relação entre o Estado e a sociedade na contemporaneidade tem chamado atenção para a existência de uma nova morfologia do liberalismo, que retoma a atuação do Estado no social e reduz o espaço do mercado nos processos políticos, em contraposição ao posicionamento assumido na década de 1990. Uma das expressões desse novo ordenamento é identificada pela

postura dos governos considerados de centro-esquerda, principalmente na América Latina, como os assumidos na última década no Brasil.

Tais governos respondem às diretrizes das instituições internacionais ou agências de cooperação multilaterais, em especial o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BIRD, no sentido de reduzir pela metade a pobreza absoluta até o ano de 2015 (UGÁ, 2006; STEIN, 2008).

Para tanto, tem-se investido na retomada dos Programas de Transferência de Renda Mínima³, cujo

sujeito principal são famílias monoparentais chefiadas por mulheres. Essas famílias são consideradas as mais empobrecidas devido ao que se convencionou chamar de feminização da pobreza⁴, que, no Brasil, segundo o Relatório da Comissão Externa da Feminização da Pobreza do Senado, deve-se

⁴ A expressão data da década de 1970 e surge no bojo das denúncias e reivindicações feministas nos Estados Unidos devido à exacerbação da pobreza, principalmente nas famílias com chefia feminina, sendo incorporada pelo discurso governamental, bem como das agências de fomento. No Brasil, ela ganha visibilidade na década de 1990.

à total ausência do Estado em políticas estruturais que possibilitem a superação da condição de vulnerabilidade social tanto quanto propiciem a construção da autonomia e da emancipação econômica das mulheres, tais como creches e educação infantil, lavanderias comunitárias, profissionalização, políticas de assistência, reforma agrária, cultura, além das já citadas anteriormente, etc. (2004, p. 1).

Os dados disponíveis no *site* do Ministério de Desenvolvimento Social – MDS e o discurso da Presidenta Dilma Van Rouseff, em rede de televisão de cadeia nacional, no dia 8 de março do corrente ano, ratificam que os maiores beneficiários dos Programas que materializam as políticas sociais no país são as famílias chefiadas por mulheres; segundo a Presidenta, o percentual desse alcance corresponde a 96%.

Para efeito deste texto, a pesquisa respaldou-se em dados de uma amostra de 120 entrevistas, realizadas nos Estados do Amapá e do Pará, com mulheres e homens titulares e não titulares dos benefícios, bem como com técnicos gestores e executores dos programas. Assim, a proposta é analisar a configuração familiar das mulheres beneficiárias que têm vida marital, uma vez que no decorrer do trabalho de campo uma situação chamou atenção, tanto por parte dos técnicos que executam os Programas quanto

⁵ As comunidades quilombolas do Amapá variam de 30 a 800 pessoas. A maioria se localiza em um raio de até 100 km de Macapá, mas há variações de 5 a 400 Km de distância da capital. O Curiaú é a comunidade mais conhecida e é considerado um sítio histórico e ecológico. Subdivide-se em duas comunidades, Curiaú de Dentro e Curiaú de Fora, formadas por várias famílias ligadas entre si por laços de sangue e afinidades. Sua principal atividade é a prática de agricultura de subsistência, com destaque para o cultivo da macaxeira e a criação de animais. A vila do Curiaú está localizada a 8 km de Macapá e se lança no Rio Amazonas, localização de fundamental importância histórica. Um decreto de 1992 criou a APA (Área de Proteção Ambiental) do Rio Curiaú, com área geográfica de 23 mil hectares, abrangendo importantes ecossistemas da região, como as florestas e os campos de várzea e cerrado. Até janeiro de 2011, segundo a Associação de Moradores, 700 pessoas habitavam o local.

pelas mulheres interlocutoras da pesquisa: a tensão concernente à situação conjugal da maioria das beneficiárias.

A maioria das entrevistadas e todos os homens residiam na área urbana das cidades de Macapá e Belém, e apenas 30 mulheres em municípios localizados às margens dos rios. Em Macapá, foram entrevistadas 35 mulheres que moravam no quilombo do Curiaú⁵.

A identidade étnico-racial configurou-se pela existência de 35 mulheres autodenominadas negras no quilombo do Curiaú e 20 residentes em Belém e Macapá. As outras 20 e os 5 homens autoidentificaram-se como morena (o), parda (o) e branca (o), embora muitas das mulheres que assim se identificaram apresentem traços que podem ser considerados índio-descendentes. Ademais, 10 técnicos fizeram parte da amostra.

Os entrevistados apresentaram faixa de idade distinta: 60 mulheres, entre 19 e 35 anos; 35, entre 35 e 45; 20 na faixa de 50 anos ou mais. Todos os homens, entre 25 e 30 anos.

As discussões postas nesse texto estão organizadas em duas seções. Na primeira, Teoria Feminista e Políticas Públicas de Gênero, destaca-se uma síntese das questões levantadas pela bibliografia concernente à

temática. A segunda, Percepções de Beneficiários e Executores do Bolsa Família e do Renda para Viver Melhor, apresenta os resultados da pesquisa referente ao recorte proposto para análise neste texto.

A opção pela exposição que subdivide teoria e empiria, longe de

reiterar o pressuposto positivista de separação entre teoria e prática, objetiva possibilitar aos jovens pesquisadores do feminismo o conhecimento de alguns pressupostos debatidos ao longo dos 30 anos desta teoria.

1. Teoria Feminista e Políticas Públicas de Gênero

A complexidade real da desigualdade entre sujeitos sociais na sua diversidade de classe, étnica/racial e de sexo está imbricada a processos de resistência que chamam a atenção de militantes e intelectuais há muito tempo, mas que ganham relevo somente a partir dos anos 1980. Seguindo o processo de conhecimento acerca das relações desiguais entre homens e mulheres em vários países, a produção acadêmica e militante de muitos intelectuais brasileiros (especialmente as feministas) com ideias e práticas convergentes e divergentes tem permitido avanços no campo teórico-metodológico da Teoria Feminista, como o tratamento dado de forma dialética às injunções explicativas da desigualdade social.

No contexto dessa contribuição, além da atualização de conceitos e categorias caras à produção feministas como classe social e patriarcado, a maioria dos estudos e das pesquisas tem, de forma articulada, enfatizado histórias de vida de mulheres e homens, no singular e no plural, problematizando gênero, raça/etnia, identidade, poder, diferença, geração, regionalidade e orientação sexual. Tal procedimento tem oferecido pistas teóricas que articulam Feminismo e Marxismo por meio do uso de categorias como ontologia do relacional (SAFFIOTI, 1997), bem como as terminologias articulação, nó, fusão, alquimia (CASTRO, 1992)⁶ e imbricamento do que as autoras denominam antagonismo, classe, gênero, raça/etnia. Esta contribuição é necessária para um país, como o Brasil, em que a estrutura desigual alimenta-se da identidade racial e de gênero.

⁶ No Brasil, o feminismo marxista tem se difundido, principalmente por meio dos escritos de Heleieth Saffioti, Mary Castro e Clara Araújo.

A contribuição do feminismo marxista não só traz para a análise questões que os pesquisadores da área de estudos étnico/raciais chamam atenção, bem como possibilita a interlocução com áreas do conhecimento, como a Psicanálise, que permite a materialização

⁷ O livro *A Classe Operária Tem Dois Sexos: trabalho, dominação e resistência*, organizado pelas(os) amigas(os) da autora após seu falecimento, em 1991, e publicado pela editora Brasiliense, sintetiza as contribuições teóricas deixadas por ela. Ver também HIRATA, H. e KERGOAT, D. *A Classe Operária Tem Dois Sexos*. **Revista Estudos Feministas**. Rio de Janeiro, v. 2, n.3, p. 93-99, 1994.

da dialética objetividade e subjetividade. Assim, o questionamento à concepção homogênea da classe operária pelas intelectuais feministas que se dedicaram à investigação teórica e à pesquisa de campo sobre trabalho e mulher, na década de 1980, difunde-se principalmente por meio dos escritos de Elizabeth Souza-Lobo⁷ e Helena Hirata.

Saffioti, ao aprofundar a teorização constituída pelo que considera as três estruturas antagônicas – classe social, gênero, raça/etnia –, ratifica que “a tripla constituição do sujeito – gênero, raça/etnia e classe – afasta a idéia de sua unicidade. Ao contrário, ele é múltiplo e contraditório, mas não fragmentado” (1993, p. 161). Ou seja: “Isso equivale a dizer que o sujeito se constitui socialmente, ou seja, é forjado nas e através das relações sociais. Não apenas o sujeito coletivo, mas também o sujeito individual não é senão a história de suas relações sociais” (1995, p. 159).

Para Araújo:

Como as relações de classe e gênero foram se conformando e como a subjetividade humana foi sendo estruturada ao longo da história como as relações de classe e gênero, apesar das intercessões, foram assumindo contornos próprios e a opressão foi sendo estruturante das relações entre homens e mulheres, moldada pelas práticas e condições materiais, mas adquirindo dimensão subjetiva como relação de poder (2000, p. 6).

No processo de definição dos elementos teóricos da proposta, Saffioti recorre à metáfora do nó, ao salientar:

O importante é analisar estas contradições na condição de fundidas ou enoveladas ou enlaçadas em um nó. Há uma estrutura de poder que unifica as três ordens – de gênero, de classe, de raça/etnia. O patriarcado, com a cultura especial que gera e sua correspondente estrutura de poder, penetrou em todas as esferas da vida social. O capitalismo também mercantilizou todas as relações sociais, nelas incluídas as chamadas específicas de gênero. Da mesma forma a raça/etnia, com tudo que implica em termos de discriminação e, por conseguinte, estrutura de poder, imprimiu sua marca no corpo social por inteiro (2004, p. 125-126).

Ainda nas palavras da referida autora, essa perspectiva tem dialogado criticamente com a razão cartesiana, com a ciência androcêntrica e falocêntrica, que dicotomiza sujeito e objeto, natureza e sociedade, objetivo e subjetivo, razão e emoção, produção e reprodução, público e privado, ignorando “mais da metade da humanidade” (SAFFIOTI, 1993; 1997, p. 7).

A perspectiva que articula Feminismo e Marxismo também adverte para a necessidade do uso simultâneo dos conceitos de gênero e de patriarcado, “já que um é genérico e o outro específico dos últimos seis ou sete milênios; o primeiro cobrindo toda a história e o segundo qualificando o primeiro ou, por economia, simplesmente a expressão patriarcado mitigado ou, ainda meramente patriarcado” (SAFFIOTI, 2004, p.132).

A preocupação da autora remete à instrumentalização ideológica do conceito de gênero pelos interesses dominantes e patriarcais contemporâneos, na tentativa de diluir as tensões postas em decorrência da prevalência das desigualdades concretas entre homens e mulheres. Castro (1999, p. 38)⁸ chama atenção para o fato de que “viria crescendo na América Latina a institucionalização e instrumentalização

⁸ Ver também CASTRO, M. G. Marxismo, feminismo e feminismo marxista. **Crítica Marxista**, São Paulo, v.11.p.98-108, 2001; CASTRO, M. G. Notas sobre a potencialidade do conceito de patriarcado para um Sujeito Feminino. **Caderno de Crítica Feminista**. v. ano v.p.72-99, 2001.

de agências do movimento de mulheres pelo campo hegemônico capitalista, dispersando e diluindo a potencialidade do feminismo como força de esquerda”.

Segundo Toledo (2001), a relevância da proposta que articula classe social, gênero, raça/etnia, longe de diluir as especificidades de cada um desses antagonismos contribui para explicitação de que, a despeito de todas as mulheres serem alvos de discriminação e opressão de gênero, esse elemento unificador não é vivenciado da mesma forma devido às condições materiais que particularizam mulheres e homens. Assim, os lugares de classe, sexo e raça/etnia são definidores de hierarquias que constituem o universo da desigualdade.

Já para Santos e Nóbrega, o feminismo marxista, ao atribuir valor heurístico similar para classe, gênero e raça/etnia, permite articular “entre vida material e simbólica, produção e reprodução, divisão social e sexual do trabalho, entre sistema de gênero e o de classe social” (2004, p. 02).

No contexto dessa orientação teórico-metodológica, a Teoria Feminista tem destacado o recorte das políticas públicas de gênero. Os resultados das pesquisas de campo têm enfatizado os limites das respostas estatais às demandas dos movimentos de mulheres e feministas. Ao reconhecerem a inegável transformação da condição

de uma parcela significativa de mulheres no Brasil, intelectuais feministas da área de estudos da mulher, relações de gênero e políticas públicas⁹ têm questionado o tratamento recorrente dado pelo poder público às questões relativas aos direitos das mulheres.

Para Lavinas (1994, p. 177), a condição secundária da força de trabalho das mulheres que, em suas palavras, “jamais chegarão a ser trabalhadoras”, faz com que,

⁹ A partir de meados da década de 1990, observa-se a relevante produção de artigos com esse recorte, publicados, principalmente na revista **Estudos Feministas**, vinculada à UFRJ e à UFSC.

mesmo que se reconheça as carências consubstanciadas à condição feminina, instrumentalizem políticas que, mais uma vez, têm por objeto as mulheres e não as relações homem-mulher e seus antagonismos. Políticas essas, além de tudo, absolutamente ineficientes e mal-sucedidas no alcance de seus objetivos. Julga-se que se pode ampliar o espaço da cidadania feminina tão-somente atendendo a carências construídas sexualmente (idem, p. 179).

Machado (1999, p. 22) adverte para o fato de que o uso da categoria de gênero pelas propostas de políticas públicas para mulheres não significa, *a priori*, alteração nas representações e imagens do feminino e do masculino vigentes nas experiências históricas das respostas estatais ao movimento feminista. Assim salienta: “o problema é que essa tendência pode fazer com que o significado de gênero se dilua e se torne apenas um modismo, um item que deva fazer parte do repertório das políticas públicas, sem nenhuma contribuição teórica efetiva na elaboração das mesmas”.

Passados dez anos da afirmação de Lavinas e cinco anos da hipótese defendida por Machado, Bandeira (2005, p. 8)¹⁰ reedita a preocupação das referidas autoras, ao observar os impasses postos à transversalidade do que denomina perspectiva de gênero nas políticas públicas, em meados de 2000, salientando os avanços legais como produto dos esforços do “movimento feminista na sua luta pelo fim da desigualdade de gênero” e distinguindo políticas públicas para mulheres de políticas públicas de gênero ao elucidar que estas últimas

¹⁰ Ver também BANDEIRA, L. M. Feminismo, Relações de gênero, Étnico-Raciais e Geracionais e Políticas Públicas para Mulheres. **Revista Políticas Públicas** (UFMA). São Luis. v.14, p. 147-152, 2010.

consideram, inegavelmente, a diversidade dos processos de socialização para homens e para mulheres, cujas consequências se fazem presentes ao longo da vida nas

relações individuais e coletivas. Já as políticas para as mulheres têm centralidade no feminino enquanto parte da reprodução social. Isso implica que não priorizam a importância e o significado que se estabelece no relacionamento entre os sexos; ao contrário, a centralidade posta na mulher-família reafirma a visão essencialista de que a reprodução e a sexualidade causam a diferença de gênero de modo simples e inevitável.

Estudos mais recentes, como o de Duque-Arazola (2010), destacam uma modalidade específica das políticas públicas – a política de assistência social, evidenciando que viceja a concepção essencialista, destacada por Bandeira. Este tipo de política, embora reconhecida pela Constituição de 1988 como parte do tripé da seguridade social – saúde, previdência e assistência social–, objetivamente tem sido tratada de forma marginal, reiterando a identidade de cliente, beneficiários e assistidos

¹¹ Ver FONSECA, A. M. da. **Família e Política de Renda Mínima**. São Paulo, Cortez. 2001.

“pelos mínimos sociais das políticas públicas compensatórias” desde os anos 1930¹¹, em que as mulheres empobrecidas se confundem com a concepção de família presente nos programas sociais.

Assim, para Duque-Arazola,

embora no discurso estatal o sujeito ativo de tais políticas seja a família, na realidade, este sujeito é a mulher, especificamente a mulher-mãe-esposa-dona-de-casa e/ou a trabalhadora desempregada, cujas identificações sociais de gênero estão intimamente relacionadas com a reprodução e lugar prático e simbólico, tanto nos espaços privados quanto nos públicos da produção e do emprego remunerado. Daí porque a figura feminina, a mulher/mãe/dona-de-casa, fica diluída na expressão ‘família’, que assim a silencia. São mulheres que passam a ser, de fato, as corresponsáveis dos programas de enfrentamento da pobreza e, no caso particular do PETI, da erradicação do trabalho infantil. Desse modo, redimensiona-se a importância das mulheres na reprodução da sociedade de classes (2010, p. 243).

Observa-se que as preocupações de Lavinias, Machado, Bandeira e Duque-Arrazola, concernentes às experiências de políticas públicas voltadas a enfrentar as desigualdades de gênero na perspectiva que associa esta identidade do sujeito feminino e masculino com as demais identidades, denunciam, a partir de conjunturas distintas, a insuficiente incorporação da perspectiva igualitária de gênero pelo poder público governamental, no nível nacional e subnacional, uma vez que a condição de sujeito de direitos das mulheres mais pauperizadas ainda não se concretizou.

O Relatório da Comissão Externa da Feminização da Pobreza chama atenção para a situação das brasileiras no mercado de trabalho, destacando como o imbricamento das injunções econômica, de sexo, raça/etnia e idade diferenciam as mulheres¹². Assim, registra que o percentual de mulheres em ocupações precárias é de 61%, 13% a mais do que dos homens; quando se trata de mulheres negras, esse percentual sobe para 71%. A tendência maior de mão de obra feminina ao desemprego é acentuada por variáveis de raça: mulheres de descendência africana e indígena são as mais prejudicadas, ou seja, 13% das mulheres negras em condições de trabalho estão desempregadas, enquanto para as brancas o percentual é de 10%. A situação se agrava quando se trata de jovens negras, pois a taxa de desemprego sobe para 25%. Ainda segundo o relatório, as mulheres negras continuam sendo a maioria no que tange ao emprego doméstico, alcançando apenas 39% dos rendimentos dos homens brancos.

Essa secundarização da mulher no mercado de trabalho vem acompanhada de sua condição de chefe de família. Dados divulgados

¹² Outras fontes para consulta são: os sites do IPEA, UNIFEM, SPM acerca do Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça/Etnia, em 2009; o Sistema Nacional de Informações de Gênero – SNIG, IBGE, SPM, em 2006; a Nota Técnica “Sobre a recente queda da desigualdade de renda no Brasil”, produzida pelo IPEA, 2006; a Síntese de Indicadores Sociais do IBGE, 2008; e o Comunicado do IPEA, nº 65 do PNAD 2009.

pelo IBGE, por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, e divulgados pelo jornal O Liberal, de Belém, em abril de 2011, chamam atenção para a desocupação por sexo na realidade do Pará. A matéria registra que houve um crescimento de 15% de famílias chefiadas por mulheres e que o percentual de desocupação delas era de 11,6%, enquanto o dos homens era de 6,4%.

As mulheres que ainda ganham salários inferiores e são menos ocupadas em relação aos homens se destacam pelo crescimento significativo na categoria sexo de pessoas de referência na família. As chefes de famílias, em 2011, somaram 734 mil mulheres contra 638 mil contabilizadas no último PNAD, o que representou um aumento de 15%, o quinto maior do País. Os homens continuam a ser referência em quantidade; são 1474 milhões de chefes de famílias, com a queda de 3% em relação ao ano de 2009, quando eram 1511 milhões.

O breve resgate de algumas teses defendidas pelas representantes da teoria feminista no Brasil, ao longo de seus 30 anos, e a exposição de alguns dados secundários recentes, que expressam a histórica desigualdade entre os brasileiros -- oriunda muitas vezes, da combinação dos lugares de classe, gênero, raça/etnia e outras identidades, como o estado civil -- remetem para a relevância do aprofundamento de investigações científicas que tornem a realidade social, na sua diversidade, objeto de conhecimento e intervenção.

Os dados apresentados a seguir como alguns resultados da pesquisa “Desigualdades Sociais e Programas de Transferência de Renda Mínima na Amazônia: a experiência do Pará e do Amapá” parecem ratificar a hipótese de trabalho das pesquisadoras feministas, bem como os dados estatísticos oficiais relativos às implicações sociais decorrentes da persistência do tratamento desigual atribuído para homens e mulheres pauperizados, e ainda as respostas estatais e governamentais em dois estados da Amazônia brasileira – Pará e Amapá.

2. Percepções de Beneficiários e Executores do Bolsa Família e do Renda para Viver Melhor

Os Estados do Pará e Amapá encontram-se geograficamente situados no extremo Norte do Brasil. O Amapá, desde 1943, foi desmembrado do Estado do Pará, passando à condição de Território Federal. Apenas em 1989, foi elevado a Estado, tendo como capital, desde 1944, Macapá, única capital brasileira situada à margem esquerda do Rio Amazonas e cortada pela linha do equador, e que possui como fronteira um território europeu, a Guiana Francesa.

A população total do estado, segundo o IBGE, Censo Demográfico 2000-2010 corresponde a 668.689, e sua capital, que concentra o maior número de habitantes, apresenta uma população de 397.913, embora, segundo os órgãos oficiais, possa ser considerada uma das cidades médias que mais cresceu em termos populacionais desde a década de 1990, devido provavelmente ao exacerbamento do desemprego estrutural, que tem estimulado a migração para locais até então desconhecidos do ponto de vista econômico, criando a falsa ideia de maior oportunidade de emprego.

Com uma população de 7.588.078, sendo 1.392.031 residente na capital, o Pará, embora rico em *commodities*, vem apresentando indicadores sociais desfavoráveis até na Região Metropolitana de Belém – RMB. O Mapa da Exclusão Social do Pará, elaborado pelo Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará – IDESP, que reúne indicadores representativos das condições de vida da população paraense, no ano de 2010, salienta que, apesar do

Estado ter alcançado a 8ª posição no ranking nacional de taxas de incremento, o coeficiente de Gini indica uma elevação no grau de concentração de renda, resultando no aumento da população considerada abaixo da linha da pobreza, de 10,88%, o que equivale

a mais de 237 mil pobres em 2009, em relação ao ano de 2008 (IDESP, 2010, p. 23).

Ainda segundo a fonte, na Região Metropolitana de Belém, o incremento foi de 1,32%, 31 mil novos pobres no mesmo período, enquanto o “Brasil manteve a tendência de queda dos anos anteriores, reduzindo o indicador de 3,75%, menos 1,4 milhão de pessoas abaixo da linha da pobreza” (ibidem), procurando atender às recomendações neoliberais, como já salientado no início deste texto.

Os percentuais representativos da distribuição da população abaixo da linha da pobreza para o Brasil, por sexo, no período examinado, indicam que mais de 50% são mulheres. Na RMB, o Mapa constata 53,2% de mulheres e 46,8% de homens, ou seja, reitera-se a tese da feminização da pobreza destacada na seção anterior.

Em termos étnico-raciais, de todos os estados da Amazônia, o Amapá concentra a maior população negra em área urbana, embora o mesmo não corresponda para o espaço rural. Segundo o Guia de Cadastramento de Famílias Quilombolas – Cadastro Único para Programas Sociais, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2009)--, as comunidades quilombolas aparecem assim representadas na Região Norte: Amapá (104); Amazonas (14); Pará (457); Rondônia (13); Tocantins (44); enquanto Roraima e Rondônia não apresentam registros.

O Mapa da Exclusão Social do Pará, ao apresentar uma analogia da população abaixo da linha da pobreza desagregada em raça/etnia, constata uma alta concentração entre o que denomina de pessoas pretas e pardas no Brasil, Região Norte, Pará e RMB, respectivamente, 70,2%, 82,0%, 82,9% e 82,1% (ibidem), ou seja, a RMB também se destaca pela desigualdade racial, evidenciando a natureza ontológica da racialização no Brasil, e particularmente

no Pará, com rebatimento direto nas mulheres negras e pardas pobres, conforme referido na seção anterior, e que no exame dos dados documentais e empíricos da pesquisa socializada representam a maioria das titulares dos programas Bolsa Família e Renda para Viver Melhor.

O descompasso no atendimento das demandas postas pelas classes sociais ao Estado e o medo deste em perder a legitimidade dos trabalhadores têm resultado no privilegiamento de programas sociais voltados para os segmentos mais pauperizados da sociedade, situação que faz com que os programas de transferência de renda mínima se destaquem nas ações governamentais no Amapá e no Pará.

A política de assistência social tem se expressado por meio do Programa Bolsa Família e por seus similares estaduais. No caso do Pará, existiu, no período de 2007 a 2010, o Programa Bolsa Trabalho, dirigido para mulheres e jovens pauperizados. No Amapá, existe o Renda para Viver Melhor e o Amapá Jovem. Esta atende adolescentes membros de famílias beneficiárias/usuárias do Renda para Viver Melhor. Ele constitui um programa similar ao Pró- Jovem federal, atendendo a faixa etária de 18 a 29 anos.

Conforme dados registrados no Relatório de Informações Sociais do Bolsa Família e do Cadastro Único de Programas Sociais – CADÚnico¹³ do governo federal, a população brasileira totaliza 190.732.694 pessoas. Até janeiro de 2011(mês de referência), 20.914.418 famílias estavam inscritas no referido cadastro, destas, 19.581.801 possuíam rendimento mensal de até 1/2 do salário mínimo e 17.222.845 auferiam mensalmente até R\$ 1.400,00, classificadas como em situação de pobreza e, portanto, alvo de intervenção. Apesar desse total, apenas 12.986.870 estavam inseridas no

¹³ O Cadastro Único para Programas Sociais, regulamentado pelo Decreto nº135, de 03 de junho de 2007, consiste no instrumento de coleta de dados e informações criado pelo governo federal para identificação e seleção das famílias atendidas pelo Bolsa Família e outros Programas sociais.

Programa Bolsa Família, numa demonstração de que incluir não significa universalizar, como propõe os segmentos organizados dos trabalhadores em contraposição à dinâmica internacional orquestrada pela ofensiva neoliberal.

No Pará, segundo a mencionada fonte, até janeiro de 2011 (mês referência), 990.175 famílias estavam cadastradas no CADÚnico,

¹⁴ Observa-se que, embora o Programa Bolsa Família e seus similares sejam dirigidos às famílias extremamente pobres, eles não têm abrangência universal, o que indica a inexistência entre política pública compensatória e redistribuição de riqueza.

¹⁵ O Programa Renda para Viver Melhor foi instituído pelo Decreto nº 3729, de 15 de agosto de 2005. Foi desativado por algum tempo e reativado pelo Decreto nº 3347, de 14 de setembro de 2009, ou seja, um ano antes do processo eleitoral de 2010.

dessas, 950.175 auferiam renda *per capita* mensal de até ½ salário mínimo e 896.541 renda per capita mensal de até R\$ 140,00. Desse total, 693.601¹⁴ constituíam famílias beneficiárias/usuárias do Bolsa Família. No Amapá, o total de famílias cadastradas como perfil cadastro único era de 35.052; perfil Bolsa Família, 33.237; e beneficiários do Bolsa Família, 10.138 mil. Já o Cadastro do Renda para Viver Melhor¹⁵ apresentava, em dezembro de 2010, 19.202 beneficiários/usuários, e o Amapá Jovem, 8.555.

O Programa Renda para Viver Melhor

adota critérios que têm semelhança com o Bolsa Família quanto à definição dos objetivos, beneficiários/usuários e ao credenciamento, além de apresentar algumas particularidades relativas ao tempo de duração, ou seja, não define o término do benefício como o programa federal; o valor da transferência corresponde ao percentual de 50% do salário mínimo vigente para todos os beneficiários, enquanto o Bolsa Família adota valores distintos. Destaque é dado às parteiras, desde que obedeçam a determinados critérios assim explicitados: “Terão direito ao benefício parteiras tradicionais reconhecidas pela comunidade e que estejam ativas no movimento através de associações, ou que comprovem realização de partos e apresentem testemunhas (parturientes) (Art. 11)”.

As entrevistas realizadas com beneficiárias/usuárias dos Programas Bolsa Família, no Pará e no Amapá, e do Programa Renda para Viver Melhor e Amapá Jovem têm possibilitado o estabelecimento de algumas similitudes e diferenças entre as experiências dos programas de transferência de renda mínima estadual e federal, analogias relativas à gestão e execução dos programas, bem como à concepção de questões específicas que revestem esses programas, como a noção de direito, benefício, significado do uso do cartão para homens e mulheres, uso do valor auferido, autonomia de mulheres e negros e configuração familiar. Interessa, neste texto, analisar brevemente alguns dados concernentes à última questão.

Embora não esteja colocado de forma implícita nas diretrizes dos programas de transferência de renda mínima, alvos da investigação, na prioridade de titulação por sexo, raça/etnia e estado civil, as maiores beneficiadas são mulheres-negras-mães sem relação marital, fato que indica o reconhecimento estatal da feminização e racialização da pobreza. Tal constatação vem sendo confirmada por diversas pesquisas¹⁶ que caracterizam o perfil das beneficiárias/usuárias das políticas públicas, especialmente de assistência social, como mulheres pauperizadas, negras, morenas e pardas, que, alijadas do mercado de trabalho formal, têm na renda proporcionada pelas ações que materializam essas políticas, como o programa Bolsa Família e seus similares estaduais, a única forma de sobreviver ou uma complementação a outras

¹⁶ Ver MOLYNEUX, M. Mother at the service of the new poverty agenda: Progreso/Oportunidades, México's Conditional Transfer Programme, Social Policy and Administration. v. 40, n. 4, August, 2006; TEIXEIRA RODRIGUES, M. Equidade de gênero e transferência de renda-reflexões a partir do Programa Bolsa Família. In: BOSCHETTI, I. BERING, E. et al. Política Social no Capitalismo: Tendências Contemporâneas. São Paulo. Cortez, 2008; e LAVINAS, L. Bolsa-família: impactos das transferências de renda sobre a autonomia das mulheres e as relações de gênero, em Recife. www.sintesevetos.com.br/bien/en/programs.htm

formas de rendimentos. Tal situação acaba resultando em prioridade de titulação para as mulheres negras e sem cônjuge.

Segundo os interlocutores da pesquisa – técnicos responsáveis pela coordenação, execução e beneficiários/usuários dos programas –, existe uma ocultação da identidade conjugal pela maioria das mulheres.

¹⁷ Recente expressão pública desta postura foi a demissão da psicanalista feminista Maria Rita Kehl, do jornal o Estado de São Paulo, em decorrência da crônica “Dois pesos...” , escrita no dia 2 de outubro de 2010, em que defende o valor do voto dos mais pobres. A segunda publicação desta crônica encontra-se em KELH, M. R. 18 **Crônicas e mais algumas**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

Conduta que para alguns técnicos, reprodutores do pensamento conservador¹⁷, caracteriza-se como uma questão moral, desonesta, principalmente de mulheres que residem nas áreas urbanas de Belém e Macapá (capitais do Pará e do Amapá). Outros técnicos, ao se posicionarem negativamente em relação à prioridade dada às mulheres chefes de famílias monoparentais, afirmam que o Bolsa Família “desestrutura” ou “acaba com a família”, sugerindo um total desconhecimento acerca do debate que circunscreve a configuração familiar no âmbito das contradições e metamorfoses da

sociedade.

A tendência inicial das mulheres titulares dos programas, no momento da entrevista, é salientar que estão sem relação conjugal, mas no decorrer da interlocução algumas informações parecem negar tal afirmação. Já as que afirmam a ocultação justificam que tal comportamento ocorre devido ao medo de não ter seu cadastro aceito, pois, para elas, ter uma relação marital, mesmo que o marido não tenha rendimentos, pode ser entendido pelo governo (expressão muito usada por elas e eles) como portar renda maior que a exigida pelos programas. Hipótese pertinente considerando o corte de renda dos programas, ou seja, para se tornar titular destes, os elegíveis pelo CadÚnico não podem auferir renda *per capita* acima de R\$ 140,00.

As que afirmam ter vida marital, no geral, vivem com homens que estão desempregados ou realizam trabalhos precários, cujo

rendimento soma pouco nas despesas da família. A maioria das entrevistadas, no Amapá, informa auferir renda do programa estadual e do federal e talvez por isso uma parcela significativa afirma ter conseguido aumentar seu poder de consumo¹⁸ para além da alimentação, informando gastos com despesas em eletrodomésticos, assumidas por meio do pagamento de longas prestações no cartão de crédito. Constatação menos recorrente nos depoimentos das titulares que auferem apenas o benefício do Bolsa Família.

Os maridos dessas mulheres parecem não se preocupar com a condicionalidade que prioriza as mulheres, já que, como salientou um entrevistado, “o importante é ter comida pra crianças, não importa de onde vem o dinheiro e é bom que o governo pense na mulher pra dá ajuda. Agora, que tá faltando é ele olhar pro homem, dando emprego”.

Se por um lado este tipo de depoimento contesta a representação dos técnicos que atribuem ao Bolsa Família a desestruturação familiar, por outro, reitera a imagem que as políticas públicas têm atribuído ao homem e à mulher, ou seja, ao primeiro o emprego ou trabalho extra-lar; à segunda, a ajuda, o benefício, historicamente associados à dimensão moral e privativa dos sujeitos, ratificando a hipótese crítica da Teoria Feminista, segundo a qual a sociabilidade de homens e mulheres se faz por discursos e práticas que dicotomizam os papéis de gênero inscritos na perspectiva natural e biológica.

A ausência aparente de preocupação pelo marido com a condição da mulher titular do benefício ou dona do cartão utilizado, para auferir no banco o valor deste, explica-se também pelo fato de que a titularidade não implica alteração nas relações de poder no interior da família.

¹⁸ Esse dado é relevante uma vez que possibilita entender que a melhoria nas condições de vida dos brasileiros mais pobres não pode ser atribuída isoladamente ao Programa Bolsa Família ou Renda para Viver Melhor.

Concernente à questão da administração do recurso pelas mulheres que se autoidentificaram como casadas ou com vida conjugal, houve variadas respostas. Algumas informaram que o marido participa da administração, outras que eles desconhecem tal atividade. Mas, em ambas situações, existe a ideia de que elas têm autonomia na gestão da renda recebida, pois, como elucidam algumas falas, “o dinheiro dele ninguém sabe. Porque tenho que prestar conta do meu?”; “cada qual manda no seu dinheiro”; “não, o cartão *tá* no meu nome. O dinheiro é meu e das crianças”. Essas posturas, todavia, não permitem concluir que a autonomia econômica adquirida com a titularidade do cartão altera as relações de poder no interior da família, uma vez que, quando indagadas sobre esta questão, elas riem e acabam manifestando expressões do tipo: “sei lá”; “o *home* é homem, *né?* Coisa difícil de mudar!”.

A pergunta relativa à idade dos interlocutores e, principalmente, das mulheres, evidencia uma configuração de titulares jovens com mais de três filhos, reiterando o perfil de mulher-mãe-família das políticas, observado em outros estudos. As mulheres de 40 anos ou mais eram mães-avós que assumem oficialmente a identidade materna dos netos e que não reclamam do ritual que caracteriza o acesso aos benefícios, já que como são usuárias “antigas dos programas do governo, a gente já sabe que as coisas são assim, mas essas meninas (as jovens mães), hoje, não querem enfrentar fila, correr atrás do cartão”. E mais: “Filha, claro que queria que minha filha tivesse um emprego bom, mas não aparece. Então tem que pegar o cartão do governo. Desde que me entendo, uso esses programas do governo, senão não consegue viver! Não tem emprego bom, *né?*”.

Além da constatação de que muitas beneficiárias ocultam a vida marital, dado que relativiza o perfil majoritário das mulheres bolsistas como chefes de família monoparental, os resultados da pesquisa também mostram que a ausência de trabalho qualificado

e a resistência por parte das jovens mães ao trabalho doméstico remunerado fazem com que muitas avós assumam seus netos como filhos, para que a família receba o benefício quando a filha não se dispõe a enfrentar as condições impostas pelos Programas. Não foram raros os depoimentos de mulheres titulares jovens que salientaram a provisoriedade da condição de titular dos benefícios assistenciais. Ao contrário do que afirmam alguns brasileiros acerca dos Programas governamentais dirigidos aos pobres, em geral, e às mulheres pobres, em particular, as jovens interlocutoras da pesquisa não almejam continuar vivendo de benefícios ou bolsas governamentais, mas de trabalho qualificado.

CONCLUSÃO

Como salientado na introdução, este texto não visa ao aprofundamento analítico dos dados empíricos resultantes da pesquisa **Desigualdades Sociais e Programas de Transferência de Renda Mínima na Amazônia: a experiência do Pará e do Amapá**, mas analisar de forma breve alguns dados. As inferências possibilitadas neste artigo como resultado da empiria observada remetem para o aprofundamento de questões problematizadas pela Teoria Feminista, particularmente da área de estudos de políticas públicas e gênero, bem como para o enfrentamento de dados que, aceitos na sua aparência, tendem a mascarar a realidade. Assim, a ocultação do estado civil ou da existência de cônjuge por parte das mulheres titulares dos Programas de transferência de renda mínima no Pará e no Amapá, por um lado, responde a uma estratégia de acesso a uma política que, embora no discurso governamental pareça ser universal do ponto de vista que objetiva atender aos mais pobres, na realidade, é condicional e não universal devido a exigências de algumas contrapartidas em decorrência da heterogeneidade

da desigualdade brasileira. Por outro lado, denuncia a falta de esclarecimentos, pelos técnicos, às mulheres de que os Programas não são anticasamento. Ou seja, o critério é econômico e não marital, o que não parece claro para as beneficiárias e beneficiários, sujeitos a realizar sedições como a alternativa de ocultar a existência de cônjuge no Cadastro Único para Programas Sociais.

A resistência de mulheres-mães-jovens à titulação do benefício indica que não existe a crença de que este seja suficiente para a manutenção da família e, por conseguinte, concebido como algo para vida toda, como pensam algumas mulheres mais velhas que, resignadas com a pauperização amazônica, avaliam positivamente as práticas do Estado pautadas em Programas de governo e não em políticas públicas. No projeto de vida das jovens mães, o trabalho qualificado aparece como um dos horizontes para uma vida melhor, reiterando as hipóteses analíticas da Teoria Feminista, para a qual o valor atribuído ao trabalho desenvolvido fora de casa e em condições humanizadas é condição necessária à efetiva autonomização das mulheres pobres.

Por fim, vale salientar que as expressões de políticas públicas compreendidas na perspectiva de gênero proposta pela Teoria Feminista precisam considerar que a responsabilidade familiar é de homens e mulheres, ou de pais e mães. Incentivar a paternagem como se estimula a maternagem poderá contribuir para uma perspectiva de gênero em que feminino e masculino entendidos como diversidade humana erradicarem a desigualdade entre os sexos, reduzindo, por exemplo, a magnitude da violência doméstica e familiar no Brasil. Neste sentido, os fazeres de mulheres e de homens superariam a bipolaridade público e privado presente na concepção de família vigente, que não raro é concebida isolada das demais instituições.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, C. Marxismo, Feminismo e o Enfoque de gênero. *Revista Crítica Marxista: Dossiê Marxismo e Feminismo*. [2000]. Disponível em: www.criticamarxista.com.br. Acesso em: 12 jan.2012.

BANDEIRA, L. M. *Avançar na transversalidade da perspectiva de gênero nas políticas públicas*. CEPAL/Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Brasília. Disponível em: [HTTP://200.130.7.5/spmu/doc/integra-pbl-lourdes-bandeira.pdf](http://200.130.7.5/spmu/doc/integra-pbl-lourdes-bandeira.pdf). Acesso em: 19 jul. 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Cadastro Único para Programas Sociais*. Brasília: 2009.

CASTRO, M.G.; LAVINAS, L. Do Feminismo ao Gênero: a construção de um objeto. In: COSTA, A.O.; BRUSCHINI, C. (orgs.) *Uma questão de Gênero*. Rio de Janeiro: Rosas dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas,1992. p. 216-251.

CASTRO, M. Alquimia de categorias sociais na produção de sujeitos políticos. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, CIFC, v. 0, n. 3, p. 57-73, dez./jan. 1992.

_____. Possibilidades do Feminismo em Frente de Esquerda contra o Neoliberalismo na América Latina – Notas. *Revista Brasil Revolucionário*, São Paulo, IMA. v. 0, n. 26, p. 38, nov. 1999/fev. 2000.

DUQUE-ARRAZOLA, L. S. O sujeito feminino nas políticas de assistência social. In: MOTA, A. *O mito da assistência social: ensaio sobre estado, política e sociedade*. São Paulo: Cortez, 2009.

LAVINAS, L. Gênero, Cidadania e Políticas Urbanas. In: RIBEIRO, L. C. Q.; JÚNIOR, O. A. S. *Globalização, fragmentação e reforma urbana*:

o futuro das cidades brasileiras em crise. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

MACHADO, L. M. V. *A incorporação de gênero nas políticas públicas: perspectivas e desafios*. São Paulo: Annablume, 1999.

MOLYNEUX, M. Mother at the service of the new poverty agenda: Progres/Oportunidades, *México's Conditional Transfer Programme, Social Policy and Administration*. v. 40, n. 4, aug. 2006.

PARÁ. Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental – IDESP. *Mapa da Exclusão Social do Pará*. Belém: 2010.

SAFFIOTI, H. I. B. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. São Paulo: Quatro Artes, 1969.

_____. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, A.O.; BRUSCHINI, C. (orgs.) *Uma questão de Gênero*. Rio de Janeiro: Rosas dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 183-215.

_____. Diferença ou indiferença: gênero, raça/etnia, classe social. In: ADORNO, S. A sociologia entre a modernidade e a contemporaneidade, Porto Alegre. *Caderno de Sociologia/Programa de Pós-Graduação em Sociologia*. n. especial. 1995. p. 159-165.

_____. *No caminho de um novo paradigma*. Paper apresentado na Mesa Redonda Análises de gênero construíram paradigmas metodológicos? In: Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2., 1997, Caxambu. 22 f.

_____. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000. (Coletânea Brasil Urgente).

SANTOS, E. NOBREGA, L. Ensaio sobre o feminismo marxista socialista. *Revista de Humanidades*. Lisboa. n.11,v.5 jul-set,2004.

STEIN, R. Configuração recente dos programas de transferência de renda na América Latina: focalização e condicionalidade. In:

BOSCHETTI, I.; et al (orgs). *Política Social no Capitalismo: tendências contemporâneas*. São Paulo: Cortez, 2008.

TEIXEIRA RODRIGUES, M. Equidade de gênero e transferência de renda – reflexões a partir do Programa Bolsa Família. In: BOSCHETTI, I.; BERING, E.et al. *Política Social no Capitalismo: Tendências Contemporâneas*. São Paulo: Cortez, 2008.

TOLEDO, C. Mulheres: o gênero nos une, a classe nos divide. *Cadernos Marxistas*. São Paulo: Xamã, 2001.

ÚGA. V. A categoria “pobreza” nas formulações de Política Social no Banco Mundial. *Revista Sociologia Política*, Curitiba, n. 23, nov. 2004.

Família, Profissão e Afeto: apontamentos para estudos de gênero

Family, Profession And Affection: notes for gender studies

Evanildo Moraes Estumano

Resumo: este artigo retoma alguns trabalhos a fim de apontar uma discussão perspectiva sobre a focalização da categoria afeto nos estudos de gênero. Mostra que as relações de gênero se movimentam em sentido pendular quando da ocupação das mulheres em profissões como a de professora, destacando a importância da rede de parentesco para a operacionalidade das ideias sobre masculino e feminino e suas mediações. E sugere, por fim, que a categoria afeto se torna analiticamente fecunda quando situada nos estudos de gênero que tenham como objeto de investigação a interação social entre a família e o trabalho profissional.

Palavras-chave: família, profissão, afeto, gênero.

Abstract: this paper revisits some studies in order to discuss affection as a category within the area of gender studies. It shows that gender relations describe a pendulum motion when women undertake teaching positions. It highlights the importance of kinship ties in operationalizing the ideas about what male is and about what female is and about what their mediation strategies are. It finally suggests that affection as a category has become analytically fruitful within the area of gender studies whose object of investigation is the social interaction between family life and the professional work.

Keywords: family, profession, affection, gender.

Evanildo Moraes Estumano é Mestre em Antropologia e Professor do Instituto de Ciências da Educação (ICED/UFPA).

E-mail: evanildo@ufpa.br

INTRODUÇÃO

Este artigo é uma revisão da literatura sobre a perspectiva de inserção - ou o melhor tratamento dado à mesma - da categoria afetos nos estudos de gênero. Neste sentido, constitui uma proposição inicial para pesquisa a ser realizada como uma antropologia da emoção nos relacionamentos afetivos, sugerida como uma boa 'janela' para o entendimento das percepções em torno das relações entre homens e mulheres.

Discute-se, desse modo, a temática gênero ligada às relações familiares e de trabalho profissional, tendo como elemento de contextualização o exercício do magistério exercido por mulheres. Assim é feita uma argumentação que vai de um ponto geral e mais abstrato a outro restrito e mais concreto na tentativa de caminhar entre o contextual e a generalização dos conceitos e das relações estabelecidas entre os mesmos no cotidiano, a partir de estudos anteriores.

1. Homem, Mulher e Racionalidade

Quando se pensa no termo mulher este é imediatamente concebido como ideia oposta ao termo homem; isso pode parecer fraseologia comum, mas as implicações das relações de poder que se mantêm subjacentes a tal distinção são importantes. A simples tentativa de fazer um inventário de diferenças biológicas e psicológicas para sustentar qualquer diferença social entre homens e mulheres pode, de antemão, ser abandonada como parte de um exercício estéril. Porém, a atenção a este fato serve como parte do pano de fundo sobre o qual incidem os elementos de crítica realizados no decorrer dos comentários. Por isso, algumas referências a qualidades masculinas e femininas são feitas sem a preocupação de detalhar essa discussão já superada teoricamente (PRISCITELLI, 1998).

É fácil perceber que a dicotomização dos gêneros tem algo de universalizante, pelo menos dentro da sociedade ocidental. É, pois, operando dentro desta dimensão que o pensamento adquire sua maior expressão de racionalidade e em consequência, de controle. Ora, o que ou quem não faz parte de um gênero pertence, naturalmente, ao outro. Fora disto tudo, é anormalidade, esquisitice. Assim se dá, porque os mecanismos de inclusão dos elementos em determinada categoria possuem alto grau de legitimação, fato que coloca os opositores, na maioria das vezes, na marginalidade. Dessa maneira, a caracterização das qualidades masculinas e femininas nada tem de questionável, uma vez que são itens derivados dos respectivos gêneros. E assim, mesmo que indivíduos masculinos utilizem em seus comportamentos “qualidades femininas”, e vice-versa, a tendência é não se questionar a emergência da ação, pois a justificativa social para esta ocorrência é a de que, às vezes, se tomam de empréstimo determinadas qualidades como se (e esta é uma situação aceitável) houvesse ocorrido um hibridismo momentâneo e lúcido acima de tudo. Há a primazia do racionalismo mesmo assim.

Nesse processo, dá-se a impressão de permanência histórica a um estado de relacionamento entre os seres humanos que é recente como se pode observar nos trabalhos de Jurandir Freire Costa (1996) que, retomando as análises de Thomas Laqueur (1991), procurou recuperar dois grandes modelos explicativos das diferenças sexuais e de gênero surgidos ao longo da história cultural do ocidente. A citação, a seguir, permite perceber a contingência e a evidência social dos conceitos. A respeito dos modelos tem-se:

O primeiro deles, designado por *one sex-model*, dominou o pensamento anatômico por aproximadamente dois milênios (até o século XVIII). Nele há a marca da metafísica do neoplatonismo: *a mulher* (e seu sexo) é pensada como *homem invertido e inferior*, não havendo representação bipolar da sexualidade humana, masculina e feminina. O útero feminino corresponderia ao escroto masculino, os ovários seriam os testículos, a vulva equivaleria ao prepúcio

e, finalmente, a vagina, a um pênis interior. E neste sentido, ‘a forma feminina do sexo era índice de inferioridade na escala de perfeição metafísica’. Alguma ordem de diferenciação entre mulheres e homens, ainda que percebida, *nunca era explicada pela originária diferença sexual*. (últimos grifos meus)

No *two sex-model*, em vigor a partir do século XVIII, há o reconhecimento do ‘dimorfismo radical e original na sexualidade’. Segundo Laqueur e Costa, tal mudança foi operada por profundas transformações sociopolítico-culturais e epistemológicas, onde a natureza e a função das mulheres na sociedade passaram a ser questionadas. Segundo Costa, em vez de consequência dos avanços científicos, os novos modos de interpretar o corpo foram ‘novos modos de representar, de constituir realidades sociais’. A emergência da diferenciação, dada a partir de uma ‘bissexualização política’, marcava a nova ordem: diferenças entre mulheres e homens começam a ser pensadas em ‘termos de descontinuidade e oposição e não tem termo de continuidade e hierarquia: o corpo humano correlato à organização social clássica era o corpo de um só sexo; o corpo humano do Iluminismo e da revolução burguesa será o corpo de dois sexos (COSTA, 1996 apud MATOS, 2000, p. 61).

A distinção e, conseqüentemente, a diferenciação bipolar entre homens e mulheres é produto de uma determinada concepção de sujeito sedimentada sob o signo da modernidade, e tributável à filosofia da existência de um sujeito nuclear, centrado, autônomo, senhor de suas ações. Referida concepção ajudou a caracterizar a definição dos lugares sociais do masculino e do feminino, respectivamente.

Remontando a período anterior, Mafesoli (1999) ressalta a ligação deste processo com a ontologia da linha filosófica de Parmênides, na qual o sujeito é concebido pela sua homogeneidade e a “identidade está de certo modo ‘gelada’ na subjetividade e na permanência individual” (p.305). Para este autor, há na sociedade “uma evidência parmenidiana da identidade. Essa se fortaleceu em particular durante a modernidade, e culmina na ‘carteira’ do mesmo

nome que faz de cada indivíduo uma entidade tendo um nome, um sexo, um endereço e uma profissão” (p. 306). Desse modo, pode-se dizer que a identidade, como exposta, é uma abstração evidenciada na modernidade; é uma explicação teleológica da sociedade, isto é, o vislumbre de pretensões e prescrições sobre o que ela deveria ser. Processo este que constitui com êxito novas realidades sociais em dado momento histórico.

Essa perspectiva considerou o gênero mulher como o ‘não-sujeito’ e assim a conduta feminina teve definida para si ideias-modelo – o vínculo que une as pretensões às prescrições – de mãe, esposa, dona de casa; que a coloca diretamente no âmbito da passividade, da imaginação, do sensível e do doméstico-familiar. São estas oposições que mais povoam o senso comum e, por vezes, o próprio espírito científico; mas, em se tratando do exercício social da profissão de professora, a mulher passa a atuar em espaços que exigem ações opostas a sua conduta pré-estabelecida, ou seja, a atividade, o público, a razão, o intelecto, o político. A partir daqui, supõe-se que a construção da identidade de professora se dá em meio a constantes tensões.

E então, qual a solução para essa contradição, ocasionada pela aparente mudança social de *status*?

A primeira tentativa de explicação seria mostrar que todas as ideias-modelo representam a ordem de existência da hierarquia de valores impregnados nos comportamentos, sendo que umas têm mais; e outras, menos capacidade de agregar-se ao institucionalizado.

Outra tentativa de explicação seria, a partir da primeira, começar perguntando como é que as ideias-modelo que eram antes atualizadas somente pelo indivíduo masculino se conformam à ordem, mesmo sendo agora vividas pelo indivíduo feminino? Talvez se pudesse dizer, seguindo e estendendo a mesma linha de raciocínio, que a força das ideias-modelo relacionadas à atividade, ao público, à razão, ao intelecto, ao político, constitutivos da profissão de

professora sucumbe àquelas que não têm outra função, se não a de representar simbolicamente a ordem institucional como totalidade integrada. Trata-se da ideia-modelo de mãe (reprodução, gestação, cuidados com as crianças) que parece se sobrepor a qualquer outra que a mulher venha a desempenhar e que, em tese, alteraria sua condição de indivíduo.

A fabricação do indivíduo mulher traz em si as condições para manter-se; porém, a sua solidez só pode se manifestar por um laço relacional com o indivíduo masculino. Embora não haja identidade sem oposição, a pergunta que tem sido feita é como esta oposição se transforma em hierarquia.

As concepções mais gerais do pensamento que organizam a sociedade podem ajudar a entender como e por que as instituições e as funções sociais – na constante tensão, junção e disjunção – “fabricam” identidades de gêneros de uma forma e não de outra e como, uma vez fabricadas, essas identidades se mantêm ou se alteram em contextos e situações específicas. No entanto, tudo isso é fortemente afetado no plano prático pelas relações familiares e é ainda mais visível quando se observa contextos diferenciados.

2. Gênero e Magistério

Em acordo com o tipo de racionalidade exposto, a vida familiar é produzida em meios a controle técnico-discursivo expresso em forma de deveres, punição, exaltação de ideias, fechamento a novidades, em suma, silenciamento de qualquer outra voz que abale os conceitos da moral vigente. Estes mecanismos possuem grande poder de legitimação, mas, apesar desta característica, não respondem a todas as formas possíveis de compreensão das relações sociais que se estabelecem como realidades empíricas. Isto é, se a normalização já traz em si as condições necessárias para a punição

de sua transgressão, admite-se, então, que o discurso normativo tem opositores reais e/ou em potencial, daí seu tom de fatalismo.

Ao transitar em meio a estas complexas situações de permanência e alteração, há que se observar como as condições familiares e as relações de parentesco interferem na profissionalização da mulher para e no exercício do magistério, no caso em questão.

De um ponto de vista da dinâmica imediata das relações pessoais/sociais, estabelece-se um elo com alguns achados teóricos de Klaas Wortmann em “A família das mulheres” (1987). Klaas, ao se referir à necessidade de a mulher trabalhar fora de casa para ajudar no orçamento doméstico (seu estudo é feito entre os pobres da Bahia), diz que há uma quebra do modelo ideal de família em que o homem se encontra no espaço da rua e a mulher no espaço da casa. Mas, há também uma readaptação do modelo real, das novas condições, no sentido de atenuar o rompimento das posições tradicionais. Isto é feito justificando que o emprego da mulher, na maioria dos casos de empregada doméstica, ainda se encontrava no espaço da casa, o que de certo modo não representava perigo à ordem das coisas.

Em se tratando da profissão de professora, a mesma ideia de adaptação se encontra presente. Quando a função é desenvolvida nos primeiros anos de escolarização, o rearranjo do modelo é feito da mesma forma: o espaço da mulher é visto como inalterado uma vez que cuidar de crianças é uma de suas funções ‘naturais’ mesmo que, no caso, as crianças sejam alunos. Quando os alunos são adultos dos anos mais avançados, a tentativa de reorganização do modelo continua, mas agora com outros argumentos, por exemplo, em frases do tipo: “a mulher tem mais jeito para ensinar”. É bom ressaltar que este argumento, apesar do que possa parecer à primeira vista, não é, de modo algum, um atentado ao lugar do masculino, mas apenas um jogo de palavras que pretende fazer alguma coisa, isto é, pretende aprisionar as novas situações ao modelo ideal, procurando

evitar que se tornem situações desconcertantes. O novo contexto é reorganizado em outros moldes; nestes termos “[d]e um modo talvez um tanto esquemático, se poderia dizer que a representação dominante do professor homem foi – e provavelmente ainda seja – mais ligada à autoridade e ao conhecimento, enquanto que a da professora mulher se vinculava mais ao cuidado e ao apoio ‘maternal’ à aprendizagem do aluno” (LOURO, 1997, p. 107).

É, de certo modo, a estrutura familiar se reproduzindo no espaço público, daí a necessidade de se atentar para este microuniverso, quando da análise sobre o espaço social mais geral. Contudo, deve-se assinalar que tanto em um quanto em outro estão operando categorias universalizantes de homem e de mulher em referência às suas identidades (em termos de princípios), para além de suas características bio-psicológicas apontadas no início do texto.

Observe-se que quando há de fato a derrocada das ideias-modelo de pai e mesmo das de mãe na família estrita, a rede de parentesco é acionada a fim de recuperar as imagens de homem e de mulher por intermédio do irmão da mãe, da cunhada, da avó. Há precedência da ideia de pai/homem - mãe/mulher sobre as pessoas propriamente ditas. A transcrição que segue ilustra este ponto particular em relação aos pobres:

O papel fundamental da mulher na casa dá-se, portanto, dentro de uma estrutura familiar em que o homem é essencial para a própria concepção do que é família, porque a família é pensada como uma ordem moral, onde o homem representa a autoridade. Mesmo quando ele não provê a família, sua presença ‘desnecessária’ continua necessária. A autoridade na família, fundada na complementaridade hierárquica entre o homem e a mulher, entretanto, não se realiza obrigatoriamente nas figuras do pai e da mãe. Diante das freqüentes rupturas dos vínculos conjugais e da instabilidade do trabalho que assegura o lugar de provedor, a família busca atualizar os papéis que a estruturam, através da rede familiar mais ampla (SARTI, 1996, p.48).

Foi das classes médias urbanas que saíram as professoras primárias incentivadas por suas próprias famílias. Estava em jogo o valor da educação e do *status* familiar obtido pela formação dos filhos, melhor dizendo, das filhas. Segundo Jeni Vaitsman (1994, p. 63),

devido ao crescimento do ensino secundário no país [entre os anos de 1940 e 1950], muitas mulheres voltaram-se inicialmente para as faculdades, qualificando-se para o magistério neste nível (SAFFIOTTI, 1976) - função para a qual pareciam naturalmente inclinadas, pois não conflitava com os papéis de mãe e esposas na família.

Cabe ressaltar, da exposição anterior, que não foram as mulheres em geral que se profissionalizaram, pois o conceito de família tem papel fundamental na relação de gênero, uma vez que as famílias já constituídas sobre o padrão tradicional apresentavam maior relutância a esta flexibilização. Neste primeiro momento, a utilização do princípio maternal no trabalho é mais metafórico, porque potencial, do que propriamente real. Ou seja,

As mulheres professoras – ou para que as mulheres possam ser professoras – precisam ser compreendidas como ‘mães espirituais’. O trabalho fora do lar, para elas tem, de ser construído de forma que o aproxime das atividades femininas em casa e de modo a não perturbar essas atividades. Assim, as mulheres que vão se dedicar ao magistério serão, a princípio, principalmente as solteiras, as órfãs e as viúvas. Nos primeiros tempos, quem vai, efetivamente exercer a profissão são as mulheres ‘sós’”(LOURO, 1997, p.104).

Logo, a liberdade se inicia pela falta de autoridade masculina das figuras do pai e do marido, principalmente deste último porque, novamente, a relação de gênero na família entre marido e mulher possuía no momento, e talvez ainda hoje, dinâmica diferente da relação de gênero entre pai e filha. Estavam em operação dois conceitos de família: um, baseado na primeira relação, que mantinha

o modelo tradicional; e outro, baseado na segunda relação, que procurava novos espaços de expressão da mulher. Porém, ambos encontravam-se na ideia de mulher-mãe-esposa que também continua presente, como informa Vargas (1999, p.106): “[n]a ótica das mulheres, a infertilidade - suposta ou ‘diagnosticada’ – é uma ameaça aos ideais da família, da relação conjugal e da identidade de gênero, sendo considerada responsabilidade das mulheres”.

O espaço público da profissionalização da mulher não pode ser tomado como único indicador a mostrar a equalização de *status* entre os gêneros. Isto é mais visível quando se observa os guetos tradicionais do mercado de trabalho feminino – o magistério e a enfermagem – é igualmente perceptível em outras ditas boas ocupações. Estudos de Bruschini e Lombardi (1999) mostram que o ingresso das mulheres nas ocupações da Medicina, Direito, Arquitetura e Engenharia, a partir da década de 50 do século passado-- respeitado o critério de idade, tempo de permanência no emprego, tamanho do estabelecimento-- não é de fato diferencial em relação ao homem;

...[n]o entanto, repetindo um padrão de gênero que ocorre em todo o mercado de trabalho, essas profissionais ganham menos do que seus colegas.

Tudo isso nos permite concluir que, apesar de estarem ocupando novos e promissores espaços de trabalho, nas quais sua inserção é muito semelhante à dos homens, as mulheres continuam sujeitas a padrões diferenciados por gênero, dos quais *a discriminação salarial é apenas o mais evidente* (BRUSCHINI; LOMBARDI, 1999, p.23 - grifo meu).

A questão tem, então, que ser formulada de outro modo: não mais discutir somente o acesso, mas principalmente, o ‘quê’ do acesso, no sentido de saber quais as implicações que isso teve sobre as relações. Nas famílias pobres, por exemplo, devido à instabilidade do mercado de trabalho, o salário feminino ocupa, por vezes, lugar

central no orçamento doméstico deslocando o *status* privilegiado do homem como trabalhador/provedor, embora o mantenha como elemento fundamental da ordem moral familiar. Nas famílias das classes médias urbanas, por sua vez, a relação é quase sempre simétrica e inversa, pois, o salário feminino se torna apenas um apêndice do salário do marido que, conforme citação anterior, recebe salários mais altos. Portanto, a superação da vulnerabilidade feminina não se realiza com o simples acesso a certas ocupações, mesmo as ditas masculinas, ou de nível mais elevado.

Neste contexto, a questão parece ser de ordem mais profunda. Por isso, há que se fazer uma contraposição à análise feita por Vaitsman (1994) em relação às professoras. Veja-se:

“[q]uando a profissão de professora primária deixou de satisfazer às aspirações de um número cada vez maior de mulheres oriundas das classes médias, que passaram a buscar vagas nas universidades, estavam criadas as condições para que a hierarquia sexual na família e na sociedade fosse questionada” (p.63).

E mais adiante:

“[a] essa altura [meados da década de 1970], a participação das mulheres nas atividades educacionais profissionais, políticas e culturais já havia promovido importantes redefinições práticas e ideológicas na estratificação de gênero, desafiando a dicotomia entre papéis sexuais” (p. 70-71).

Somente o acesso das mulheres às universidades não seria, assim como não foi, capaz de por em xeque a hierarquia sexual na família e na sociedade, num período de pouco mais de uma década em uma sociedade que vivia um patriarcalismo individualista, como entendia a autora. Não foi suficiente pelos motivos já apontados, além de que, modificações reais não foram provocadas na base da racionalidade que dicotomiza homem e mulher como distinção entre, fundamentalmente, sujeito e não-sujeito pelas qualidades atribuídas

aos sexos. É neste rumo que se desenvolvem as argumentações de Giffin e Cavalcanti (1999) a respeito da “condição de pai” em meio a transformações que impelem o homem à revisão do papel tradicional de provedor na vida cotidiana da família e seu papel de autoridade distante. “Neste sentido, o exercício de uma paternidade que inclua cuidados corporais e as necessidades afetivas dos filhos pode ser visto como caminho para construção de um novo homem (GIFFIN, 1976), uma vez que uma das características do modelo tradicional é a dificuldade que os homens têm de expressão de afeto e ternura” (GIFFIN; CAVALCANTI, 1999, p. 59).

3. Afeto, Conjugalidade e Profissão

Em razão da inexistência de consenso e da imprecisão dos conceitos acerca das emoções, em geral, sinalizadas em trabalhos sobre o tema, como o de Scheff (2012), aqui o afeto conjugal é definido operacionalmente como aquele usado para justificar a coabitação de um homem e uma mulher. Desse ângulo, o afeto passa a ser visto como satisfação pessoal no relacionamento; elemento que, em última análise, justificaria o estabelecimento e a manutenção do relacionamento por um ou por ambos os cônjuges, tanto em situações de normalidade quanto nas adversas à moral social, posto que o sentido se liga ao bem-estar subjetivo. Trata-se assim de evidenciar a ação do sujeito e, então, especular sobre a ética da vida privada, isto é, como a pessoa percebe sua vida particular e dentro dela sua vivência no relacionamento afetivo; o que deseja para si e o que deseja para ambos, nos aspectos tanto de satisfação pessoal quanto conjugal.

O sentido do afeto conjugal poderá ser buscado inicialmente em expressões do tipo “eu gosto dele ou dela como homem ou como mulher”, que reflete a apaixonada atração entre homens e

mulheres. Constitui, desse modo, uma possibilidade de aproximação sobre mais uma das formas de interação social, a fim de conhecer outras maneiras ou ângulos de realização da humanidade, isto é, das formas pelas quais os seres humanos conformam sua humanidade em grupos e interações específicas e singulares.

Com base nesta argumentação inicial e nos objetivos traçados para este texto, sugere-se que uma perspectiva para entender a dinâmica das relações de gênero e profissionalização seria, então, investigar suas conotações particulares quanto às situações vividas pelos casais no decorrer de suas vidas, precisamente, em termos de formação acadêmica e exercício profissional, pois ensejaria visualizar o confronto das modificações ocorridas, tanto no âmbito profissional de atuação quanto no relacionamento afetivo. Este indicativo foi extraído particularmente de dois trabalhos descritos a seguir com as devidas complementações em virtude do presente foco de interesse.

Jeni Vaitsman, em “Flexíveis e Plurais: identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas”, expõe que em maior amplitude nas novas configurações familiares o que está em jogo é a própria maternidade:

A ruptura da dicotomia entre papéis públicos e privados segundo o gênero, iniciada pelas adolescentes da década anterior, agora instaurando-se como conflito, parecia de certo modo retroceder. Já adultos, essas mulheres não conseguiam repartir, de maneira que se sentissem como equânime, o trabalho doméstico, a administração da casa, o cuidado com o filhos. A descontinuidade em relação aos modelos da geração precedente expressa-se em vários momentos e dimensões da vida. Contudo, a fragmentação do mundo feminino vincula-se sobretudo à maternidade (VAITSMAN, 1994, p.132).

Por sua vez, no estudo de Estumano (2010), **Gênero no cotidiano de camadas médias urbanas**, no qual analisa ideias e práticas relatadas de pessoas que atuam no campo acadêmico,

tomando como parâmetro as considerações sobre suas próprias vidas familiares e práticas profissionais, é encontrado um conflito na vida de uma de suas entrevistadas entre o fato de ser mulher, profissional e casada. O depoimento seguinte ilustra este conflito:

... é como se eu fosse duas pessoas. Eu me sinto constantemente um profissional, mas em casa é como se eu não fosse, é como se eu não tivesse estudo nenhum. É uma luta diária pra colocar pra ele, que ele não está lidando com qualquer pessoa; eu sou uma mulher, eu sou formada, e tenho uma profissão. Acredito que se ele tentasse enxergar que eu também sou um profissional ele não me discriminaria... (p.144).

Segundo o autor, o que se depreende desse depoimento é que o marido vê a esposa num papel “tradicional” de esposa, que não possuiria os atributos intelectuais adquiridos com a formação e com o exercício profissional.

Em ambos os estudos, se verifica que os espaços de atuação feminina foram modificados, contudo, nas relações domésticas e afetivas se instalou um conflito em decorrência das novas situações. As pessoas continuam gostando umas das outras, mas parecem sofrer e fazer sofrer por viverem em um cenário não desejado ou não compreendido por um dos lados. Portanto, os lugares do masculino e do feminino não podem ser interpretados pela simples presença das pessoas em determinados espaços físicos, mas da dinâmica das interações que surgem da ocupação também desses espaços.

Caberia, pois, indagar: como vivem as professoras-mães? Ou de outro modo: como se dá a relação entre a formação acadêmica, o exercício da profissão de professora e condição real ou potencial de mãe no interior dos relacionamentos afetivos? Estas indagações e outras demonstram a fecundidade da associação, nos estudos de gênero, da relação entre família e profissionalização, para a compreensão das interações estabelecidas entre homens e mulheres que compartilham experiências afetivas.

Ainda que certos estudos se refiram ao afeto ao investigar os relacionamentos amorosos e conjugalidade, conclui-se que a atenção dada ao tema se volta a sua constituição como vínculo (união) e não necessariamente em referência ao sentimento vivido entre o par, traduzido no termo “eu gosto dele/dela”. A exemplo nos trabalhos de Azevedo (1986), D’Incao (1989), Del Priore (2006) e outros, o registro ao afeto conjugal se faz como ‘regra para’, isto é, descreve se o amor (denominação geralmente empregada pelos autores) é ou não o fator primordial para o estabelecimento da união. Algumas referências ao sentimento no interior do casamento são tomadas somente para o detalhamento subsequente de um dos motivos do divórcio, situação em que um cônjuge se sente infeliz. Há ainda os que demonstram - no mesmo sentido direcionado à manutenção do laço conjugal - as modificações sociais na ideia de amor, como faz Giddens (1993) ao descrever a mudança das práticas conjugais baseadas no amor paixão – expressão de uma conexão genérica entre o amor e a ligação sexual (p.48) –, passando pelo amor romântico – ideais de liberdade e autorrealização (p.50-51) –, rumo ao amor confluyente – a emergência do relacionamento puro, não apenas na área da sexualidade (p. 206). Seguindo estes referenciais os estudos etnográficos sobre família e gênero, em geral, reproduziram sua linha teórica.

Percebe-se assim que, no Brasil, o componente afetivo tem sido pouco explorado nos estudos de gênero e família. Koury (2005) em ensaio sobre o campo disciplinar da Antropologia das Emoções no estado da arte atual, passando em revista os principais autores e temáticas trabalhadas na antropologia brasileira, registrou, naquele momento, a presença do campo temático gênero no âmbito dos estudos sobre emoção, contudo, associado ao envelhecimento, como se observa na citação seguinte:

Uma outra série de estudos importantes para a construção da Antropologia das Emoções no Brasil tem sido desenvolvida por pesquisadores que correlacionam as temáticas de gênero e envelhecimento. Myriam Moraes Lins de Barros (1987 e 1989), Cornelia Eckert (2003), Clarice Peixoto (1993 e 1994), Alda Brito da Motta (1996 e 2002) entre outros, têm se dedicado à discussão da identidade, das visões de mundo, da memória, dos rearranjos sociais, dos modos de vida e esferas afetivas, a partir de uma ótica das emoções correlacionando gênero e envelhecimento (KOURY, 2005, p. 244).

As condicionantes financeiras dos relacionamentos, geralmente, enfocadas nestes tipos de estudos, se interligam ao vínculo afetivo; contudo, não podem de antemão ser sobrepostas a este na interpretação dos relacionamentos, pois em determinados casos o afeto é também racionalizado para organizar as situações desconcertantes. Isso explicaria, por exemplo, a permanência de pessoas em situações de violência (verbal ou física) que ao senso comum pareceria irracional, se considerada apenas do ponto de vista material.

Finalmente, uma primeira aproximação teórica à proposta aqui esboçada deve ser feita com o trabalho de David Le Breton (2009), particularmente nos capítulos 3 e 4 intitulados, respectivamente, Antropologia das emoções I e Antropologia das emoções II. Sobre a representação das emoções em sociedade o autor considera que a expressão da emoção pode não estar em sintonia com o que o corpo está sentindo, mas ser originada pelo o que é esperado pela sociedade em determinada circunstância. Ao estabelecer relações entre a afetividade e o vínculo social, diz que “a existência é um fio contínuo de sentimentos mais ou menos vivos ou difusos, os quais podem mudar e contradizer-se com o passar do tempo e de acordo com as circunstâncias” (LE BRETON, 2009, p.111).

Tratou-se, enfim, de apontar novos cenários à discussão sobre o afeto em sua dimensão simbólica, isto é, na busca do significado do sentimento afetivo no interior das relações conjugais. Este elemento parece não ter sido ainda objeto de uma análise particular, necessitando para isso de levantamento de evidências etnográficas.

CONCLUSÃO

As relações de gênero na sociedade contemporânea se encontram num movimento pendular, pois, ao mesmo tempo em que avançam por forças dos novos arranjos familiares e ocupações de trabalho, procuram sempre que possível acomodar-se às estruturas tradicionais. Este fenômeno pode levar a imprecisões quando se desenvolvem certas análises que não atentam para o fato de que os postulados que constroem as identidades de gênero não o fazem por simples classificação de categorias, mas estão implicados em relação de poder que definem os lugares do masculino e do feminino, apresentando-os, sutilmente ou não, como lugares naturalmente dados.

A profissionalização é uma das facetas materiais deste processo e, neste sentido, precisa ser articulada a outras que permitam conseguir diagnósticos mais profundos. O espaço familiar parece responder muito bem a esta condição, particularmente se focalizado o componente afetivo presente nesta confluência.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Thales de. *As regras do namoro à antiga*. São Paulo: Ática, 1986.

BUSCHINI, Cristina e LOMBARDI, Maria Rosa. Médicas, arquitetas, advogadas e engenheiras: mulheres em carreiras profissionais de prestígio. *Revista de Estudos Feministas*. Florianópolis-SC, vol. 7, n. 1 e 2, p. 9-24, 1999.

D'INCAO, Maria Ângela (org.). *Amor e família no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1989.

DEL PRIORE, M. *História do amor no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2006.

ESTUMANO, Evanildo M. Gênero no cotidiano de camadas médias urbanas. In: GONÇALVES, Jadson F. G.; RIBEIRO, Joyce O. S.; CORDEIRO, Sebastião M. S.; (orgs.). *Pesquisa em educação: territórios múltiplos, saberes provisórios*. Belém: Editora Açai, 2010.

GIDDENS, Anthony. *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: UNESP, 1993.

GIFFIN, Karen e CAVALCANTI, Cristina. Homens e reprodução. *Revista de Estudos Feministas*. Florianópolis-SC. vol. 7, n.1 e 2, p. 53-71, 1999.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. A Antropologia das emoções no Brasil. RBSE – *Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*. vol. 4, n. 12, p. 12-30, dez. 2005.

LE BRETON, David. *As paixões ordinárias: antropologia das emoções*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2009.

LOURO, Guacira. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 3. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1997.

MAFESOLI, Michel. *No fundo das aparências*. 2. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1999.

MATOS, Marlise. *Reinvenções do vínculo amoroso: cultura e identidade de gênero na modernidade tardia*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2000.

PRISCITELLI, Adriana. Nas fronteiras do natural: gênero e parentesco. *Revistas de Estudos Feministas*. Rio de Janeiro-RJ. vol. 6, n. 2, p. 305-326, 1998.

SARTI, Cynthia Andersen. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. Campinas-SP: Autores Associados, 1996.

SCHEFF, Thomas J. Uma taxonomia das emoções: como começar. Trad. Mauro Guilherme P. Koury. *RBSE- Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*. vol. 11, n. 31, p. 12-30, abr. 2012.

VAITSMAN, Jeni. *Flexíveis e plurais: identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas*. Rio de Janeiro-RJ: Rocco, 1994.

VARGAS, Eliane Portes. A figueira do inferno: os reverses da identidade feminina. *Revista de Estudos Feministas*. [online]. vol. 07, n. 01-02, p. 89-108, 1999.

WORTMANN, Klaas. *A família das mulheres*. Rio de Janeiro-RJ: Tempo Brasileiro, 1987.

Trabalho e Família na Percepção de Mulheres Provedoras

Work-Family Linkages: perceptions of women who are providers

Lana Claudia Macedo da Silva

Resumo: o artigo resulta do quarto capítulo da tese de doutoramento. Objetiva analisar a relação entre as categorias trabalho e família na percepção de mulheres provedoras. A pesquisa foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas. O resultado revela o caráter paradoxal das categorias estudadas, conferindo, simultaneamente, duplicação de afazeres e autonomia a essas mulheres.

Palavras-chave: trabalho, família, mulheres.

Abstract: the paper is based on the fourth chapter of my PhD dissertation. It aims at analyzing how women who are providers conceive of work-family linkages. Semi-structured interviews were employed to collect data. Findings reveal the paradoxical characteristics of the investigated categories once they provide those women with autonomy despite the extra burden of double working hours.

Keywords: work, family, women

Lana Claudia Macedo da Silva é Doutora em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Professora do Departamento de Filosofia e Ciências Sociais (DFCS) da Universidade do Estado do Pará (UEPA).

E-mail: lanacmacedo@ig.com.br

INTRODUÇÃO

As cinco últimas décadas do século XX marcam período de intensas transformações no mundo e, particularmente, na sociedade brasileira. Muitas dessas mudanças estão relacionadas ao universo feminino, desde a maior participação da mulher no mercado de trabalho, redução da taxa de fecundidade, ampliação da escolaridade feminina e expansão dos domicílios chefiados por mulheres.

Estudos revelam que, apesar da maior visibilidade social desse fenômeno, não se trata de algo recente, sua presença percorre as diferentes épocas históricas conforme pesquisas do período colonial brasileiro (SAMARA, 1993, 1989, 1999, 2003; WOORTMANN, 1987, 2004; SCOTT, 2002, 2011; DIAS, 1985).

No Brasil, em dez anos cresceu o número de domicílios que têm a mulher como principal ou única provedora: passou de 22,9% em 1995 para 30,6% em 2005 (IBGE, 2005). Ante a necessidade de compreender esse universo, a proposta deste estudo é analisar a relação entre as categorias trabalho e família na percepção de mulheres provedoras. As pesquisas do IBGE constituem um indicativo da ampliação do número de mulheres provedoras no Brasil. A imprensa falada e escrita constantemente divulga noticiários evidenciando o crescimento desses arranjos familiares na sociedade.

1. Perfil das Mulheres Provedoras

O grupo de interlocutoras era composto por dezessete (17) mulheres da Região Metropolitana de Belém, com idade entre 26 a 72 anos. A faixa etária predominante foi de mulheres de 50 a 59 anos (5), seguidas pelas de 40 a 49 (3), 30 a 39 (3), 70 a 79 (2) e 60 a 69 anos (1). Essa variedade geracional contribuiu para distintos olhares, comportamentos e significados acerca dos diferentes assuntos contemplados pelo estudo.

No que diz respeito à escolaridade das mulheres, o quadro geral de formação mostra a predominância de um baixo nível de escolaridade. As duas mulheres setuagenárias afirmaram nunca terem frequentado escola, 8 (oito) mulheres possuíam o ensino fundamental incompleto e 7 (sete) haviam concluído o 2º grau, atual ensino médio, sendo que duas delas cursaram o antigo magistério que habilitava para trabalhar como professora e as outras concluíram os estudos por meio de programas financiados pelo governo federal (PRONAF), visando à qualificação de mão-de-obra disponível nas comunidades para o trabalho de agente comunitária de saúde.

O item referente à naturalidade visualiza o contínuo campo-cidade, visto que entre as pesquisadas havia oito provenientes do interior do Estado do Pará, sete da capital paraense e duas migrantes de outro Estado brasileiro (Maranhão). Neste sentido, estudos pioneiros sobre comunidade Amazônica realizados na década de 1950 já sinalizavam para o forte fluxo de pessoas oriundas de cidades e localidades interioranas em direção a capital paraense (WAGLEY, 1977). Desde então, diferentes autores das ciências sociais referenciam a relação de interdependência entre esses dois espaços, expressa no vínculo que se estabelece entre aqueles que migram e os que ficam nas localidades (RODRIGUES, 2008; CANCELA, 2006).

A raça/etnia foi outro elemento presente nos questionários. Optou-se pela autoclassificação e as respostas foram: predominantemente a raça/etnia morena evidenciada em 10 (dez) respostas, seguida pela parda para 3 (três) mulheres, a branca e a negra apresentam a mesma quantidade de respostas 2 (duas) mulheres cada. Ressalte-se que, dentre essas categorias, outras subcategorias foram percebidas, por exemplo, a morena clara (inserida na categoria morena) e a preta (presente na raça negra).

No que tange ao aspecto ocupação ou atividade, todas as mulheres migrantes (8), em razão da falta de estudos e de qualificação,

ao chegarem na metrópole, as alternativas de trabalho foram o serviço doméstico, serviços gerais, babá, faxineiras, lavadeiras de roupas, cria de família, serviços gerais, caixas de supermercado. Em todos os casos estudados, o trabalho significava a sobrevivência individual e familiar é “o ganha pão das crianças”, ou seja, o trabalho era a garantia de alimentação, educação e moradia (ainda que em condições precárias).

Sobre a situação conjugal do grupo estudado, foi registrado: 1 (uma) não havia constituído matrimônio (formal ou informal), 6 (seis) referiram união consensual, 2 (duas) eram solteiras, 3 (três) separadas/desquitadas e 5 (cinco) viúvas. Uma mulher constituiu casamento religioso e civil, mas enviuvou.

Diante desse quadro, é possível afirmar que a maior parte (quatorze) das mulheres pesquisadas fez uso da informalidade, o que ratifica pesquisas antropológicas realizadas na capital amazônica durante o período de expansão da economia da borracha (1870-1920), as quais mostram o alargamento do número de uniões informais entre as camadas populares da cidade em decorrência, entre outros, da instabilidade do trabalho, da moradia, de bens materiais e patrimoniais – fatores que interferem na maneira como o sujeito se relaciona com o mundo e consigo e que, paradoxalmente, estão associados à autonomia da mulher pobre e trabalhadora (CANCELA, 2007).

2. “Eu Sou uma Mulher Guerreira”: percepções de mulheres provedoras

No universo pesquisado, o cotidiano das mulheres revelou um quadro de complexidade unívoca. Se por um lado, há a permanência de práticas assinaladas pela desigualdade e submissão feminina, por outro, há experiências marcadas pela autonomia e

emancipação feminina, conforme relatam falas das entrevistadas¹:

Agora acontece que eu vejo a mulher tem seu espaço assim, eu vejo assim um espaço que a mulher tem, que a gente não via antigamente, agora a gente já vê a mulher trabalhando normal, assim cada área de emprego tem pra ela, depende da mulher. Já vê a mulher trabalhando já como pedreira né? Já vê a mulher trabalhando como... assim... Assim com política, tem a Dilma, tem uma mulher já na política (ROSA, 2011).

Eu só digo que eu sou uma mulher guerreira. Eu tenho uma amiga que diz “tu é uma guerreira, por tudo que tu já passou tu é uma guerreira.”. E batalho eu corro atrás e não paro. Eu tenho esse meu irmão que trabalha comigo quando dá meio dia ele vem embora, eu não consigo. Eu não fico sem serviço. (BELADONA, 2009).

O discurso da mulher “guerreira” é recorrente em diversas falas e encontra-se sempre associado à relação família-trabalho. A conciliação desses dois elementos, longe de ser “natural” ao universo feminino, revela a capacidade de a mulher articular trabalho, necessário para a sobrevivência do grupo, com a criação e educação da prole.

Olha, pra mim uma mulher de sociedade ela não tem que ser submissa, ela tem que ser ela mesma, ela tem que depender dela mesma entendeu, ser uma pessoa guerreira que vai a luta e consegue entendeu [...] O que mudou porque ela se tornou mais independente, ela se tornou lutadora ela, ela, a mulher mudou pelo seguinte porque quando ela quer um objetivo ela vai em frente luta e consegue tanto que de primeiro você não via uma mulher presidente e hoje nós temos uma presidente, você não tinha uma mulher metida em política e hoje em dia a maior parte dos políticos das pessoas que se mete em política são mulheres e ganha (GABRIELA, 2011).

¹ Os nomes das interlocutoras foram substituídos por pseudônimos para garantir o anonimato das mulheres que compartilharam conosco um pouco de suas histórias de risos e prantos.

É por isso que a gente luta pra que a gente não faça um papel feio, a gente tem que mostrar que a gente é mulher, a gente é uma pessoa de garra, de luta e de muita força. Hoje em dia a mulher tem que viver independente do homem, tem que ter o seu trabalho, pra não tá pedindo nada pro marido porque a gente às vezes diz:

– Ah, paga uma conta minha?

– Ah, pra que tu quer? Tu não come e não bebe?

E nós tendo o nosso dinheiro nós não passa por isso (QUERIDINHA, 2011).

O exercício dessa relação não acontece sem conflitos. Rocha-Coutinho (2004), ao estudar a identidade feminina de mulheres universitárias de camada média carioca, considera que o discurso social incorporou o novo papel da mulher trabalhadora associado à doutrina da maternidade:

É bem possível que as mulheres atuais, assim como suas mães e avós, ainda relutem em abandonar o controle e poder que sempre tiveram, mantendo e reforçando a ideia de que a mãe é insubstituível no cuidado de seus filhos porque só ela, que os gerou e pariu, sabe como desempenhar bem esta tarefa (ROCHA-COUTINHO, 2004, p. 3).

Como consequência da incorporação deste discurso, para muitas mulheres brasileiras a família permanece uma prioridade, mesmo que para isso elas tenham que sacrificar possíveis satisfações em termos de crescimento profissional. Dessa maneira, conscientemente ou não, a mulher contribui para a manutenção do modelo masculino que ainda rege a sociedade.

No caso das mulheres estudadas e pertencentes à camada popular, a conciliação da esfera doméstica com o trabalho também é recorrente, visto que tendem a se dividir e multiplicar.

Hum... ser mulher tem que ter muita, muita garra pra ser mulher porque nós mulheres somos até melhor de que os homens pra cuidar de uma casa é, porque (risos) a gente trabalha fora, quando chega trabalha na casa da gente e a gente não sente cansada é a

mesma coisa, cuidar dos filhos, cuidar do trabalho, nós somos mais melhor de que os homens (QUERIDINHA, 2011).

Como se percebe, são mulheres e mães que, ao chegarem do trabalho, ainda têm que conciliar tempo e espaço para si, os filhos e os afazeres domésticos, proporcionando à família saúde, lazer, educação e afeto.

Embora limitações econômicas e de toda ordem não sejam exclusividade das famílias de mulheres provedoras, sobre elas recai o triplo estigma de gênero, raça e classe, pois o fato de ser mulher, negra e sem escolarização emperra sua entrada no mercado de trabalho formal, sendo impelida para um mundo adverso, instalado nas frestas da sociedade. Rocha-Coutinho também faz referências a essa “culpabilidade” entre as mulheres de camada média:

Frequentemente sem se dar conta, a mulher continua a contribuir para a preservação do esquema machista que prevaleceu na sociedade tradicional e contra o qual ela própria, ainda que amiúde apenas no nível do discurso, se rebelou. Assim, é possível que a mulher atual continue a ser levada a se dividir e multiplicar, carregando, como suas mães, uma imensa culpa por não estar se desempenhando como gostaria nas duas esferas, culpa esta difícil de ser resolvida (ROCHA-COUTINHO, 2004, p. 3).

Entre as interlocutoras, percebe-se a presença da desigualdade de gênero, como a violência contra a mulher e a divisão sexual do trabalho, ao mesmo tempo em que são evidenciadas mudanças na condição de mulheres provedoras, ampliando o poder decisório no âmbito familiar, assim também atitudes e comportamentos de insatisfação perante as desigualdades de gênero, raça e classe.

Embora os últimos anos do século XX tenham apresentado grandes mudanças nas relações entre homens e mulheres, não se pode superestimar essas transformações e nem acreditar que as desigualdades entre os gêneros tenham sido superadas, tanto no espaço público quanto no privado.

Novas possibilidades de trabalho feminino são lembradas enquanto conquistas. Espaços (como a política), antes delegados ao sexo masculino, agora surgem como novas possibilidades, porém, sempre associados ao espaço doméstico. Para essas mulheres, o trabalho sempre esteve presente:

Ah, é tudo, a gente (mulher) é muito guerreira, trabalha. Ah é muito bom a mulher cresceu muito né no mercado de trabalho, eu pelo menos eu sempre trabalhei, porque eu tive só um casal de filhos porque logo que a minha filha nasceu o meu marido teve problema né, até que ele faleceu desse problema. Aí eu tomei a frente de tudo, sempre trabalhei pra educar os meus filhos, pra tudo que, tudo que nós conseguimos hoje, até hoje foi sempre trabalhando. (WERÔNICA, 2011).

Eu sempre gostei de trabalhar né... eu me criei trabalhando junto com a minha mãe e eu não me acostumo a ficar dentro de casa, e eu sempre gostei de ganhar, de ter o meu dinheiro de ganhar o meu dinheiro, não ficar dependendo, entendeu? Nem de marido nem de ninguém. Eu sempre gostei de trabalhar pra mim ter o meu, independente de qualquer coisa (ORQUÍDEA, 2011).

Já trabalhei muito, hoje em dia eu tô... eu tenho uma pensão porque eu tive um acidente, quebrei os dois braços e a coluna aí me deram essa pensão aí é um amparo social que eu tenho é, eu recebo esse dinheiro de amparo social da coluna que eu quebrei e dos dois braços no acidente que teve comigo [...] Trabalhava, trabalhei muito pra criar meus filhos, muito, muito mesmo, trabalhei naquela companhia de pesca, lavando peixe, trabalhei numa ferraria, depois fui ser cozinheira de navio, tudo isso. Foi no meu último trabalho, era numa companhia de pesca que eu trabalhava aí eu escorreguei com uma bota lisa né, aí eu quebrei os dois braços e a coluna (QUERIDINHA, 2011).

Para essas mulheres de camada popular, os equipamentos urbanos são mais ineficientes; elas dificilmente contam com o apoio do Estado para deixar os filhos menores enquanto trabalham. A creche, por exemplo, não foi citada por nenhuma das dezessete

mulheres pesquisadas. As crianças iniciam a vida escolar a partir dos 6 ou 7 sete anos na pré-escola próxima à moradia delas:

Fiquei muito tempo cuidando só de filho, até ela (filha) tá cursando a 4ª série na escola, eu ficava com ela direto, eu não abandonei ela em nenhum momento (JADE,2009).

Segundo dados da PNAD (2006), a Região Norte apresentava o menor percentual de frequência escolar entre os grupos de idade de 0 a 17 anos. Para as crianças de 0 a 3 anos a estimativa corresponde a 8,0% enquanto a média nacional ficava em 15,5%, na Região Nordeste a frequência é de 13,3%, a Região Sudeste apresenta 19,2%, a Região Sul tem 18,3% e a Região Centro-oeste 11,5%. Nesse grupo de idade, a disparidade quantitativa era mais acentuada revelando um quadro de ausência de equipamentos públicos para atender essa demanda na região.

Outro dado importante de análise diz respeito à taxa de escolarização por gênero. As mulheres da Região Norte possuíam estimativa de 69,9% enquanto para os homens esses números correspondiam a 69,1%, uma pequena vantagem para as mulheres de 0 a 17 mulheres, com mais acesso à educação. Contudo, essa diferença não se traduzia em melhores condições no mercado de trabalho.

Para Goldenberg (2000b, p. 109), em fins do século XX, 70% das mulheres brasileiras estavam concentradas em um pequeno número de ocupações, consideradas como “guetos tipicamente femininos”, são elas: empregadas domésticas e trabalhadoras no campo, as de menor instrução; secretárias e balconistas, as de nível médio; professoras e enfermeiras, as de maior escolaridade.

Contudo, alheias a essas adversidades, as mulheres pesquisadas em nenhum momento falaram de “culpa” ou “medo”. Ao contrário, seus discursos integravam harmoniosamente os papéis sociais:

mãe, dona de casa e trabalhadora. O discurso da “culpabilidade”, ao que parece, não tinha espaço entre as interlocutoras, visto que citavam atitudes como: garra, luta, força e resistência. Características tradicionalmente associadas ao universo masculino, matizando a figura feminina como ser passivo e subserviente. Ou seja, antes de pensar em masculino *versus* feminino, homem *versus* mulher e em papéis sociais concorrentes entre os sexos, as narrativas sugerem a flexibilidade e pluralidade no exercício dos papéis sociais.

A conciliação entre família e trabalho para elas não é novidade, nem tão pouco sacrifício, visto que denota a mulher sempre pronta para enfrentar as adversidades cotidianas. Ser pai e mãe é a expressão da “mulher guerreira” latente em cada uma.

3. “Se Ele Pode, Eu também Posso”: o discurso da “chefia compartilhada”

² O termo “chefe de família” foi adotado nas primeiras entrevistas e evitado nas demais, pois se considerou que as mulheres quase sempre faziam referência ao valor ideológico do mesmo.

Quando questionadas sobre quem representava o “chefe de família”², havia uma associação imediata à figura masculina do homem provedor, como relatou uma entrevistada:

P= quando perguntam quem é o chefe da família, o que tu dizes?

R= eu digo que é ele.

P=mais quem comanda mais a família de fato, é ele ou tu?

R= é eu... eu acho que a gente comanda igual, porque não existe aquela coisa assim, quem é mais, quem é menos, sempre trabalhamos em parceria a gente combina tudo, eu dou tanto, tu dá tanto, porque na época eu ganhava bem mais. Trabalhava como agente de saúde, com um salário e mais um pouquinho, e lá na urgência eu pego R\$600,00, R\$700,00 reais. Aí o meu salário era bem maior do que o dele.

P=e quando vocês tinham que decidir alguma coisa?

R= a gente decidia junto, nenhum manda mais que o outro. E eu nunca fui aquela pessoa assim, ai meu Deus do céu, eu vou receber

dinheiro, eu vou fazer tudo, não. Eu mandava minha filha tirar o dinheiro. Filha pega o dinheiro, tira e dá pro teu pai. E ele como homem, ele tem bem mais responsabilidade, porque ele vai decidir. (JADE, 2010).

P= És tu quem paga as contas?

R= É eu.

P= Mas a decisão é em conjunto?

R= É conjunto.

P=Então porque tu dizes que ele é chefe da família?

R=Porque ele que é o homem (risos).

E continua:

L= Mas então na tua opinião, o que é essa chefia? O que define?

I=Na minha opinião seria os dois, a gente decide tudo em comum acordo, então ninguém manda mais do que ninguém. Se ele pode, eu também posso. Se ele dá, eu também dou. Mais aí quando fica aquela coisa... pra não diminuir ele, e tudo mais, aí fica....

L= Porque ele fica constrangido?

I= Fica. Porque ele que é o homem da casa. Aí ta, então não seja por isso, eu não me importo.

L= Mas como tu pensas que deve ser essa chefia da família?

I= eu acho que deve haver sempre um diálogo na família, pra sempre dividir tudo por igual, porque se não só eu for dá, não vai conseguir nada, nunca vai crescer, porque ele vai dizer: _ não meu dinheiro é pra isso, pra aquilo e pra aquilo, então nunca vai crescer. Então é dividido, tu da X, eu dou x, então bora fazer isso aqui. (JADE, 2010).

A fala de Jade possui forte conotação ideológica acerca do tema em questão. Diversos elementos surgem nessa conversa: a distribuição equitativa das responsabilidades, masculinidade, o aspecto ideológico da chefia e a chefia compartilhada.

A distribuição equitativa das responsabilidades entre a mulher e o homem, no que concerne ao pagamento das despesas domésticas, assegura à mulher maior autonomia no espaço doméstico. Ao afirmar “se ele pode, eu também posso” a entrevistada faz referência ao compartilhamento de despesas, tarefas e diálogo entre o casal. Contudo, para a sociedade, isto é, para as pessoas de fora do grupo doméstico, a presença masculina é importante para a manutenção da moral familiar (SARTI, 1985). Ainda que, na prática, ela trabalhe mais que ele, ou o salário da mulher seja superior ao do homem, ou ainda ela seja a principal responsável pelas decisões que cercam o espaço familiar.

Outras mulheres também apresentaram dificuldades em discorrer sobre a temática, às vezes pediam para repetir a pergunta, outras vezes repetiam-se falas, outras ficavam em silêncio. Diversas foram as formas de manifestação desse tema que parecia tão confuso para as mulheres pesquisadas, pois para muitas o homem representa “naturalmente” o chefe ou o “cabeça da família”.

Ah.. hoje eu vejo... O homem na família que é o chefe né, da família... não tanto quanto antigamente. Hoje em dia eu acho que algumas famílias tem possibilidade, tem muitos que não tem. [...] Quando o homem não tem é a mulher que assume, eu acho agora quem tá assumindo mais é a mulher do que o homem (ROSA, 2011).

Para essas mulheres a “chefia familiar” encontra-se fortemente associada ao fator econômico e cultural. Contudo, apesar do forte apelo da representação do homem provedor, elas convivem, não sem tensões, com diferentes modelos de família. O crescimento das mulheres provedoras também é notado por elas que não veem com preocupação o fato, acostumadas a presenciar suas mães, avós, tias, primas, amigas e conhecidas sustentando sozinhas a família. Para essas mulheres, a noção de “chefia familiar” é ampliada e, diria, relativizada:

É ter responsabilidade, é assumir uma responsabilidade da casa entendeu; falta tal coisa você é uma chefe de família, falta tal coisa eu chego com você, olha tá faltando isso, isso, isso... olha eu quero fazer isso, isso, isso agora se você não me der abrigo eu não vou mais com você, porque eu acho que um chefe de família ele tem que ser pai, mãe, dono da casa e responsável pela casa[...] Eu me considero uma chefe de família porque até a data de hoje eu nunca deixei os meus filhos sem uma conversa, sem um conselho, sem uma orientação, sem nada, ser chefe de família não é só vestir uma calça eu sou o homem eu sou o dono da casa não você tem que ter uma responsabilidade dentro da sua casa, se você não tem uma responsabilidade dentro da sua casa, você não pode ser o chefe de família, muitas das vezes uma mulher é mais chefe de família do que o homem, tá (GABRIELA, 2011).

O chefe de família pra mim é aquele que é responsável por tudo, pela casa, pelos filhos em relação ao estudo dos filhos, do bem-estar à educação [...] Pra mim é quem da a última palavra, porque as vezes os meus filhos pintam e bordam com o pai (risos). Ai se torna um pouco difícil (SAMAMBAIA, 2011).

Eu criei eles sozinha, sendo pai, sendo mãe. Só eu criei eles [...] Eu acho que eu sou uma mãe de família. (risos) Porque eu acho que a mãe solteira é aquela que é só a mãe e o filho. Aqui não, tem as minhas irmãs. Essa daí também, viveu muito tempo sozinha, criando filhos, agora não, agora, agora tem esse rapaz aí, muito gente boa que ela conheceu. A outra não, parece que já tem trinta e poucos anos, já é casada e sempre viveu com o marido dela (BELADONA, 2010).

Para as mulheres, a noção de *responsabilidade* está muito presente na temática. Ser provedora é ter responsabilidades. Ser homem, ter trabalho e prover a família não é suficiente para caracterizar a “chefia familiar”, porque esta extrapola os condicionantes econômicos, na medida em que essa chafia também significa participação na educação dos filhos orientando, dialogando e dividindo tarefas com os mesmos:

P – Depois de ter passado todas essas experiências, como é que a senhora acha que deve ser o papel do homem e da mulher dentro de casa?

R – Deve ser igual, cada um faz uma coisa. Parceria

P – Em que?

R – Em cozinha, lavar louça, limpar. Vamos dizer assim, eu faço mais do que ele porque geralmente a mulher tem mais coisa que o homem. Eu observo tudo, eu sei quando é para limpar isso, eu sei que aqui tem que jogar esse lixo. Eles sabem todo dia do carro do lixo, algumas vezes eles esquecem.

P – Deve ser igual? Então não tem mais essa coisa do homem ser o chefe de família, o responsável?

R – Tem que ser dividido, parceira. A não ser se que esteja um desempregado. Um vai dar apoio para o outro. Quando tem uma família dentro de uma casa que todos trabalham, todos têm que se ajudar. Também quando trabalham é sinal de que ninguém para nessa casa, então quando um chega primeiro tem que fazer [o serviço]. Quando é homem, tem a pessoa que vai determinar: “Não quero essa pia cheia de louça! Eu não quero essa mesa suja!” Eu não quero, não, não. É um negócio muito difícil. Nós devemos é deixar a casa limpa, usou, lavou. Eu acho que é assim, senão um vai ser mais sacrificado. Na história aqui vai ser eu. Porque ai vai sobrar para mim e assim não; cada um lava o seu, lá em cima eles limpam (VIOLETA, 2009).

O chefe da família é quem possui a responsabilidade sobre o grupo, isto é, quem executa ações, ao mesmo tempo em que delega afazeres aos demais membros da família. E, não somente ações, mas, fundamentalmente, é quem circula entre as diferentes esferas da família, coordenando o grupo doméstico. Contudo, desconstruindo a noção clássica de “chefia”, para as interlocutoras o responsável pela família precisa antes de tudo exercer seu poder de “parceria”, no sentido de estabelecer relações de bom convívio com pessoas que possuem interesses em comum, o grupo familiar.

4. Sobre a “Distribuição das Tarefas Domésticas” e o “Cuidado com as Crianças”

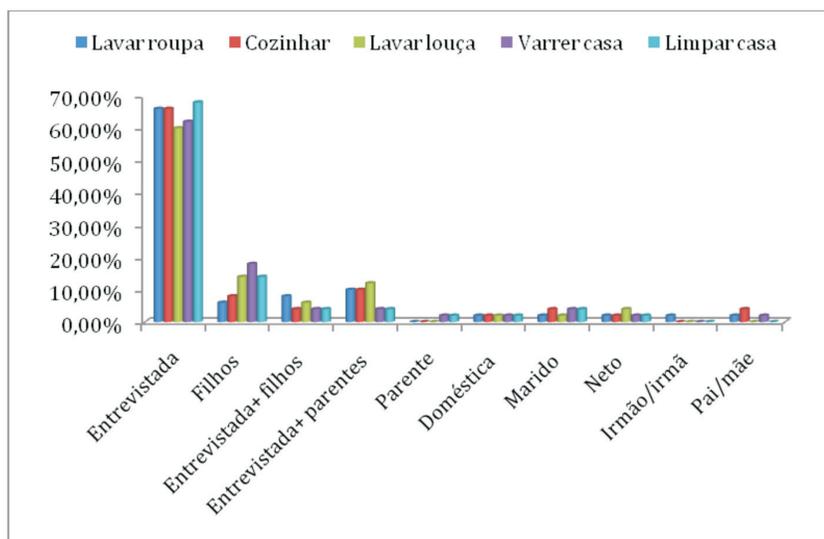
A dinâmica familiar foi observada em questionários versando a respeito da distribuição das seguintes tarefas domésticas: lavar

roupa, cozinhar, passar roupa, varrer casa, lavar louça, limpar casa, consertos em casa e cuidados com os doentes.

Nas cinco primeiras atividades, a mulher é a principal responsável em mais da metade das respostas (60% a 68%); em segundo lugar, ela é a principal responsável mais com a parceria de parentes (4%, 10% e 12%); os filhos obtêm a terceira colocação (6%, 8%, 14%, 18% e 14% respectivamente), e em quarto aparecerem os filhos e a entrevistada como principais responsáveis (8%, 4% e 6%) pelas atividades domésticas de lavar roupa, cozinhar e lavar louça. Nota-se que entre as respostas dadas, a “entrevistada” esteve presente em nada menos que mais de dois terços das atividades com percentual de 84%, 80%, 78%, 88% e 90%.

Nota-se a persistência de um modelo tradicional que atribui à mulher a responsabilidade das atividades relacionadas aos cuidados com a casa. Para fins de facilitar a leitura desses dados, veja-se os resultados nos gráficos a seguir:

Gráfico 1: Distribuição das Tarefas Domésticas



FONTE: Coleta em Campo, 2009, 2011,2012.

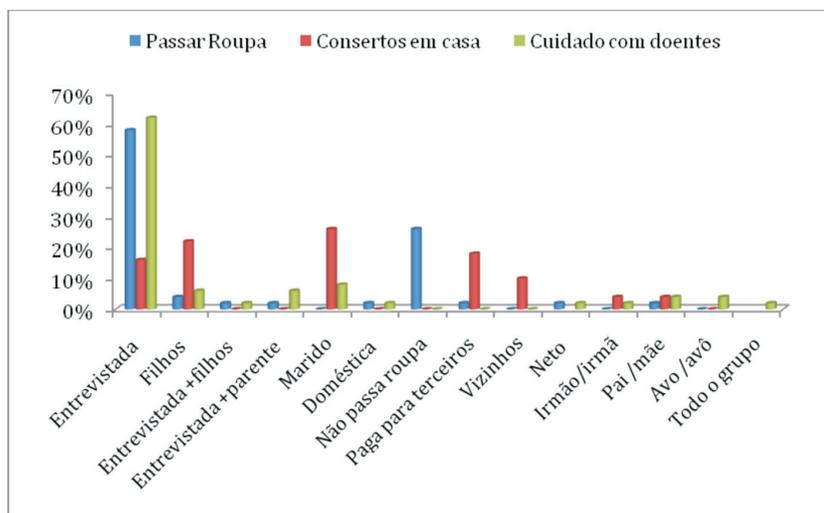
Não menos importantes são os outros sujeitos que participam dessa atividade em menor número. Causou surpresa o fato de haver uma empregada doméstica (2%) prestando serviços a uma das mulheres pesquisadas, revelando a precariedade dessa atividade. O marido e neto respondem por 2% a 4% das atividades investigadas. E o irmão/irmã e pai/ mãe foram citados, principalmente na limpeza da casa (2%). Na ação de cozinhar, somente aparecem pai/ mãe (2%).

As categorias “passar roupa” e “consertos em casa” foram analisadas em conjunto. A atividade “passar roupa” mereceu tabela específica, pois houve a entrada de novas respostas como: não passa roupa (26%) e paga para terceiros (2%). Embora a ação fosse responsabilidade principal da entrevistada (58%), um número razoável de mulheres declarou não passar roupa. Vale ressaltar que essa afirmativa enseja outras questões a serem respondidas, visto que não foram devidamente investigadas. Esse assunto é interessante porque suscita ideias como: não passa roupa porque não possui ferro (o que é pouco provável dada a facilidade de se adquirir esse eletrodoméstico), outra ideia recorrente pode ser que as roupas da casa não necessitem ser passadas a ferro (o que também parece improvável a família não possuir roupas de pano que amassem e precisem ser passadas) e, por fim, pode-se pensar na tentativa de economia de energia, o que parece mais provável dada a situação de carência em que se encontrava o grupo estudado.

Quanto à categoria “consertos em casa”, o marido responde por 26%, isto é, pouco mais de um terço dos dados, seguido pelos filhos que somam 22% e a entrevistada responde por 16%. Em quarta colocação: o serviço de terceiros com 18%; os vizinhos, com 10%; e os irmãos/irmãs e pai/mãe, cada um, 4% das respostas. Ressalte-se que a entrevistada não aparece entre a primeira colocada, cedendo lugar para o marido e os filhos.

A categoria “cuidado com doentes” destaca-se pela amplitude das respostas, conforme o gráfico 2. Contudo, a presença da entrevistada é significativa representando 70%; o marido assume 8% das respostas, conquistando a segunda colocação, seguido pelos filhos com 6%; pai/mãe e avó/avô respondem por 4% cada e, não menos relevante, os netos, irmão/irmã e a empregada doméstica com 2% cada um. Um dado interessante diz respeito à resposta que visualiza todo o grupo doméstico como responsável pelo cuidado com os doentes (2%).

Gráfico 2: Distribuição das Tarefas “Passar Roupa”, “Consertos em Casa” e “Cuidado com Doentes”



FONTE: Coleta em Campo, 2009, 2010, 2011.

Persiste a tradicional divisão sexual do trabalho que atribui ao gênero feminino uma multiplicidade de características associadas a atributos ou qualidades “naturais” das mulheres, tais como: os cuidados com o espaço doméstico e a família, enquanto os homens ficam responsáveis pelos consertos da casa.

Outra questão é o fato de haver empregada doméstica em uma das famílias estudadas, pois as áreas pesquisadas são conhecidas como localidades de grande vulnerabilidade social, onde os moradores estão inseridos em um contexto de precário acesso aos equipamentos urbanos como: postos de saúde, creches, escolas, transporte, saneamento etc. Nesse sentido, essas trabalhadoras estavam prestando serviços para pessoas que se encontravam em situação social não muito distante da sua própria realidade, caracterizando a fragilidade do serviço realizado pela doméstica, no que concerne a inexistência dos vínculos empregatícios, igualmente, dos benefícios sociais como: aposentadoria, 13º salário, férias, seguro desemprego, Fundo de Garantia do Trabalhador Social (FGTS), hora extra e outros.

Nas atividades tradicionalmente consideradas femininas como lavar roupa, cozinhar, lavar louça, varrer e limpar casa a presença masculina ainda é insignificante se comparada ao público feminino, revelando a persistência histórica de um modelo de família que condena a mulher às funções de reprodução, enquanto o homem encontra-se associado à produção. Contudo, em camadas populares, esse modelo ideal precisa ser atualizado dadas as dificuldades do homem em garantir sozinho a subsistência do grupo familiar.

Também foi investigado a respeito do cuidado com as crianças menores. Por meio de uma tabela, procurou-se quantificar o número de vezes que a entrevistada, o cônjuge, os parentes ou outras pessoas exerciam determinados cuidados com as crianças como: vestir e dar banho, dar comida, levar ao médico, por para dormir, levar ou pegar na escola, acompanhar nas atividades

³ A categoria “outros” compreende as próprias crianças quando já estão em idade de exercer as atividades.

escolares e passear. Neste sentido, verificou-se que, em todas as atividades alocadas, a principal responsável é a mulher, seguida pelas categorias “outros”³

e “parentes”⁴; e por fim, o cônjuge aparece em último lugar, no que tange aos cuidados com as crianças.

Das atividades relacionadas, a frequência da mulher comparativamente à dos demais executores, constatou-se os seguintes percentuais: “passeio” (60%); “levar ao médico” (56%); “acompanhar as atividades escolares” (46%); “por para dormir” (40%); “levar ou pegar o filho na escola” (36%); “dar comida” (30%); “vestir e dar banho” (28%).

⁴ A categoria “parentes” compreende a mãe biológica da criança (em um caso onde a criança é criada pela avó materna), a irmã da entrevistada, filhos (as) mais velhos (as) da entrevistada e a neta mais velha da entrevistada. Vale frisar que em todas as ocasiões tratava-se de pessoas do sexo feminino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos aqui comentados revelam que, embora os condicionantes sociais, históricos e econômicos sejam importantes para projetar os caminhos traçados individual e coletivamente, eles não podem ser pensados de maneira estanque, visto que, nossas interlocutoras nasceram em uma época de poucas oportunidades para as mulheres, em situação social adversa, dada a condição econômica, raça/etnia e gênero não oportunizar mobilidade social para as mulheres. Todavia, a rede de relações construída pelas mesmas foi decisiva para redefinição do projeto individual e familiar.

A situação de precariedade era visível nas condições de habitação, acesso à educação, saúde, mercado de trabalho, constituindo obstáculos para essas mulheres e sua prole. Contudo, mesmo diante das adversidades sociais, econômicas e, até, históricas, os relatos dessas mulheres revelam estratégias de enfrentamento e resistência presentes na própria história de vida. Cada uma, à sua maneira, demonstrou diferentes percepções e reações em torno da situação vivenciada. Elas adotavam estratégias que iam desde o trabalho infantil auxiliando na manutenção de suas famílias de

origem, passando pelas redes de solidariedade entre familiares, parentes e vizinhos, até a busca por recursos junto ao poder público. Salienta-se que é no cotidiano que tais relações são construídas e alicerçadas e, portanto, esse constitui o espaço onde as relações de gênero necessitam ser repensadas e revisadas.

No que tange à categoria trabalho, a estreita relação entre o projeto individual e o familiar pode ser considerada decisiva para redimensionar o projeto de vida do grupo familiar, haja vista a interligação entre passado, presente e futuro, pensados não de maneira seccionada, mas tecidos no cotidiano das relações sociais.

A própria condição de mulheres provedoras não é fixa ou continua, mas sim, dinâmica, visto que, as mulheres oscilam entre situações de emprego e desemprego e, também, entre uniões conjugais e separações. Mormente, essa última situação já estabelece uma diferenciação entre a mulher provedora com ou sem a presença do companheiro/marido. Entre as mulheres pesquisadas, nota-se que a presença do homem não exime a responsabilidade da mulher provedora no que tange ao compromisso com o trabalho, embora minimizada, pois a mulher tem alguém com quem dividir as despesas domésticas. Ao contrário da mulher que não conta com a participação masculina e que, portanto, precisa cuidar sozinha da manutenção da família. Nesse sentido, a união conjugal nem sempre pode ser pensada como suporte financeiro, pois em alguns casos são as mulheres que conseguem aferir maior rendimento monetário que os companheiros, e manter-se empregadas a maior parte do tempo. Assim, a ideia recorrente ao senso comum de que o casamento possibilita estabilidade e segurança financeira à mulher precisa ser relativizada em um contexto, no qual o mercado de trabalho informal proporciona mais oportunidades ao público feminino

do que ao masculino, pois mesmo diante de condições adversas no acesso a esse mercado, como é o caso das interlocutoras da pesquisa, o serviço doméstico é a porta de entrada de muitas dessas mulheres.

Ainda sobre a divisão sexual do trabalho, nota-se a prevalência da desigualdade de gênero, pois essas mulheres ao mesmo tempo em que assumem a provisão de suas famílias, continuam sendo as principais responsáveis pelo cuidado com os filhos e com as tarefas domésticas. Na existência de companheiros, é pouca a participação destes nos serviços domésticos.

Nesse contexto, há uma situação paradoxal, visto que, ao mesmo tempo em que essas mulheres possuem uma sobrecarga de trabalho, é no ambiente doméstico que se concretiza o poder feminino, embora precise ser relativizado na medida em que algumas mulheres têm o “chefe” simbolizado na figura masculina, quer seja o companheiro ou os filhos. O trabalho representa ao mesmo tempo um indicativo de sobrecarga de tarefas, mas também, de autonomia em contexto familiar. A frase proferida por algumas dessas mulheres “eu sou pai e mãe” denota essa ambiguidade. Contudo, faz-se uma ressalva a respeito da importância da figura masculina nesse contexto, pois é vista como a representação moral da autoridade e respeito da casa e da família diante da esfera pública.

Para finalizar, compreende-se que a relação construída entre o trabalho e a família apresenta caráter paradoxal. Se de um lado consiste em uma duplicação de afazeres, de outro confere autonomia a essas mulheres, na medida em que permite a descoberta e desenvolvimento de suas capacidades para a superação de problemas individuais e coletivos.

REFERÊNCIAS

CANCELA, Cristina Donza. *Casamento e relações familiares na economia da borracha (Belém 1870-1920)*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Econômica. Universidade de São Paulo. 2006.

_____. Destino cor-de-rosa, tensão e escolhas: os significados do casamento em uma capital amazônica (Belém, 1870-1920). In: *Cadernos PAGU*. Campinas, nº 30, jan./jun. 2007.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. 2ª Ed. Rev.: São Paulo: Brasiliense, 1995.

GOLDENBERG, Mirian (Org.). De Amélias a Operárias: Um ensaio sobre os conflitos femininos no mercado de trabalho e nas relações conjugais. In: Goldenberg, Mirian. *Os novos desejos: das academias de musculação às agências de encontros*. Rio de Janeiro: Record, 2000b.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD*, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD*, 2006.

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. Novas opções, antigos dilemas: mulher, família, carreira e relacionamento no Brasil. In: *Revista Temas de Psicologia*. UFRJ, volume 12, número 1, 2004.

RODRIGUES, Carmem Isabel. *Vem do bairro do Jurunas: sociabilidade e construção de identidades em espaço urbano*. Belém: NAEA, 2008.

SAMARA, Eni de Mesquita. *As mulheres, o poder e a família: São Paulo, século XIX*. Marco Zero/ Secretaria da Cultura, São Paulo, 1989.

_____. Tendências Atuais da história da família no Brasil. In: *Pensando a família no Brasil da colônia à modernidade*. ALMEIDA, Ângela Mendes et al (Org.). Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: UFRJ, 1993.

_____. *Família, mulheres e povoamento*: São Paulo, século XVII, Bauru, SP: EDUSC, 2003 (Coleção História).

_____. Família e vida doméstica no Brasil: do engenho aos cafezais. *Estudos CEDHAL* n. 10. Humanitas, São Paulo, 1999.

SARTI, Cynthia Andersen. *A família como espelho*: um estudo sobre a moral dos pobres. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: *Revista Educação e Realidade*, v. 16, n. 2, p. 5-22, dez. 1990.

SCOTT, Parry. *Mulheres chefes de família*: abordagens e temas para as políticas públicas. Trabalho apresentado no Pré-Evento Mulheres Chefes de Família: crescimento, diversidade e políticas, realizado em 4 de novembro de 2002, Ouro Preto-MG pela CNPD, FNUAP e ABEP.

_____. *Famílias brasileiras: poderes, desigualdades e solidariedades*. Recife: ED. Universitária da UFPE, 2011. (Série Família e Gênero, n.14).

SILVA, Lana Claudia Macedo. *Mulheres provedoras*: trajetórias amorosas, trabalho e família. Tese de Doutorado em Sociologia. Belém: Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. UFPA. 2012 (mimeo).

WAGLEY, Charles. (1977). *Uma comunidade amazônica*. Companhia Editora Nacional: São Paulo, 1977.

WOORTMANN, Klaas. *A família das mulheres*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, Brasília, CNPq, 1987.

WOORTMANN, Klaas & WOORTMANN, Ellen. *Monoparentalidade e chefia feminina: conceitos, contextos e circunstâncias*. Brasília: UNB, 2004 (Série Antropologia).

As Flores que Falam sobre Sexualidade e Afetividade

Flowers that Talk about Sexuality and Affection

Jennefer Portela de Sales

Resumo: o presente artigo versa sobre a maneira que jovens mulheres pertencentes à faixa etária de 14 a 21 anos vivenciam sua sexualidade e constroem suas afetividades, baseado numa pesquisa de campo realizada com 07 (sete) jovens, na sede do município de Chaves Estado do Pará (Arquipélago do Marajó), no período de 10 de novembro a 07 de dezembro de 2011. Este artigo traz à luz autores que conceituam juventude, gênero e suas possibilidades de serem vivenciados, considerando as contribuições históricas e sociais para a construção dos papéis sociais e identitários. As jovens expuseram seus pensamentos a respeito das possibilidades de afetividades, diferenciando o namoro sério, do ficar e do “cismar”, notando-se a valorização da virgindade e a importância dada ao sentimento, ao amor para que haja o ato sexual.

Palavras-chave: sexualidade, afetividade, juventude, gênero.

Abstract: this paper focuses on how young women aged between 14 and 21 live their sexuality and build their affectivity. The field research was carried out with seven young women in Chaves, a town located in the Archipelago of Marajó, in the state of Pará, northern Brazil. The research lasted from November 10th to December 7th, 2011. Authors who work with the concepts of youth and gender and the possibilities of experiencing them have theoretically grounded the study. The historical and social contributions in building social and identity roles were also considered. The participants reported an affectivity continuum that goes from dating to occasional dating to being stuck on somebody. In addition, the participants value virginity and assign great importance to love for sexual intercourse to take place.

Keywords: sexuality, affectivity, youth, gender.

Jennefer Portela de Sales é Graduada em Ciências Sociais pela Universidade da Amazônia (UNAMA- Pará, Brasil); Especialista em Metodologia da Pesquisa Científica pela Universidade do Estado do Pará (UEPA).

E-mail: portelasles@gmail.com; oara_antropo@hotmail.com

INTRODUÇÃO

O presente artigo é uma síntese da monografia **As flores do Marajó: um estudo sobre a sexualidade feminina chaviense** (SALES, 2012) e versa sobre a vivência e o pensamento acerca da sexualidade feminina de jovens entre 14 e 21 anos. Sete alunas participaram da pesquisa, realizada na sede do Município de Chaves (Arquipélago do Marajó, Estado do Pará-Brasil), estudantes de uma escola pública, no período de 10 de novembro a 7 de dezembro de 2011.

Considerando-se que o ser jovem é dotado de potencialidades recriadoras de possibilidades de vivências, afetividades e sexualidade(s),

¹ Esta assertiva pode ser elucidada com a afirmativa de Severino “[...] a ação histórica e social, guiada por uma intencionalidade que lhe dá sentido, uma finalidade intimamente relacionada com a transformação das condições de existência da sociedade” (SEVERINO, 2007.p. 116).

² Consideramos aqui a hipótese de que “[...] muitas informações sobre a vida dos povos não podem ser quantificadas e precisam ser interpretadas de forma mais ampla que a circunscrita ao simples dado objetivo.” (GRESSLER, 2004, p.80).

e que neste contexto a mulher tem papel fundamental para a ressignificação social¹, a pesquisa visou a: perceber como ocorre/ocorria a relação da juventude feminina Chaviense com a sexualidade e qual seu pensamento a respeito da virgindade; analisar a representação do ato sexual para ela e os elementos considerados para que esse ato aconteça/acontecesse; compreender a participação da família e da escola no processo de orientação sexual.

Neste sentido, a coleta de dados em campo foi realizada no convívio escolar². Para isso, utilizou-se como método a perspectiva crítico-dialética, objetivando-se a compreensão dos relatos e maior aprofundamento na análise das falas proferidas pelas interlocutoras da pesquisa, buscando-se também consolidar o método por meio de abordagem qualitativa, posto que a mesma possibilita a percepção de significados múltiplos e do modo “como a realidade social representa o próprio dinamismo da vida individual e coletiva [...]” (SEABRA, 2001, p.33).

Assim, os sujeitos foram observados e analisados, mediante a utilização de um roteiro de perguntas, por meio do qual as entrevistadas tiveram oportunidade de engendrar os significados de suas ações e os sentidos construídos cotidianamente pelos mesmos.³

Sabe-se que o tema sexualidade é algo tido como tabu para muitas famílias em especial quando se trata de localidades situadas no meio rural, nas quais os moradores vivenciam uma realidade precária em inúmeros aspectos, a exemplo, os principais direitos garantidos por lei: moradia digna; saúde; educação de qualidade; emprego e renda, saneamento básico, acesso a bens culturais entre tantos outros ausentes na maioria dos municípios que compõem o arquipélago do Marajó. Considerando-se estes fatores e o contexto da coleta de dados, para discorrer sobre os sentidos de sexualidade construídos pelas entrevistadas se faz necessária uma revisão de literatura sobre conceituação de juventude e de gênero, percebendo este último como identidade que pode ser assumida e ressignificada, além de construção social.

³ Para preservar a identidade das interlocutoras que participaram da pesquisa, utilizou-se nomes fictícios, atribuindo a cada uma o nome de flores, fazendo menção ao título principal da monografia “As Flores do Marajó”.

1. Juventude e Gênero

Groppo define juventude como categoria social e, segundo o autor, esta se torna situação e representação socioculturais, no sentido dado por Manheim (1952). Dessa forma, o grupo em questão “é uma construção, representação ou criação simbólica, fabricada pelos grupos sociais ou pelos próprios indivíduos tidos como jovens, para significar uma série de comportamentos e atitudes a ela atribuídos” (2000, p.8).

O conceito de juventude é uma criação da modernidade, assim como as demais faixas etárias. Segundo Groppo (idem), quando se considera divisões dentro da sociedade por idade, a relevância

⁴ É válido considerar que a construção da definição de juventude é influenciada pela relação com várias outras categorias e situações sociais diversas, desde o contexto histórico-social, étnico, religioso e de gênero, ou seja, tal período não ocorre isoladamente.

não está somente nos limites etários, mas “principalmente nas representações simbólicas e situações sociais com suas próprias formas e conteúdos que têm importantes influências nas sociedades modernas”⁴.

Além disso, o período denominado juventude não é vivido igualmente por pais e filhos, tendo em vista que este grupo tem como característica fundamental, independente do contexto histórico-social entre tantos outros aspectos, o querer modificar, o não aceitar tão facilmente o que está posto, provocando dessa forma conflitos de geração.

Observa-se, assim, a complexidade acerca da temática, posto que falar de juventude é falar de uma faixa etária que vivencia realidades distintas de acordo com outras características que as distanciam para além da faixa etária, e nesse contexto o fator gênero é, sem dúvidas, determinante e complexo. Tendo em vista que a mulher e o homem são desenvolvidos para assumir papéis distintos na sociedade, é necessário que seja ressaltada a importância da perspectiva subjetiva e inconsciente, no processo de construção de papéis sociais.

Ao analisar a perspectiva de gênero, é válido atentar para a construção de um perfil juvenil, em especial da mulher jovem, visto que tal edificação é iniciada na gestação, nos primeiros contatos com o mundo e com a primeira instituição, a família, considerando as novas conjugalidades e ressignificações construídas a esse respeito. A figura materna é crucial no processo de construção identitária, tendo em vista que, normalmente, passa mais tempo com a criança em seus primeiros meses, ou seja, esse processo de: “[...] formação da identidade de gênero feminino está integrada à relação de apego que a criança tem com a mãe e é fruto do processo de socialização [...]” (RONELLI e PIETRO, 2002 p.2)

Neste sentido, percebe-se a influência da mulher na perpetuação do comportamento masculino, relativamente às questões de afetividade e de fragilidade. Nota-se que a maneira que a mulher é edificada pode causar conflitos maiores na juventude, posto que esse período é uma fase de transformação física, psíquica, na qual ocorre o processo de sedimentação de valores e ideias.

A mulher busca novos espaços de atuação, ocupados até então pelo homem. Este ator social vai “da casa para rua, da pia para o computador” (LOURO, 1997, p. 18). Por um longo período, alimentava-se a ideia defendida de que homens e mulheres são biologicamente (sexualmente) diferentes, utilizando-se tal argumento para justificar as desigualdades de gênero construídas social e secularmente. Nesse sentido, é

[...] necessário demonstrar que não são propriamente as características sexuais, mas é a forma como essas características são representadas ou valorizadas, aquilo que se diz ou se pensa sobre elas que vai constituir, efetivamente, o que é feminino ou masculino em uma dada sociedade e em um dado momento histórico (LOURO, 1997, p.21).

A autora fala a respeito da conceituação de gênero e inicia um debate importante referente à utilização de determinados termos, criados a partir das representações do que é ser homem e mulher. Neste sentido, a imagem da menina/mulher fragilizada, desprotegida, é construída pela família, pela sociedade, pela mídia, pelo próprio sujeito (mulher), além de diversos outros fatores que colaboram para tal edificação.

De acordo com Goldenberg (2004), a sociedade brasileira passa por uma transição; é como um continuum entre valores, comportamentos e padrões tradicionais que, ao mesmo tempo, inovam-se com possibilidades comportamentais de valores e de

novas simbologias. Neste sentido, faz-se necessário observar as particularidades existentes nos grupos, não somente a faixa etária, pois muitos outros aspectos são determinantes para desenhar um perfil juvenil, entre estes, saber como se dá a vivência de gênero e da sexualidade pelas mulheres pertencentes à faixa etária jovem.

Várias nomenclaturas tentam definir situações, vivências e perfis. Gênero é um desses termos construídos historicamente e a cada dia surgem novas formas de defini-lo. Joan Scott levanta um debate acerca das utilizações desse termo e reflexões sobre as lutas de mulheres e feministas, sejam pertencentes a grupos populares ou acadêmicos. Nessa intenção, percebe-se que os debates universitários possibilitaram a ampliação do diálogo para discutir de que forma a feminilidade é vivenciada e como as mulheres são percebidas por si e pelos homens, assim também a participação e práticas da mulher na história, como ser político, social, emocional.

O(s) Gênero(s) podem ser assumidos de diversas formas, tendo em vista que este é traduzido como uma identidade construída e reconstruída social e individualmente, considerando-se a interferência da justiça, igreja, práticas educativas/governo e política, pois tais instituições compõem uma determinada sociedade que “fabricam” os sujeitos. A edificação da identidade de gênero atravessa tais instituições, num processo em que “produzem-se ou são engendradas” a partir das relações de gênero e de classe, de diferenças étnicas etc. (LOURO, 1997, p.25).

Depreende-se, então, que para um debate acerca da temática “gênero”, inevitavelmente devem ser considerados aspectos como: contexto histórico; família; religiosidade, classe social, raça/etnia, entre tantos outros que contribuem para a construção de uma determinada forma de vivenciar o ser homem ou ser mulher, demonstrando sua complexidade e dinâmica, no sentido de poder

ser redefinido cotidianamente pelos sujeitos que assumem tais identidades.

[...] pretende-se referir, portanto, a algo que transcende o mero desempenho de papéis, a idéia é perceber o gênero fazendo parte do sujeito, constituindo-o [...] nessa perspectiva admite-se que as diferentes instituições e práticas sociais são constituídas pelos gêneros e são, também, constituintes dos gêneros (LOURO, 1997, p.25).

Considerando a ideia de gênero como identidade inventada e reinventada, o sujeito é criador das formas de viver a masculinidade e a feminilidade, não estando definida para toda a vida tal escolha, pois as identidades podem ser “vestidas” e “despidas” por quem as assume. Dessa forma, para conceituar gênero e juventude é preciso analisar aspectos diversos que contribuem diretamente para (re) construir tais “categorias, assim também as diversas possibilidades de vivê-las e/ou assumi-las.

Nesse sentido, como o conceito de identidade é construído socialmente, sujeitos femininos ou masculinos podem ser homo ou heterossexuais, negros, brancos, índios, protestantes, católicos, candomblecistas, “[...] tanto na dinâmica do gênero como na dinâmica da sexualidade — as identidades são sempre engendradas, elas não são dadas ou acabadas num determinado momento. [...] As identidades estão sempre se constituindo, elas são instáveis e, portanto, passíveis de transformação” (LOURO, 1997, p. 27).

Considerando essas discussões teóricas, é importante definir o contexto investigado e traçar o perfil do grupo estudado, em especial por que se refere a sujeitos que vivem num contexto amazônico com especificidades regionais, como é o caso de Chaves, município que compõe o arquipélago do Marajó.

2. Mulheres Jovens que “Cismam”, Ficam e Namoram

A sociedade desenvolve mecanismos de controle social para conter o comportamento e as ações da juventude, por meio da família, da escola, religião, da mídia, observando-se que a sexualidade está diretamente relacionada a essas possibilidades de contenção. No século XXI, neste sentido, estão ocorrendo inúmeras modificações como a família nuclear, a heterossexualidade, a monogamia e tantos outros valores que, nos séculos anteriores, foram preservados e ensinados às crianças e aos jovens pelas instituições citadas.

Como a sociedade é dinâmica, as intenções e modelos de comportamento são modificados pelos protagonistas da história, os atores sociais. Desse modo, novos instrumentos (televisão, internet) e mecanismos (programas de TV como o Big Brother; redes sociais como facebook, Orkut) são criados, nos quais as vidas são expostas por meio de vídeos, fotos, comentários. A juventude está sujeita a aderir a esses modismos lançados por pessoas tidas como símbolos/referências seja na vestimenta, modo de falar ou se comportar, pois são “os principais alvos do consumo e da publicidade, num mundo em que o consumo é centro organizador da vida e da sociedade [...]” (JUSTO, 2005, p.66)

Ana Lúcia Pantoja considera importante a participação da mídia no que se refere à influência no comportamento, entretanto ressalta que a sexualidade é construída socialmente “[...] no contexto cultural, assumindo papel importante na legitimação da ordem entre os sexos e na constituição de identidades.” (2007, p.69) Nesse sentido, é confirmado o grande leque de elementos que contribuem para a edificação dos sujeitos em suas individualidades e sociabilidades.

Os roteiros sexuais espelham as múltiplas e diferentes socializações que uma pessoa experimenta em sua vida: família, tipos de escolas, acesso a distintos meios de comunicação, redes de amizade e vizinhança. Esses roteiros são especialmente relevantes na fase

em que a sexualidade se torna uma questão muito importante: na adolescência/juventude, quando se dá o início da vida sexual com parceiro, e, a seguir, na passagem à vida adulta. (HEILBORN, 2006, p.46)

As alunas entrevistadas demonstraram como o contexto histórico e sociocultural em que vivem/viviam influenciou suas práticas, pensamentos, sentimentos e experiências, e no que contribuiu para a maneira como interpretaram a sexualidade

A presente pesquisa não se restringiu a ouvir as interlocutoras, mas observá-las no *habitat* escolar e até mesmo nas ruas da cidade, trabalho facilitado pelo ambiente não ter as características de um grande centro urbano – apesar de ser a sede do município, o número de moradores não chegava a três mil habitantes. Tal análise faz referência ao trabalho do antropólogo, do pesquisador que valoriza o “olhar”, mas o olhar isolado, não poderia ser suficiente, pois não seria possível conhecer, verdadeiramente, como se dá as relações sociais, de que maneira os seres sociais se percebem vivenciando determinada realidade, daí a necessidade do “ouvir”, pois por meio dessa ferramenta é possível compreender as significações de comportamentos, escolhas, posturas, falas, maneiras de vivenciar determinada experiência. (OLIVEIRA, 1998).

Desse modo, foram feitas perguntas às “flores” marajoaras sobre relacionamentos amorosos. Em que momento de suas vidas tiveram o primeiro “encantamento” amoroso. As interlocutoras falaram sobre suas experiências amorosas, podendo-se notar que a maioria delas namorava desde os doze ou treze anos. Vale ressaltar referências a tipos de relacionamentos como “cismar”, ficar e o namorar.

A significação do termo “cismar”, comumente utilizado pela população mais jovem do município para se referir a estar interessada (o) em alguém, é como um flerte. Pode ser a troca de olhares, pode ser relacionado à paquera que, de acordo com Justo

(2005), é a troca de olhares e chega a uma conversa reservada; é a prévia do “ficar”. Mas a “cisma” pode ser correspondida ou não. Como pode ser observado na fala de Eliconia: “estou só cismando [...] cisma é não querer compromisso ao mesmo tempo não ficando, só gostando de uma pessoa [...]”

As interlocutoras expressaram existir uma escala de relacionamento; “namoro sério”; “ficar” e “cismar”. O “ficar”, de acordo com Jasmim, “é só pra se divertir; não tem compromisso]” mesma interlocutora afirma que o tempo e a frequência com que os enamorados se veem ou ficam pode determinar o tipo de relacionamento, quanto maior a frequência com que se veem maior é o compromisso.

De acordo com as interlocutoras, há o interesse momentâneo de se envolver com alguém: numa festa, alguém do grupo de jovens da igreja frequentada (após a missa ou o culto); da escola, na aula, praça ou na praia, sempre longe dos olhares dos adultos. Sabe-se que o “ficar”

Embora designe um tipo de relacionamento também presente em outras faixas etárias, consagrou-se como um relacionamento próprio dos jovens [...] seu uso pelos adolescentes, [...] designa um relacionamento episódico e ocasional, na maioria das vezes com a duração de apenas algumas horas ao longo de uma noite de festa e diversão. A prática mais comum envolve beijos, abraços e carinhos [...] não implica compromissos futuros e é visto como um relacionamento passageiro [...] (JUSTO, 2005, p.71).

O “ficar” é uma prática comumente juvenil, despreendida de compromissos, sendo uma forma de satisfazer o desejo casual de estar com alguém, mas sem ligação sólida com o parceiro eventual. O autor discute a ideia de volatilidade impregnada nos relacionamentos, em especial ao que está sendo refletido (ficar), prática comum na sociedade atual, notando-se a valorização da ausência de laços e sendo enfatizada a perspectiva de estar livre para

obter outros relacionamentos. Entretanto, o “namoro sério de pedir pro pai”, ainda está presente, como afirmou uma das interlocutoras, precisa ter sentimento, é necessário um envolvimento mais intenso, até mesmo a frequência com que se veem os enamorados pode definir se é “fica” ou namoro, pois “[...] ficar todo dia, aí é namoro [...]”, segundo Girassol.

Nesse sentido, percebe-se que existem estágios para um relacionamento mais sério, o que implica na longevidade do mesmo e pode determinar se haverá relação sexual ou não. O namoro ocorre a partir de um “fica”, tendo em vista que tal envolvimento se apresenta como uma oportunidade para conhecer o parceiro, e pode se estreitar à medida que ambos convivem com maior frequência até se tornar um “namoro sério”, pois para que aconteça o namoro é necessário mais que a mera vontade de ficar momentaneamente com alguém, de acordo com Girassol “[...] pra que tenha o namoro é necessário ter sinceridade e respeito [...] saber ouvir”. Pode-se perceber que existem requisitos para que haja um relacionamento mais constante, mais sério, tais como o sentimento mútuo de afeto e respeito.⁵

De sete entrevistadas, uma tinha um filho de dois anos e morava com o parceiro na casa da família dele. Essa jovem engravidou aos dezesseis anos e antes de o filho nascer, o casal se “amigou”, ou seja, “[...] quando o casal passa a “morar junto”, sem a formalização da união através do casamento civil e/ou religioso, o que não significa, no entanto, que não se considerem “casados” [...]”. (PANTOJA, 2007, p. 64). Segundo a interlocutora, ela e o namorado se conheceram através de um “fica”, depois passaram a “namorar firme” e então ela engravidou. Desde então, eles decidiram morar

⁵ Este fator está relacionado à fidelidade e é determinante nos relacionamentos dos dias atuais, pois a mulher não se silencia com o ato de “trair” do parceiro, ao contrário de algumas décadas que o silêncio era comum entre as mulheres, tendo em vista que dependiam financeiramente do marido.

⁶ Em geral, está relacionado a concluir o ensino médio. Em Chaves, poucos jovens ingressam ou manifestam interesse em ingressar na graduação.

juntos. Ela conciliava o filho, a vida a dois e a escola, pois objetivava concluir os estudos⁶.

A mulher deseja participar ativamente do relacionamento. Quando uma das interlocutoras fala “saber ouvir”, percebe-se o interesse em ser valorizada, não só ouvir, mas ser ouvida, ter igualdade de direitos e poder de voz no relacionamento. De acordo com Pantoja (2007, p.65), um “[...] relacionamento mais sério [...] remete também à ideia de compromisso de um em relação ao outro, o que implica a exigência de fidelidade de ambas as partes”, de exclusividade e entrega. O sentimento é abalado quando ocorre uma traição, como pode ser percebido na fala de Margarida: “Não, não quero mais, já tive a experiência, o último que tive me dei muito mal [...] ele ficava com outras meninas [...] me machucou muito”.

As relações são reguladas em acordos, um deles é a fidelidade; ao se quebrar uma regra, ocorre o esfacelamento do relacionamento, tendo em vista que o sentimento foi abalado, a confiança foi posta à prova, pois do namoro se espera dedicação mútua e exclusividade. O fato é que a juventude vivencia um dilema que a acompanha e sugere uma grande dúvida:

Por um lado, há uma busca de liberdade, prazer, felicidade e, por outro, dilemas, freios e contradições insuperáveis. É bom “ficar”, mas a falta de uma perspectiva de futuro produz uma sensação de desamparo e insegurança; é bom namorar e casar, mas a vida fica muito limitada e pesada pelos compromissos assumidos, encargos domésticos e dificuldades na convivência diária – o preço a pagar pela segurança e pela confiança (JUSTO, 2005, p.74).

A sociedade desenvolve novas possibilidades de manifestar sentimentos, desejos, emoções. A cada momento histórico, as maneiras de ver o outro e de desejar e viver esse desejo são modificadas pelo próprio sujeito, tendo em vista que as relações são

reformuladas, surgindo novas conjugalidades, outras possibilidades de expressar a afetividade –, nomenclaturas que tentam explicar o que se sente ou se vive, enquanto as ciências humanas e sociais buscam compreender essas invenções inerentes aos seres humanos, em especial na faixa etária que o presente estudo se detém. Nesse contexto discursivo, a sociedade tem vivenciado um período de inversão de valores, no qual a efemeridade é valorizada e o desprendimento do que parece seguro é previsível.

O “ficar”, portanto, inscreve-se nesse paradigma da contemporaneidade que privilegia a compressão do tempo, a expansão das fronteiras geográficas, econômicas, políticas e psicossociais, o nomadismo, o desamparo, o desprendimento, o isolamento, o individualismo, o hedonismo, o narcisismo, o desapego, o jogo, o acaso e tantas outras condições produtoras de uma subjetividade oscilante e intermitente (JUSTO, 2005, p77).

Nesse sentido, a pesquisa buscou analisar os critérios utilizados para iniciação sexual, relativamente às sete jovens entrevistadas. Desse grupo, seis já haviam iniciado a vida sexual; de quatro, entre treze e dezesseis anos, duas foram violentadas por algum familiar (pai, tio, avô) com um e sete anos de idade. Observa-se a presença da violência contra a criança e o adolescente, situações naturalizadas em localidades distantes dos centros urbanos, no que se refere à prática de abuso sexual, nessas localidades ocorrem principalmente no ambiente familiar e tais situações, em sua maioria, são encobertas pelas mães e/ou responsáveis das vítimas, nos casos das interlocutoras, a situação foi denunciada pela mãe, mas os infratores não foram devidamente julgados e punidos.

A interlocutora Tulipa foi estuprada aos sete anos de idade pelo pai. O mesmo “[...] foi denunciado, ah pagaram pra ele sair e ele fugiu, foi embora não encontraram mais. Ele fugiu”. Eliconia

relatou que começou a vida sexual “[...] com um ano de idade que eu fui molestada pelo meu pai e meu tio durante uns anos, eu e a minha irmã, só que ao longo do tempo retornei aos meus doze anos”.

Além dos relatos confidenciais pelas meninas que foram violentadas, é “comum” esse tipo de história em Chaves. Outros relatos foram revelados sobre o ato sexual forçado, por vezes denunciados, mas na maioria das vezes não; em geral, as pessoas que praticam a violência ficam impunes e a família segue a vida de forma que esse evento seja “esquecido”. Entretanto, as vítimas carregam consigo o estigma e o trauma da violência, pois, quando se torna público o fato, a sociedade, os colegas de classe tendem a constranger, expor ao ridículo, discriminar seja por alguma característica física ou qualquer situação vivenciada pela vítima, conforme relato “[...] às vezes os meninos ficam me criticando por [...] que aconteceu [...].”(Tulipa)

Conforme constatado pela pesquisa, situações de abuso e violência sexual, entre outros, são vivenciadas em várias localidades Marajoaras. Em relação a isso, nota-se revolta e medo na fala de moradores da ilha, embora muitos não admitam acontecer. Geralmente culpam a adolescente por

⁷ De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), é dever da família, da sociedade e do Estado garantir a dignidade física e mental, garantir acessos a educação, ao lazer e direito a vida.

ter se “oferecido” ao homem – este não poderia se controlar, porque precisava provar a virilidade, ou seja, a postura de “macho” “justifica” esse tipo de prática⁷.

As duas interlocutoras que afirmaram ter sofrido abuso sexual falaram sobre sua iniciação sexual por escolha. No caso de Tulipa, foi aos 15 anos. Ela demonstrou muita fragilidade ao falar sobre o assunto: “[...] ah eu me senti mais leve, assim por que [...] não ter acontecido o que aconteceu da primeira vez [...] tenho medo assim, como o

meu pai me fez eu tenho medo, penso que os outros homens vão fazer a mesma coisa [...]”.

Em sua fala, a interlocutora declara a necessidade de autoafirmação ao dizer que decidiu sozinha, mas o medo de vivenciar novamente a violência sofrida anteriormente gerou o receio em se envolver com um homem, demonstrou não se sentir muito à vontade em praticar o sexo, se seu próprio pai, alguém que deveria garantir sua proteção de qualquer mal, foi quem a violentou. Nesse sentido, como Tulipa não teve acesso a atendimento psicológico e/ou da assistência social, a superação desse trauma foi dificultada.

As duas jovens, que sofreram trauma gerado por uma iniciação sexual sem escolha própria, demonstraram reações distintas. Tulipa busca ser igual às outras meninas de seu meio, através de comportamento, de envolvimento afetivo e até sexualmente com outros garotos, mesmo se sentindo insegura e amedrontada, para não revelar de que maneira foi o contato com o sexo. Eliconia afirmou ter voltado às atividades sexuais aos 12 anos e ter iniciado pela “[...] vontade própria e não por certos impulsos que aconteceram antes [...]”

De acordo com Rieth (2002), a iniciação sexual está relacionada à “autoexpressão”, à autonomia; é o fazer uso do corpo como quiser e demonstrar que tem domínio de si. No caso da fala de Eliconia, pode ser notada essa busca pelo domínio do próprio corpo, principalmente por sua história de vida.

As outras cinco jovens falaram sobre o primeiro contato com o ato sexual e o que isso significou para elas. Vale ressaltar que duas jovens afirmaram não ter iniciado a vida sexual, mas opinaram sobre os critérios necessários para que aconteça, enfatizando a valorização da afetividade, como algo importante para a existência de sentimento entre os parceiros. Para Orquídea, “sexo não é só pra

ter experiência, tem que ter sentimento [...] a decisão tem que ser dos dois, pra que dê certo e seja legal.”

Ao se observar a seguinte fala: “Ah a gente tava se divertindo numa festa aí eu foi ficar com ele aí aconteceu de repente, né? [...] quando eu fiz isso [...] eu tenho certeza que eu não fiz isso com ele por amor, só foi mesmo por curtição [...] por esse lado foi até bom, mas não foi por amor”. (Jasmim), demonstra uma certa dualidade em seu pensamento, pois ao mesmo tempo em que afirma ter sido bom por não ter sido só curtição, demonstrando a ideia dos relacionamentos contemporâneos fugazes e repentinos, típicos na faixa etária juvenil; expõe arrependimento em não ter sido “por amor”, tendo em vista que para ela é necessário que exista amor, confiança (Jasmim).

Margarida afirmou que já tinha seis meses de namoro quando teve sua primeira relação sexual, de acordo com ela os dois conversaram primeiro, mas “[...] depois eu me senti mal, aí eu me arrependi, e não tava no momento certo, eu acho que não era ele ainda a pessoa certa [...]” (Margarida)

Pode ser observado na fala de Jasmim que o ambiente “festa” é propício para tal prática. É interessante notar sua ênfase em afirmar não ter feito por amor, mas para se divertir, em contrapartida, afirmou ter ficado um pouco confusa “eu me senti magoada, me senti triste por a gente ter feito uma coisa assim que não foi por amor”. Para Margarida, a escolha pareceu não ter sido apropriada, ao mencionar que não era a “pessoa certa” ou ao afirmar que “tem de ser com alguém que eu goste de verdade”, as afirmativas de ambas, retomam a valorização, a idealização do namoro, do parceiro perfeito, lembrando um ideário romântico, comum entre as três falas (PANTOJA, 2007).

Orquídea e Margarida revelam romantismo, evidenciado no desejo de serem ouvidas e na crença por uma relação de reciprocidade. As repetidas aparições da palavra amor revelam

o anseio de vivenciar uma relação com laços mais profundos, observando a ideia de longevidade; na fala de Margarida a sinceridade e a seriedade entre os parceiros são fatores importantes; ambas apresentam critérios para que ocorra a relação sexual (RIETH, 2002).

Para Rosa, a primeira experiência não foi muito agradável, de acordo com ela. Estavam namorando há alguns meses e então “rolou”, aos 14 anos, mas “ não foi muito agradável, até por que eu não tinha experiência de nada, né?”. Em sua fala, é possível perceber que ela atribui o fato de não ter sido “legal” à sua inexperiência “até por que dói um pouco, assim não foi muito agradável, não foi bom!”. Após pouco tempo, o relacionamento findou-se.

De modo geral, pode ser observado, entre as interlocutoras, o interesse em ter um relacionamento “de pedir pro pai”, um namoro sério, assemelhando-se às pesquisas realizadas por Pantoja (2007) demonstrando que “[...] entre as mulheres, há uma tendência em manter expectativas de que a relação possa evoluir para um namoro “firme”. (p.64)

De acordo com Justo, doutor em psicologia social, o adolescente vivencia uma tensão, um continuum entre modelos de sentimentos, afetividades e de relacionamentos antigos e novos, “gerados pelas forças psicossociais da atualidade”. O jovem e/ou adolescente se vê entre possibilidades de relacionamentos que o atraem pelo “ideário do amor romântico”, por demonstrar segurança, exclusividade de um para o outro, longevidade entre outras vantagens, “[...] por outro, também é fascinante a promessa da maior independência, autonomia, realização, diversidade e outras coisas com as quais o amor confluyente acena” (JUSTO, 2002, p.75).

Nesse sentido, constata-se a existência de possibilidades diversas para vivenciar a afetividade e a sexualidade, mas a mulher,

como sendo “dominada”, por vezes manifesta o sentimento de culpa ao perceber que fugiu do que lhe é “exigido” como comportamento aceitável; nota-se a “encucação” de comportamentos e posturas comuns para mulheres. Bourdieu (2002) afirma que a mulher age com certa alienação, ao reproduzir comportamentos e posturas que esperam ser vistas nelas (BOURDIEU, 2002).

Ao analisar mais a fundo as posturas femininas, percebe-se a existência de um sentimento de culpa ao, por exemplo, ter relação sexual com quem acabou de conhecer, ou transar com alguém que não sinta vontade de ficar eternamente, atribuindo-se tal sentimento às motivações que as envolvem. De acordo com Foucault (1998), as relações são reguladas pela sociedade, ou seja, pelas instituições que a compõem, apesar dos exemplos, mostrados pelo autor, vividos no século XVII, XVIII, período em que o cristianismo impunha normas reguladoras dos relacionamentos, os pensamentos, até mesmo o que era fantasiado.

Na contemporaneidade, há maior “liberdade” referente à prática do sexo, entretanto, há um continuum entre passado e presente, o que por vezes impulsiona as pessoas, principalmente as mulheres, a se manifestar de forma contida ou não, como pode ser notado nas falas das entrevistadas, ao mesmo tempo em que há traços contemporâneos do desejo feminino romântico, conforme expresso por elas o desejo.

Quando uma das interlocutoras afirma ter tido sua primeira relação sexual com alguém que não tinha nenhum compromisso, embalada pelos impulsos da adolescência, motivada pelo cenário propício da festa e logo em seguida demonstra arrependimento, por não ter sido com o “namorado ideal”, nos remete as reflexões de Bourdieu (2002) ao discorrer sobre as maneiras que ocorrem a dominação masculina, sendo a mulher um ser “frágil”, educada para preservar o corpo posto que seu corpo é algo sagrado e que precisa ser guardado, como se a mulher só pudesse se entregar

ao seu noivo, ou na linguagem juvenil, esperar a hora e a pessoa certa, ou seja ser civilizada⁸.

⁸ “Civilização significa disciplina, e disciplina, por sua vez, implica controle dos impulsos interiores, controle este que, para ser eficaz, tem de ser interno.” (GIDDENS, 1993, p. 27).

4. Diálogos sobre Virgindade e Contracepção

Discutir sobre sexualidade não é um assunto limitado ao ato sexual propriamente dito, mas também, tendo em vista que a dimensão da sexualidade refere-se ao imaginário, a identidades, a papéis construídos e assumidos por determinado grupo em tempo histórico definido. Esse parâmetro remete ao entendimento da sexualidade como uma construção histórica e social, conforme discutido por Foucault (1988) e outros autores e autoras mencionados.

As jovens falaram a respeito da virgindade, privilegiando a valorização de tal elemento na vida da mulher. Para Orquídea: “virgindade é o ato de se guardar”, como quem espera por alguém especial; Rosa admite que “[...] casar sendo virgem é uma coisa legal, mas eu não acho que seja uma atitude apropriada”, pois “a pessoa casando virgem, ela vai ter uma experiência só com uma pessoa e se ela se separar, pra ela se relacionar com outra pessoa vai ser bem mais difícil.”, assim sendo Rosa percebe a inexperiência como um fator que contribui negativamente para vida de uma mulher, valorizando a importância de adquirir experiência para decidir-se sobre a união conjugal com outra pessoa.

Uma das jovens expressou o desejo de casar virgem, conforme sua religião (católica) exige. Para ela, é importante esperar pelo matrimônio para se “entregar” ao esposo⁹. Por meio das falas observa-se que as jovens percebem a virgindade como algo importante, sendo necessário que haja um cuidado ao decidir iniciar a vida sexual.

⁹ Essa afirmativa remete ao estudo de Foucault (1988), ao se reportar às exigências cristãs que eram mais severas em suas proibições no século XVII e XVIII e apesar de quatro séculos mais tarde, ainda existem resquícios de tal prática

Para as jovens entrevistadas a “[...] virgindade é importante, porque só se perde uma vez [...]” (Violeta). Segundo Margarida para iniciar a vida sexual é necessário “[...]ter responsabilidade.”, “saber a hora exata”, se guardar para a “pessoa certa”. Para Eliconia, toda mulher deveria casar virgem “[...] até mesmo se eu pudesse voltar ao tempo eu não perderia minha virgindade, perderia somente no meu casamento.”. Para Tulipa, “[...] pra mim no meu casamento o homem não vai me aceitar só por que eu não sô vige [...]”

De acordo com suas falas, as flores marajoaras valorizam e consideram importante o fato de ser ou não virgem, atribuindo à mulher a responsabilidade de decidir “perder” a virgindade, sendo necessário escolher alguém que a respeite, que lhe dê carinho “tudo o que uma mulher precisa” (Violeta). Também é notória a relação feita entre a virgindade e o casamento, a pessoa “certa”, a responsabilidade destinada, principalmente à mulher ao fazer sua escolha, pois “só é virgem uma vez, depois que perdeu, perdeu” (Jasmim).

De acordo com Margarida “[...] antes de perder a gente ta com a honra da gente, depois que acaba se torna uma pessoa assim, sem nada, muito diferente [...]”. Nesse sentido, observa-se que a expressão “honra” se apresenta como um conceito socialmente

¹⁰ No sentido refletido por Foucault (1988), esse termo não é considerado como força violenta explícita, mas como algo que afeta o comportamento, que regula as ações e atinge o pensamento e numa autopunição quando o ilícito, o inadequado é cometido.

aceito, construído, ou seja, o que se espera de uma jovem é que ela seja virgem, pois assim o sendo ela possui dignidade, poder¹⁰. No caso em estudo, as entrevistadas manifestam a existência de um código de conduta, que as mulheres precisam seguir, conforme afirmou Heilborn (2006, p. 45): “através do autocontrole individual os interditos são internalizados e atos que eram praticados publicamente se transformam em

comportamentos cada vez mais privados”.

Somente uma interlocutora incluiu o parceiro como também responsável pela tomada de decisão, pois “[...] a pessoa tem que ter muita responsabilidade na cabeça mesmo, não só a menina como o menino tem que ter responsabilidade” (Jasmim).

A virgindade aparece nos relatos como uma condição para ser feliz, relacionada ao casamento. De acordo com Eliconia, suas amigas falam que só pode casar de branco, véu e grinalda quem é virgem, é o sonho encantado dos contos de fadas; porque não é virgem, ela demonstra medo de não ser aceita, nem amada por nenhum homem. É importante considerar que essa interlocutora foi uma das meninas que afirmou ter sido violentada pelo pai, quando criança.

Nota-se que a escola é um cenário propício para o diálogo entre as meninas sobre suas experiências, sonhos, anseios. Dialogar sobre sexo, muitos gostam e poucos admitem gostar, sendo que quando se trata de falar de si, de suas experiências, o diálogo se torna mais inviabilizado. Nesse sentido, o presente estudo investigou, também, como no contexto escolar, se dava o debate a cerca dessa temática, como as jovens entrevistadas lidam com esse assunto, com quem dialogam abertamente.

Nesse sentido, quatro meninas afirmaram conversar com alguma amiga, prima, irmã, como relatou Margarida: “quando aconteceu eu contei para uma prima minha, só para ela, depois de um tempo eu contei pra vovó [...]”. Segundo ela, sua avó queria ter sido a primeira a saber, mas como as falas revelam, a juventude se sente mais à vontade para dialogar sobre temas como sexo e sexualidade com pessoas de sua faixa etária, como pode ser notado na fala de Orquídea: “converso com minhas primas, meus pais não tem o pensamento aberto.” Já Eliconia afirmou: “[...] converso com alguns amigos muito próximos e com o meu parceiro, namorado e com a minha irmã, por que ela é a única que puxa assunto, ela tem 18 anos.

Percebe-se que o sexo, por ser um assunto íntimo, privado, deve ser debatido com poucos, e minimamente dialogado com os pais ou responsáveis pelas jovens. Orquídea demonstrou interesse em conversar com os pais, entretanto, não teve abertura, pois eles “não têm o pensamento aberto”, demonstrando que apesar das transformações comportamentais e nos valores vivenciados pela sociedade, muitas famílias não dialogam sobre esse tema.

Duas interlocutoras afirmaram não conversar com ninguém a respeito, pois de acordo com Margarida “ainda não teve nenhuma pessoa que pudesse chegar e conversar abertamente, não tem!”; Tulipa afirmou não conversar “nem com amiga, por que não tem ninguém confiável pra conversar sobre sexo”.

Por meio dos relatos, é possível perceber que falar sobre sexo é uma prática que não se apresenta corriqueira para duas meninas, em suas casas, ou em outros ambientes. Falar sobre essa temática é algo “proibido”, é o tipo de assunto que precisa de alguém “confiável” para debater, confidenciar, dialogar, mas apesar das restrições apresentadas na maioria das falas, duas interlocutoras afirmaram conversar com algum membro da família e amiga, como é o caso de Jasmim “[...] converso bastante com a minha mãe que ela assim, me aconselha, ela é minha amiga, eu converso bastante com ela e com minhas amigas [...]” e Rosa que afirmou conversar desde os 12 anos “[...] com os meus pais, minhas irmãs mais velhas e até com o meu namorado uns 4 ou cinco meses antes de ter relação sexual.

Em seus relatos, seis meninas se sentem ou se sentiriam envergonhadas ao falar que “perderam” a virgindade para mãe ou algum responsável (adulto), demonstraram que falar sobre esse assunto é constrangedor, confirmando a idéia de que sexo é um tema tabu, não sendo debatido no ambiente familiar, nesse sentido, é possível levantar o seguinte questionamento: quem orienta a juventude? Como está sendo aprendido, construído?

Em muitas situações, os diálogos estão relacionados aos cuidados com o corpo, muitos acreditam que conversar sobre sexualidade é esclarecer sobre métodos contraceptivos para auxiliar na prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e reduzir o índice de natalidade precoce. Duas das jovens entrevistadas, que ainda não iniciaram a vida sexual, afirmaram achar importante o uso do preservativo, pois, como afirmou Orquídea (entrevista realizada em: 10/11/11), além de evitar uma “gravidez indesejada” previne a aquisição de doenças.

As sete jovens entrevistadas afirmaram ser necessário o uso de métodos contraceptivos, em especial o preservativo (masculino), até mesmo as que ainda não iniciaram a vida sexual, posto que o preservativo (camisinha) previne de doenças sexualmente transmissíveis.

De acordo com as interlocutoras, as conversas a cerca do tema, no ambiente escolar, são restritas aos conteúdos de Ciências e relacionadas à reprodução e contracepção¹¹. Todas as informantes consideraram extremamente importante o diálogo sobre sexo, em especial na escola, tendo em vista que a maioria não dialoga em casa sobre o tema; afirmaram ainda ser uma alternativa para esclarecer inúmeras dúvidas, não só sobre métodos de prevenção, como outras informações relacionadas à escolha do parceiro, entre tantos outros temas interligado à sexualidade.

¹¹ A Unidade de saúde do município desenvolveu um ciclo de palestras sobre doenças sexualmente transmissíveis e formas de prevenção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema sexualidade ganha cada dia mais relevância, seja em debates informais ou acadêmicos, em especial pelo intenso desenvolvimento do acesso à informação através dos diversos meios de comunicação que a cada dia se tornam mais acessíveis, principalmente quando se faz referência ao espaço urbano.

Entretanto, os municípios mais distantes desses meios são carentes ou recebem de forma escassa as informações, conforme foi possível perceber na realidade chaviense.

Nesse sentido – e considerando que a comunidade e tudo o que está envolta do ser social contribui para o comportamento, ao mesmo tempo em que esse mesmo meio é transformado por este ser, num processo dinâmico de ir e vir constante –, em relação às jovens entrevistadas, é provável que a realidade estrutural, econômica, educacional, política e social de Chaves (Município que compõe o Arquipélago do Marajó-PA) tenha contribuído para os acontecimentos que circunstanciam as experiências e vivências relatadas pelas “Flores do Marajó”.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*-2ªed.- Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

GIDDENS, Anthony. *A transformação da intimidade: sexualidade, amor & erotismo nas sociedades modernas*. – São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

GOLDENBERG, Mirian. O discurso sobre o sexo: diferenças de gênero na juventude carioca. In ALMEIDA, Maria Isabel Mendes e EUGENIO, Fernanda (orgs.). *Culturas jovens: novos mapas do afeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

GROPPO, Luis Antônio. **Juventude**. Rio de Janeiro: Difel, 2000.

HEILBORN, Maria Luiza. *Entre as tramas da sexualidade brasileira*. Estudos Feministas, Florianópolis. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 14(1): 43-59, janeiro-abril/2006

JUSTO, José Sterza. O “ficar” na adolescência e paradigmas de relacionamento amoroso da contemporaneidade. *Revista do Departamento de Psicologia* - UFF, v. 17 - nº 1, p. 61-77, jan./jun. 2005.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis-RJ. Ed. 6ª. Editora: Vozes, 1997.

_____(org). *O corpo educado: pedagogia da sexualidade*. Belo Horizonte-. Ed. 2ª. Editora Autêntica, 2000.

PANTOJA, Ana Lúcia Nauar. *Sendo mãe, sendo pai: sexualidade, reprodução e afetividade entre jovens de grupos populares em Belém*. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Belém, 2007.

PAIS, José Machado. Buscas de si: expressividades e identidades juvenis. In. ALMEIDA, Maria Isabel Mendes, EUGENIO, Fernanda (orgs.). *Culturas jovens: Novos mapas do afeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006

RIETH, Flávia. A iniciação sexual na juventude de mulheres e homens. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 8, n. 17, p. 77-91, junho de 2002.

RONELLI, Geraldo e PIETRO, Daniela Iglesias de Castro. Adolescentes do sexo feminino: família, grupo de pares e relações afetivas. *Paidéia*, 12(22), p. 57-68, julho de 2002.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. In: Revista Educação e Realidade, v. 16, n. 2, dez. 1990.

Gerações em Conflito: relações de gênero e de raça em *o morro dos ventos uivantes*

Generations in Conflict: gender and race relationships in
wuthering heights

Daise Lilian Fonseca Dias

Resumo: o objetivo deste trabalho é analisar sob as perspectivas feminista e póscolonial as relações de gênero e de raça no único romance da escritora inglesa Emily Brontë, *O morro dos ventos uivantes*. Essa obra subverte tais relações ao propor a ascensão do subalterno estrangeiro e apresentar uma possibilidade de revisão das relações de gênero, em favor das mulheres.

Palavras-chave: conflito, gênero, raça.

Abstract: this study resorts to the feminist and the post-colonial perspectives to analyze the gender and race relationships unfolded in “Wuthering Heights”, the only novel by the English writer Emily Brontë. The novel subverts such relationships by promoting the social rise of a foreigner subaltern and favoring women in a possible review of gender relationships.

Keywords: conflict, gender, race.

Daise Lilian Fonseca Dias é graduada em Letras/Língua Inglesa (UFRN). Mestre em Literaturas de Língua Inglesa (UFPB). Doutora em Literatura e Cultura (UFPB). Professora da Universidade Federal de Campo Grande(UFCG). Leciona as disciplinas Língua Inglesa e Literaturas de Língua Inglesa no Curso de Letras da UFCG, e Teoria do Texto Narrativo da Pós-Graduação. Tem orientado trabalhos na Pós-Graduação (UFCG) nas perspectivas feminista e pós-colonial.

E-mail: daiselilian@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Os costumes e as tradições de gerações, de diferentes povos, ao longo da história e de forma consistente, têm produzido regras rígidas e austeras para definição dos papéis e dos comportamentos pessoal, social e político de homens e mulheres, muitas vezes relegando os indivíduos ao desconforto de relacionamentos estereotipados entre os sexos. Em virtude disso, as relações de gênero têm se tornado cada vez mais debatidas tanto dentro quanto fora do texto literário.

No caso do único romance da escritora inglesa Emily Brontë (1818-48), *O morro dos ventos uivantes* (1847), é correto afirmar que a obra discute pontos importantes do discurso vitoriano, dentre eles, aspectos ligados à sociologia, antropologia e psicologia, discurso este que produziu, por exemplo, uma figura feminina genérica, um modelo idealizado, muitas vezes implícito, e específico de mulher de classe média inglesa que funcionava em oposição aos modelos considerados impróprios, tais como: prostitutas das classes baixas, mulheres *primitivas* da África ou da Ásia, por exemplo, e mulheres vítimas da loucura. Um dos pontos em comum entre elas é que estavam presas às leis do patriarcado.

As mulheres vitorianas eram subordinadas às normas específicas de classe e cultura - como é comum nas sociedades de modo geral - que permitia liberdade aos homens, mas o confinamento na esfera doméstica e, conseqüentemente, matrimonial a elas. No romance de Brontë, um estudo sobre as relações de gênero mostrará que a autora denuncia tanto as angústias femininas quanto propõe conquistas para as mulheres, e ainda discute a incapacidade de mulheres de se rebelar e lutar por seus direitos e desejos.

Gilbert e Gubar (1984) afirmam que há uma obsessão pela questão de gênero em *O morro dos ventos uivantes*. Envolvida pela

história do imperialismo britânico, Emily Brontë discute, em seu romance, a posição de quem pertence a uma das *raças escuras*, no caso o seu protagonista masculino, Heathcliff, como análoga à posição doméstica de confinamento das mulheres, uma vez que tanto o estrangeiro de pele escura quanto as mulheres compartilham opressão e limitações de raça e gênero, promovidas pelas ideologias patriarcais e imperialistas. Segundo Pyket (2003), Emily Brontë, por meio da metáfora racial, trabalha na obra a questão do descontentamento de gênero e de classe.

É importante considerar que *O morro dos ventos uivantes* foi escrito em um período de profundas transformações sociais, por exemplo, a grande fome e a revolução industrial. Embora Armstrong (2003) afirme que muitos críticos tenham dito que a sociedade da época não está retratada na narrativa de Brontë, não é difícil perceber como a escritora, de modo contundente, expõe, questiona e subverte aspectos daquela sociedade.

1. A Primeira Geração Masculina: ordem e respeito

O romance de Brontë trata do impacto que a chegada de um menino, supostamente cigano e estrangeiro, Heathcliff provocou no seio de uma família inglesa, os Earnshaw, e dos seus vizinhos, os Linton. Heathcliff, encontrado pelo Sr. Earnshaw nas ruas de Liverpool é levado para viver como filho na casa do benfeitor, local onde sofre, profundamente, com o preconceito racial e religioso. Com o convívio, ele se apaixona pela filha do *pai adotivo* e é correspondido. Contudo, Cathy o renega por ser pobre e pertencer a uma raça considerada inferior, por isso, casa-se com o vizinho rico, Edgar Linton, levando ao máximo as tensões raciais e de classe entre o jovem estrangeiro e as duas famílias inglesas. Posteriormente, Heathcliff se casa com Isabella Linton com o objetivo de apropriar-se, futuramente, da herança dela.

De acordo com Peterson (2003), Emily Brontë era menos explicitamente histórica nos seus romances do que sua irmã Charlotte, por exemplo, mas suas heroínas sofrem das mesmas limitações de gênero que afetavam as mulheres da sociedade inglesa da época retratada na narrativa, ou seja, o final do século XVIII, bem como as contemporâneas da publicação da obra. Leitores modernos podem se perguntar como a protagonista Cathy poderia casar com Edgar Linton motivada pela segurança financeira e pelo *status* social, uma vez que ela amava o cigano pobre e estrangeiro, Heathcliff. Vale ressaltar que no século dezenove as jovens eram pressionadas para conseguirem um casamento seguro, pois julgavam importante casarem-se *bem*, conseqüentemente, o amor idealizado – muitas vezes – sucumbia à razão do bem-estar econômico e a um futuro promissor.

Não foi de modo gratuito que Emily Brontë optou por iniciar a obra com uma data: 1801, período que, por si só, indica uma transição entre um século e outro, embora a ação registrada pelo narrador Lockwood e contada pela criada Nelly Dean tenha início cerca de trinta anos antes, ainda no século XVIII; a saga das famílias Earnshaw e Linton é evidenciada a partir da chegada de Heathcliff à propriedade dos Earnshaw: o Morro dos Ventos Uivantes. Portanto, são narrados os conflitos que envolvem três gerações de homens e mulheres das duas famílias, Earnshaw e Linton, e as transformações pelas quais passam.

Uma vez que as duas famílias retratadas no romance estão organizadas sob a lei do patriarcado, inicialmente será analisado como os homens se comportam nas relações entre si e com o sexo oposto. Pode-se dizer que os patriarcas da primeira geração, os Srs. Earnshaw e Linton, são os representantes da tradição inglesa patriarcal e imperialista, bem como de um mundo ordenado e organizado, sobretudo no contexto familiar. Ambos não passam por

crises, e são mostrados como os guardiões da família, da moral e da ordem.

Tanto o Sr. Earnshaw quanto o Sr. Linton, enquanto bons provedores e, aparentemente, bons maridos, são retratados no conforto de suas propriedades, na segurança de seus lares com suas esposas, filhos e criados, em espaços por eles controlados onde reina a ordem - patriarcal – e a decência, as quais vão sofrer alterações devido à chegada do pequeno cigano estrangeiro, encontrado nas ruas de Liverpool, pelo Sr. Earnshaw, e levado para ser criado junto com os filhos do benfeitor. Como o foco da narrativa está mais voltado para a segunda geração, especificamente para Cathy e Heathcliff, os membros da primeira geração são menos destacados na narrativa, embora tenham um papel fundamental: o de expor a mentalidade patriarcal e imperialista inglesa, no contexto que a obra enfoca.

O Sr. Earnshaw, por exemplo, surpreende a família e os vizinhos ao trazer para casa um garoto cigano estrangeiro, fato que alterou profundamente o destino dos filhos e dos vizinhos e, assim, dá início ao conflito no seio da família. A atitude do Sr. Earnshaw revela uma abertura no que se refere à tolerância entre raças, visto que ele não se apropria de Heathcliff para usá-lo como escravo ou como um criado em suas terras – todavia, a narrativa demonstra que ele não dispunha de dinheiro suficiente para comprar o pequeno cigano quando o encontrou.

O Sr. Earnshaw apresenta um nível de segurança para lidar com questões inter-raciais que o Sr. Linton não tem. O primeiro acolhe, dá uma *família* – embora não o sobrenome dela – a uma criança, de uma raça diferente da sua, encontrada perdida nas ruas de uma cidade que vendia escravos estrangeiros de todas as idades. O segundo se enfurece apenas ao contemplar o rosto dessa criança, ao percebê-la como sendo de uma raça escura.

Interpretando a ação do Sr. Earnshaw como generosa, pode-se dizer que sente compaixão pelo garoto, embora seu discurso mostre que, em sentido negativo, vê Heathcliff como o “outro” racial, ou seja, ao se referir ao pequeno cigano o vincula ao estereótipo *demonização* – referência comumente aplicada por europeus a figuras coloniais de raças escuras, segundo Loomba (1998). O olhar colonial do Sr. Earnshaw está posto nas palavras que emprega ao apresentar Heathcliff à própria família: “[...] veja, minha velha [...] é preciso que você aceite esta minha carga como um presente de Deus, embora esteja tão preta como se houvesse acabado de sair da casa do diabo [...]” (BRONTË, 1971, p. 40).

2. A Segunda Geração Masculina: caos e decadência

A segunda geração dos Earnshaw e dos Linton sofre com um mundo em transformação. Fatores externos de ordem política e econômica estão no caminho de Hindley e de Edgar, principalmente o fator social relacionado à presença de um estrangeiro em suas famílias, o qual simboliza as transformações nas demais áreas de suas vidas, inclusive a emocional, uma vez que as mulheres que os cercam, de uma maneira ou de outra, sofrem as consequências da chegada de Heathcliff. Os herdeiros das duas famílias, Hindley e Edgar, apesar das tentativas, são impotentes diante do estrangeiro que cresceu junto com eles, que não tem recursos financeiros, nem a educação que eles tiveram, contudo é mais viril e, principalmente, é mais forte psicologicamente do que eles. Este fato é um exemplo de que o *selvagem* Heathcliff, - conforme o veem os dois jovens herdeiros - prova ser superior em relação a eles, os *civilizados*. A ambos Heathcliff derrota em esferas importantes: a econômica (toma posse de forma legítima dos bens deles) e a afetiva (tem o afeto do Sr. Earnshaw, de Cathy, de Isabella e de Hareton).

Hindley e Edgar são homens que se deparam com conflitos pessoais, seja consigo mesmos – por se verem impotentes diante de Heathcliff e do poder assertivo de mulheres que os cercam – seja com o mundo à volta, uma vez que não têm a mesma habilidade de seus pais para lidar com os desdobramentos da chegada do estrangeiro em suas vidas. Tanto Hindley quanto Edgar não têm o mesmo poder emocional e prático de Heathcliff: nem para conduzir os negócios da família, nem as próprias vidas, nem para guiar a família - nos moldes antigos e tradicionais - que a eles coube cuidar após a morte dos patriarcas.

Edgar dá prosseguimento, sem grandes problemas, aos negócios do pai, no entanto, se esconde por trás de capangas quando em perigo, como na cena da cozinha quando enfrenta Heathcliff, sem êxito:

Heathcliff mediu a altura e a largura do interlocutor com um olhar cheio de desdém. – Cathy, esse teu cordeirinho faz ameaças como se fosse um touro – disse ele. – Ele corre o risco de ter a cabeça arreventada pelos meus punhos. Por Deus! Sr. Linton, causa-me desespero ver que o senhor não é digno nem de que eu o jogue no chão! Meu patrão olhou para o corredor e me fez sinal para ir chamar os homens. Não era sua intenção aventurar-se a uma luta pessoal. Obedeci à sua ordem, mas a Sra. Linton [Cathy], suspeitando alguma coisa, seguiu-me e, quando eu tentava chamar os empregados, empurrou-me e fechou violentamente a porta e deu a volta à chave. – Belos processos! – disse ela, em resposta ao colérico olhar de seu marido. – Se não tens coragem de atacá-lo, pede-lhe desculpas ou reconhece-te derrotado. Isto te corrigirá da vontade de fingir ter mais valor do que possuis [...] o senhor Edgar foi tomado de um tremor nervoso e seu rosto se tornou mortalmente pálido [...] apoiou-se no espaldar de uma cadeira e cobriu o rosto [a narrativa sugere que para chorar de vergonha e humilhação] (BRONTË, 1971, p. 112 e 113).

Segundo Said (1994) e Boehmer (2005), era comum no ponto de vista imperialista a exaltação da virilidade do homem europeu

em oposição aquela do “outro” racial, muitas vezes representado como afeminado e subserviente. Embora houvesse também uma tendência a representar o homem de pele escura como viril – em um sentido negativo – como estuprador em potencial, segundo Loomba (1998). Contudo, a cena referida mostra que Heathcliff retribui a Edgar o olhar colonial recebido naquela mesma casa na infância. Ele desqualifica o oponente e tem sua virilidade assegurada, ao passo que a fragilidade de Edgar é ressaltada, assim como sua incapacidade para lidar com conflitos, proteger a própria honra, a família e a propriedade.

No caso da incapacidade de Hindley para conduzir a família, foi necessária uma intervenção do Sr. Linton, como relata Nelly ao narrador Lockwood: “O Sr. Linton [...] deu ao nosso jovem patrão tal lição a respeito da maneira de dirigir sua família, que ele resolveu prestar mais atenção aos seus deveres” (BRONTË, 1971, p. 54). A atitude do Sr. Linton é típica da antiga geração vindo em socorro da nova, embora sem sucesso. Ao longo da narrativa, há referências por parte de diversos personagens quanto a Hindley conduzir erradamente a família e os negócios. A incapacidade dele para se posicionar, adequadamente, naqueles espaços onde deveria ganhar o respeito dos seus futuros liderados pode ser vista ainda na adolescência.

Hindley, apesar de durante um certo tempo gozar de plena realização no casamento feliz e sexualmente satisfatório - há referências veladas sobre contatos físicos entre ele e sua esposa, comumente perto do fogo, o que perturba a jovem Cathy – degrada-se ao perder a esposa, única pessoa por quem demonstra afeto, e passa a ter problemas com os negócios. Ele se entrega ao jogo e perde para Heathcliff a propriedade que, há séculos, pertencia à família. Edgar também encontra satisfação no casamento, pelo menos durante o período de ausência de Heathcliff.

3. A Subversão da Representação do “Eu” e do “Outro”

Entretanto, é Heathcliff, após retornar de local não especificado na narrativa, quem vai ter a força necessária para assumir o papel que Hindley e Edgar não cumpriram apropriadamente: gerenciar bem os negócios, ser próspero, controlar os que o rodeiam – inclusive as mulheres – e impor respeito e/ou medo. Nesse sentido, a narrativa, portanto, subverte a má representação do homem de raça considerada inferior também no que se refere à questão da capacidade intelectual. Said (1994) e Boehmer (2005) mostram que o homem não europeu era considerado como pessoa de mente selvagem, ou seja, não civilizado, de modo que seu suposto primitivismo era sinal de inferioridade, inclusive intelectual, o que o credenciava à incapacidade para governar a si mesmo, à própria terra e recursos, precisando, assim, da figura do europeu para governá-lo.

A questão é que a narrativa de Brontë retrata homens ingleses como incapazes de manterem a ordem nas suas propriedades, bem como nas relações interpessoais. Eles são fracos e não têm a virilidade característica de Heathcliff. Um exemplo disso é que Edgar e Linton Heathcliff (o filho de Heathcliff) são caracterizados, física e emocionalmente, com qualidades que o senso comum julgava depreciativas por serem semelhantes à postura esperada de uma mulher à época: ambos choram quando contrariados, são suscetíveis a doenças e a longos períodos de convalescência.

Homens ingleses, Hindley, Edgar, Linton Heathcliff e Hareton, esses dois últimos da terceira geração, são retratados como representantes incapazes da elite agrária decadente. Hareton, assim como seu pai, Hindley, é desinteressado e desqualificado para os negócios. Todos esses homens são evidenciados opostamente a Heathcliff: o homem de outra cultura que quer vencer, não importando as motivações nem os meios para atingir os objetivos.

Os homens da segunda geração veem-se, inclusive, sem o controle das mulheres que o cercam. Edgar não controla a irmã que envergonha a família ao fugir com Heathcliff, seu grande rival desde a adolescência, e depois o abandona. Além disso, ele sabe que nunca teve o afeto da esposa no nível desejado, pois ela dedicou esse amor ao cigano estrangeiro. Edgar também não foi capaz de controlar o desejo de liberdade da filha Catherine.

Nelly comenta, por ocasião da morte de Cathy ao nascer a filha, que a dor de Edgar “[...] aumentou ainda, creio eu, pelo fato de ficar sem herdeiro” (BRONTË, 1971, p. 157). O resultado seria sua herança ir para as mãos do futuro marido da pequena Catherine e, assim, não seria controlada por um membro da própria família. No futuro, Edgar perderia também a única filha que se casaria com o filho do seu desafeto, Heathcliff. Já Hindley tem um breve, porém harmônico casamento com a angelical Francis, mas não se importa completamente com o que acontece à própria irmã porque seu foco passa a ser a satisfação emocional após o casamento e a continuidade da degradação de Heathcliff.

4. A Terceira Geração: (des)preparo e (des)equilíbrio

A terceira geração de homens, composta por Linton Heathcliff, filho de Heathcliff, e por Hareton, filho de Hindley, em geral, apresenta-se cada vez mais perdida pela falta de preparo emocional, físico e intelectual, além da incapacidade para gerir suas vidas, os negócios da família e interagir com a mulher da geração deles, Catherine, especialmente no que se refere à educação formal que falta ao jovem Hareton. Em seus primeiros contatos, Catherine sente-se insultada por ter um primo tão rude e que não sabe ler. Após ter sido humilhado por ela pelo fato de não saber ler, Hareton busca impressioná-la, embora sem sucesso, conforme a jovem relata a Nelly:

Srta. Catarina! Já posso ler aquilo! – Admirável – exclamei. – Rogo-lhe que me faça ver como se tornou tão hábil. Ele soletrou e pronunciou devagarinho sílaba por sílaba o nome Hareton Earnshaw. – E os números? – perguntei-lhe [...] Não posso lê-los ainda. – Oh! Que ignorante! – disse eu rindo, efusivamente, com seu fracasso (BRONTË, 1971, p. 232-233).

Entretanto, Catherine, em sua ingenuidade é, inicialmente, manipulada por Heathcliff para casar-se com o filho dele, Linton. E desse modo, a herança passaria às mãos do sogro. Contudo, é justamente ela quem vai assumir o controle das propriedades por meio dos conhecimentos que tem, uma vez que falta ao futuro marido, Hareton, estudo, confiança e motivação para gerenciar os bens de ambos. Com a morte de Heathcliff, ela é quem recebe os pagamentos e passa a assumir o controle dos negócios. É ela, enquanto representante da cultura nos moldes ingleses - sempre cercada por livros - quem ensina Hareton a ler e a escrever. Para Peterson (2003, p. 10, tradução nossa):

[...] a educação de Hareton [...] tem tanto um impacto positivo quanto negativo: ele aprende as habilidades mental e social necessárias para casar-se com Catherine e viver uma vida civilizada em Thrushcross Grange, mas como muitos críticos têm apontado, Hareton também perde poder – incluindo o poder masculino sexual - ao submeter-se à forma convencional de educação do século dezenove.

Percebe-se que Catherine passa a funcionar como uma espécie de tutora para Hareton, de modo que as relações de gênero parecem se (des)equilibrar na geração subsequente à morte de Heathcliff e de seus opressores. Uma das características do amor de Catherine e Hareton é que ele envolve crescimento e mudança. Inicialmente, Hareton parece ser um irremediável bruto, selvagem e iletrado que colabora com Heathcliff atraindo Catherine para uma armadilha em *O Morro dos Ventos Uivantes*, onde ela será tanto forçada a casar-se com o filho de Heathcliff, Linton Heathcliff, quanto aprisionada em uma

estrutura matrimonial insatisfatória. Mas, com o passar do tempo, ele se torna um amigo leal para a jovem e aprende a ler. Quando ambos se encontram pela primeira vez, ele parece estranho ao mundo dela, ainda assim, as atitudes de ambos mudam do desprezo para o amor, pela compreensão dela em relação à humildade dele, ao mesmo tempo em que Hareton reconhece a necessidade da ajuda de Catherine para poder mudar e progredir.

Linton Heathcliff, o primeiro marido de Catherine, é o homem mais fraco de todos. O comportamento dele retrata o que se esperava da postura das mulheres de sua época, até mais do que o seu tio Edgar: melindres, dependência em todos os níveis, chantagem emocional para conseguir o que deseja, doença. Um comentário irônico de Joseph ilustra a fragilidade do jovem filho de Heathcliff, desqualificando-o em sua virilidade: “Com certeza [...] ele [Edgar] enganou, meu patrão, mandando-lhe sua *filha* em lugar do rapaz” (BRONTË, 1971, p. 195; grifo nosso).

O filho de Heathcliff não tem qualquer respeito pelas mulheres que o cercam. Para ele, elas são meros objetos que devem estar à sua disposição para fazer suas vontades fúteis. Ele, como bom representante da classe abastada, cercado de livros e de saber, humilha os que considera inferiores, sobretudo Hareton, conforme ilustra o diálogo entre ele, Catherine, e Hareton:

[...] Catarina perguntava a seu pouco sociável companheiro o que significava aquela inscrição por cima da porta [...] - Não sei lê-las.
- Não sabe lê-las? – exclamou Catarina [...] Linton escarneceu [...]
- Ele não sabe ler – disse ele à sua prima. – Poderia você imaginar que houvesse asno maior? (BRONTË, 1971, p. 207).

Percebe-se, ao longo da narrativa, que há uma crítica ao ócio das classes abastadas, sendo ele retratado como algo que enfraquece os homens, pois aqueles que estão mais em contato com a natureza e usam o próprio corpo para dela extrair seu sustento – assim como Hareton e Heathcliff, mesmo após tornarem-se ricos e não

precisarem mais trabalhar na agricultura – eles mantêm a virilidade e a força sexual que lhes são características.

5. As Matriarcas: silêncio e conformação

Brontë retrata também três gerações de mulheres que sofrem as demandas da sociedade patriarcal e imperial, que lhes impõe cobranças diferentes das apresentadas aos homens. A primeira geração apresenta as Sras. Earnshaw e Linton, mulheres – assim como seus maridos – sem nomes revelados (exceto a Sra. Linton que se chama Mary), uma vez que são símbolos das figuras maternas e paternas, esposas e maridos. Elas são conhecidas pelo sobrenome dos maridos. As duas senhoras quase não falam ao longo da narrativa; quando o fazem, é para expressar o preconceito contra o estrangeiro Heathcliff: “Em todo o caso, um mau rapaz – notou a velha [a Sra. Linton ao ver Heathcliff pela primeira vez] -, completamente impróprio de uma casa decente” (BRONTË, 1971, p. 53).

O comportamento da Sra. Linton é semelhante ao da Sra. Earnshaw, a qual desejou colocar Heathcliff de porta a fora quando o viu pela primeira vez. Ambas são típicas mulheres de classe abastada setecentista cujas famílias estão em ordem nos aspectos emocional, financeiro e, principalmente, moral – pelo menos enquanto elas e seus maridos estão vivos, – tanto no aspecto emocional quanto financeiro, principalmente no aspecto moral. Elas não têm demandas afetivas reveladas. É curioso que elas são as únicas mulheres que têm filhos e ficam vivas por muito tempo, com exceção de Isabella, que morre dez anos após nascer o filho de Heathcliff. As Sras. Earnshaw e Linton não têm destaque na narrativa, assim como as demais mulheres após darem à luz: Isabella é brevemente mencionada depois do nascimento do seu filho e morre na obscuridade, já Cathy não perde a importância, mas morre logo após o nascimento da filha.

6. As Angustiadas: entre o eu a sociedade

Uma mulher da segunda geração é Nelly Dean. Ela trabalha, não porque o trabalho representa liberdade ou independência, mas porque precisa de se manter, enquanto membro da classe social inferior. Mesmo assim, ela é presa ao trabalho doméstico e confinada a essa esfera como as Sras. Earnshaw e Linton. É uma espécie de escrava branca, mas goza de certas liberdades, por viver com as duas famílias desde a infância. Além de conselheira e confidente da maioria dos personagens, ela funciona como uma figura materna para Cathy, Heathcliff e as crianças da geração seguinte. Em um romance marcado pela ausência das figuras maternas (WION, 2003) – as quais morrem ao dar à luz – Nelly assume o papel de mãe: ela nutre, cuida, orienta, canta canções de ninar e expressa a fantasia dos cuidados contínuos da mãe para com os filhos.

Já Cathy, segundo Wanderley (1996, p. 101), possui “[...] uma espécie de selvageria que não é, aliás, privilégio apenas seu, mas de muitas personagens desse livro, meio enlouquecidas por paixões tão poderosas quanto primitivas”. Wanderley afirma que Cathy “[...] exprime um comportamento desviante em relação a suas conterrâneas e contemporâneas.” O comentário de Nelly sobre a jovem reforça tal compreensão: “Tinha modos que nunca vi em outras meninas. Fazia a gente perder as estribeiras umas cinquenta vezes e até mais por dia [...] Estava sempre em ebulição, a língua sempre em movimento” (BRONTË, 1971, p. 46).

A criada registra, ainda, que Cathy parecia permitir-se tamanha licença no agir que pouco acreditava na qualidade dos princípios da jovem. De fato, os princípios convencionais da sociedade inglesa não são de modo predominante os que guiam “[...] seus atos românticos e impulsivos que não correspondem às expectativas de comportamento feminino da época”, como destaca Wanderley (1996, p. 110). Além disso, Cathy decide casar

com Edgar para dar apoio financeiro a Heathcliff, mas após o casamento, diante do marido, não tem escrúpulos ao externar sentimentos amorosos pelo cigano, “[...] ao contrário, manipula os dois homens como se fossem fantoches de um triângulo amoroso do qual ela é o vértice” (p. 110).

Diferentemente de Cathy, Isabella é uma personagem que encarna a sutileza de Brontë ao questionar a ordem da sociedade patriarcal no universo ficcional. Por um lado, ela é uma figura que denuncia os limites impostos pela sociedade patriarcal inglesa à mulher, sendo mencionada, inicialmente, como uma jovem inocente. Heathcliff, na condição de marido, humilha-a utilizando o argumento da leitura de romances:

Ela abandonou tudo isso [gentilezas, conforto, amigos, familiares e a sua antiga casa] por causa duma ilusão – respondeu ele. – Imaginou-me um herói de romances e esperava indulgências ilimitadas de meu cavalheiresco devotamento. Mal consigo ver nela uma criatura dotada de razão, tão obstinada se mostrou em formar de meu caráter uma ideia fabulosa [...] (BRONTË, 1971, p. 145).

O suposto fato de ler romances levaria Isabella a agir por impulso, ou seja, a fala de Heathcliff reforça a crença de que esse gênero literário, considerado inferior e próprio ao feminino, envenena a mente das mulheres, fere a moral e, conseqüentemente, a família GILBERT e GUBAR, 1984). O suposto resultado das ideias adquiridas em suas leituras seria a degradação e a morte, de modo que não há detalhamento sobre a vida da jovem quando se ausenta definitivamente de O Morro dos Ventos Uivantes e de Thrushcross Grange e vai para Londres.

A morte de Isabella ocorre no seu *exílio* em Londres, e pode ser vista como uma crítica à punição social para quem ousava seguir a emoção e não a razão estabelecida pelos *termos paternos*. Contudo, pode-se observar que Isabella é a mulher passiva que, ingenuamente,

idealiza o amor em Heathcliff. Ela busca satisfação emocional sem medir as consequências, ao fugir com ele e casar-se. Porém, amadurece ao deparar-se com a realidade e rompe com as aparências, ao deixar o marido e um casamento infeliz. De mulher símbolo da passividade da segunda geração, ela se torna uma mulher ativa e transgressora ao abandonar o marido, grávida. A busca de Isabella é tipicamente romântica pela satisfação emocional, mas também busca a liberdade do julgo do patriarcado, algo que a heroína Cathy não foi capaz de fazer porque colocou a tão recomendada razão em primeiro lugar.

7. A Assertiva: superproteção e encarceramento

A terceira geração é marcada por Catherine, a mulher que controla o homem. Os desdobramentos da história de Catherine e Hareton representam propostas de mudanças para a sociedade: a ascensão da mulher pelo saber, e a *queda* da figura masculina, do provedor, na sociedade patriarcal. De língua afiada, Catherine une-se a Hareton. Como ele havia sido degradado por Heathcliff, tenta, sem sucesso, abrir os olhos do jovem para o mal que Heathcliff lhe fez. Em uma discussão com o sogro, que a havia proibido de fazer um jardim, não permitindo a Catherine nem ter nem controlar uns poucos metros da terra, Catherine desabafa, como relata Nelly a Lockwood:

O senhor não deveria resmungar por causa de alguns metros de terra que quero enfeitar, quando a mim tomou todas as terras que eu possuía [...] E meu dinheiro! – continuou ela [...] E as terras de Hareton e o dinheiro dele [...] Hareton e eu somos amigos agora. Hei de esclarecê-lo a seu respeito (BRONTË, 1971, p. 297).

Catherine questiona o sogro tirano e mostra um espírito desafiador ao reivindicar tanto o dinheiro quanto as terras que são dela e de Hareton. Ao se tornarem aliados, inicialmente, os amantes

da terceira geração, despossuídos e sem poder - exceto o da palavra, no caso dela - evitam a destruição e os erros da primeira geração, dentre esses erros está a estratégia de casamentos por interesse. O relacionamento dos dois desenvolve-se sob a aprovação da mãe substituta de ambos, Nelly Dean.

Há um aspecto de relativa semelhança entre a condição de Isabella e a de Catherine. A história de Isabella mostra o destino feminino envolvendo graus e variedades de aprisionamento, uma vez que Isabella foge do confinamento da sua vida de refinamento em Thrushcross Grange, – embora ela, aparentemente, não tenha consciência de que vivia presa em uma estrutura social controladora - sem ter noção de que viveria um encarceramento doméstico brutal em *O Morro dos Ventos Uivantes*, um espaço marcado pela violência doméstica. No caso de Catherine, inconscientemente, ela se exaspera em relação aos acontecimentos da vida de uma jovem integrante da classe média alta e do ambiente de superproteção que é a casa paterna. A Catherine que Lockwood observa no início da narrativa é, efetivamente, uma prisioneira, inicialmente, limitada pelo terror que Heathcliff impõe e pelas leis matrimoniais contemporâneas, acrescida do poder econômico do sogro.

Ao mudar de papel, de filha dependente para esposa, Catherine não é mais propriedade legal do pai, mas do marido. Quando se torna viúva e órfã, ela passa ao controle legal do sogro, Heathcliff. Quando Lockwood, desconhecendo o que se passava com a jovem, pergunta se Hareton é o “[...] dono desta fada benfazeja”, Heathcliff responde que “Nenhum de nós dois é o privilegiado *senhor* de sua boa fada” (BRONTË, 1971, p. 19; grifos nossos). Essa resposta vai direto ao ponto da questão, uma vez que legalmente Catherine, de fato, é uma das possessões do sogro.

Percebe-se que os vários tipos de aprisionamento que tomam formas sociais, emocionais, financeiras, legais e físicas impostos pelos homens às mulheres e à Heathcliff são denunciados na obra.

Um exemplo dessa prática está no fato de que o Sr. Earnshaw espera que Cathy se comporte adequadamente e, de maneira amarga, rejeita seu comportamento de “menina má”: “Por que não podes ser sempre uma boa menina, Cathy? [...] Por que não podes ser sempre um papai bonzinho?” [respondeu ela] (BRONTË, 1971, p. 47).

Além disso, o ultimato de Edgar sobre Cathy escolher ele ou Heathcliff é uma imposição que a obriga a *rejeitar* uma parte essencial de sua natureza, a necessidade de liberdade. Outro exemplo diz respeito a Catherine. Em razão de um amor paterno egoísta, Edgar, por vários anos, confina a filha aos limites de Thrushcross Grange, isolando-a das pessoas e do mundo exterior à propriedade onde viviam. No caso de Heathcliff, Hindley o destitui de sua posição na família, após a morte do pai, encarcerando-o em uma condição degradante. Heathcliff, por sua vez, literalmente encarcera Isabella (enquanto seu marido e tutor legal) e, posteriormente, aprisiona Catherine – e Nelly – e a isola dos demais habitantes de Thrushcross Grange após casá-la com seu filho.

CONCLUSÃO

Nessa perspectiva, observa-se que Brontë utiliza aspectos do gótico (o confinamento e as relações inter-raciais) para explorar pontos em comum relacionados à vida das mulheres e do homem de raça escura. A obra trata do poder e da falta de poder de ambos; do confinamento de homens e mulheres no espaço doméstico (enquanto ambiente familiar e enquanto ambiente metropolitano); do papel de homens e mulheres na família e na sociedade; de como eles são regulados pelo casamento e por leis que não foram feitas por eles, e alterá-las naquele ponto da história, estava além do poder deles.

Entretanto, pelo comportamento assertivo de Catherine e de Heathcliff, a obra sugere que aqueles dois grupos (o homem de raça considerada inferior e as mulheres) não se permitiram mais serem vítimas da autoridade patriarcal e imperial, por meio da ascensão do subalterno e da autoridade feminina. Catherine, por exemplo, trabalha literalmente – o jardim é um exemplo disso – para colocar ordem na casa, criando um ambiente doméstico saudável, como alternativa à injustiça. A obra resiste às ideologias que haviam ligado as mulheres da classe média e o homem de raça escura à falta de poder e a um destino que lhes era imposto, o qual os havia limitado nas realizações pessoais. *O morro dos ventos uivantes* trabalha, portanto, em direção a uma redistribuição de poder e riqueza, e do fim da opressão imposta aos dois grupos marginalizados: as mulheres e o estrangeiro de pele escura.

Catherine, que havia sofrido pela falta de poder imposta a ela pelo patriarcado, pelas estruturas familiares e pela visão dominante em relação ao que se esperava das mulheres, aprende a usar suas habilidades para contornar isso. O conhecimento formal adquirido nos livros – por meio do acesso livre à biblioteca do pai – e seu comportamento assertivo conferem-lhe autoridade e coragem para enfrentar Heathcliff por intermédio de uma guerra sagaz de palavras. Além disso, ela concede poder a Hareton ao ajudá-lo a aprender a ler, transformando-o em um *civilizado*, que poderá lutar pelos seus direitos legais – o fato de *civilizar* Hareton é uma variante de algo encontrado ocasionalmente na ficção inglesa dos séculos XVIII e XIX, na qual um personagem masculino oferece, dentre outras coisas, progresso a uma mulher, ao ensinar-lhe a ler.

Muitos críticos têm notado, dentre eles Wion (2003), que na segunda parte de *O morro dos ventos uivantes*, os personagens da terceira geração revivem, embora com diferenças significativas, o padrão de relacionamentos da geração anterior, da primeira parte do romance. Um exemplo disso é que o casamento de Catherine com

Linton Heathcliff passa a ser uma espécie de paralelo do casamento de Cathy e Edgar. A diferença é a de que o marido é quem morre, deixando a esposa livre para casar-se novamente, portanto, “[...] ao casar com Hareton, a jovem Catherine estará se casando com um membro da sua própria família [...] e completam a exclusão de Heathcliff, o ‘usurpador’” (WION, 2003, p. 376, tradução nossa).

No final do romance, Brontë cria um ambiente imaginariamente livre das formas de opressão contra as quais o romance protesta, ou seja, de raça, de classe e de gênero. Aliado a isso, nesta obra, percebe-se o eco do *slogan* da Revolução Francesa que simbolicamente representa a concepção de Brontë em relação a uma transformação social em favor das mulheres e dos povos de raça escura.

REFERÊNCIAS

ARMSTRONG, Nancy. Imperialist nostalgia and *Wuthering Heights*. In: PETERSON, Linda (ed). *Case studies in contemporary criticism: Emily Brontë, Wuthering Heights*. New York: Bedford/St. Martin's, 2003.

BOEHMER, Elleke. *Colonial & postcolonial literature*. New York: Oxford University Press, 2005.

BRONTË, Emily. *O morro dos ventos uivantes*. Trad. de Oscar Mendes. Porto Alegre: Abril, 1971.

DIAS, Daise Lilian Fonseca. *A subversão das relações coloniais em “O morro dos ventos uivantes”*: questões de gênero. 2011. 282f. Tese (Doutorado em Literatura e Cultura) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

GILBERT, Sandra; GUBAR, Susan. *The madwoman in the attic: the woman writer and the Nineteenth-century literary imagination*. Boston: Yale University Press, 1984.

GILBERT, Sandra; GUBAR, Susan. *The Norton anthology of literature by women: the traditions*

LOOMBA, Ania. *Colonialism/postcolonialism*. Longon: Routledge, 1998.

PETERSON, Linda (ed). *Case studies in contemporary criticism*. Emily Brontë, *Wuthering Heights*. New York: Bedford/St. Martin's, 2003.

PYKETT, Lynn. Changing names: the two Catherines. In: PETERSON, Linda H. (ed). *Case studies in contemporary criticism*: Emily Brontë, *Wuthering Heights*. New York: Bedford/St. Martin's, 2003.

SAID, Edward W. *Culture and imperialism*. New York: Vintage Books, 1994.

WANDERLEY, Márcia Cavendish. *A voz embargada*. São Paulo: EDUSP, 1996.

WION, Philip K. "The absent mother in *Wuthering Heights*." In: PETERSON, Linda (ed). *Wuthering Heights*: case studies in contemporary criticism. New York: Bedfors/St. Martin's, 2003.

O Quinze, de Raquel de Queiroz: aspectos autobiográficos y de género

“O Quinze”, de Raquel de Queiroz: aspectos autobiográficos
e de gênero

Lilian Adriane dos Santos Ribeiro

Resumen: este artículo versa sobre aspectos autobiográficos y de género subyacentes en “O Quinze” (1930), en que la escritora brasileña Raquel de Queiroz enfatiza cuestiones sociales e ideológicas, describiendo la propia condición femenina, por medio de la ficción romanesca y de las acciones de la protagonista de la trama. En esa intención, a la luz de una bibliografía pertinente y mediante análisis del contenido y del discurso, fueron examinadas la ambientación de la ficción y sus relaciones con el contexto sociopolítico-cultural de recepción crítica de la obra.

Palabras-Clave: autobiografía, género, ficción, discurso.

Resumo: este artigo versa sobre aspectos autobiográficos e de gênero subjacentes em “O Quinze” (1930), no qual a escritora brasileira Raquel de Queiroz enfatiza questões sociais e ideológicas, descrevendo a própria condição feminina, por meio da ficção romanesca e das ações da protagonista da trama. Nessa intenção, à luz de bibliografia pertinente e mediante análise do conteúdo e do discurso, foram examinadas a ambientação ficcional e suas relações com o contexto sociopolítico-cultural de recepção crítica da obra.

Palavras-chave: autobiografia, gênero, ficção, discurso.

Lilian Adriane dos Santos Ribeiro é Mestra em Linguística aplicada a la enseñanza de lengua extranjera por la Universidad de Salamanca-España y Doctoranda del programa de Doctorado Mujer, Comunicación y Escrituras, del Departamento de Literatura Integradas de la Universidad de Sevilla-España.

E-mail: lidriany@hotmail.com

INTRODUCCIÓN

Los estudios sobre la mujer y sobre la literatura femenina en Brasil, hoy constituyen estudios científicos que matizan los protocolos de inserción y exclusión de la autoría femenina del Canon Literario. Esos enfoques, en las últimas décadas del siglo XX, construyeron un discurso contra el esencialismo crítico literario, que discriminaba la producción intelectual de las mujeres, entendida éstas en algunos casos como “Literatura Menor”. No obstante, existe investigaciones que se han empeñado en tornar visible la autoría femenina en el ámbito brasileño.

En la década de los 30 en Brasil, surgió el Romance del 30 o Neorrealismo, movimiento en los que los novelistas enfatizaban las cuestiones sociales e ideológicas. Fue en esa época de gran movida política en el país y en el mundo: En Brasil Getúlio Vargas asume el poder después de la Revolución e inaugura el Estado Nuevo, mientras el mundo vive el período entreguerras y asiste a la ascensión del Socialismo Soviético. Rachel de Queiroz, en vez de coger las armas, usa la ficción, la descripción y la novela como forma de denunciar las desigualdades e injusticias del mundo, principalmente de Fortaleza y del Sertao de Ceará.

Si hay una escritora de referencia en Brasil esa es Rachel de Queiroz (1910-2003), una de las literatas más importantes de este país sudamericano. La amplia obra de esta creadora incansable incluye cuentos, novelas, crónicas, piezas de teatro, críticas literarias y libros infantiles.

Rachel como muchas escritoras de su fase, se conmovió con la condición femenina, con su naturaleza y sus conflictos, revelando en sus creaciones vivencias múltiples. Esas mujeres (escritora y personajes) entrelazaron sus vidas (unas dando vida y fuerza a las otras) en el contexto de la obra de ficción.

Aunque Rachel de Queiroz intente ocultar que sus novelas sean autobiográficas, en 1998 publica *Tantos Anos e Nao me Deixes- Suas histórias e sua cozinha*, escritos en compañía de su hermana María Luisa. También hay varias entrevistas y declaraciones de la propia escritora que nos dan la seguridad que sus obras son compuestas a partir de un rico componente autobiográfico. Además tenemos los libros y artículos escritos por muchos estudiosos y biógrafos. Como: *No Alpendre com Rachel* de José Luis Lira (2003).

1. El Regionalismo Autobiográfico en *O Quinze*

Cuando pensamos en Rachel de Queiroz de inmediato nos viene muchas cosas a la cabeza, pero tres de ellas son fundamentales para comprender la obra y la trayectoria de la escritora: la primera es que *O Quinze* fue su obra maestra, con él consagró en ciclo de la Literatura Regionalista Nordestina; la segunda es que fue la primera mujer a ser miembro de la Academia Brasileña de Letras, y la tercera, es que fue la percusora de la Literatura Femenina en Brasil. Con el desarrollo de los estudios de género y su utilización como instrumento útil para el análisis histórico,¹ Rachel de Queiroz en el ámbito académico estuvo considerada como una pieza clave en la consolidación de una escritura de mujeres en Brasil y en la historia de la profesionalización de la mujer como escritora.² Es como nos afirma Heloisa Hollanda:

¹ Sobre la importancia del concepto de género para la historia, vid. SCOTT, J (1990), “Gênero: Uma categoria útil de análise histórica”, em: *Revista Educação e Realidade*, Porto Alegre, nº 16, 2 jul/dez, véase también: PEDRO, J. M “Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica”, em *História*, Sao Paulo, V. 24, nº. 1, pp. 77-98; SOIHET, R & Pedro, J. M (2007), “A emergência da pesquisa da História das mulheres e das relações de Gênero”, Em *Revista Brasileira de História*. Sao Paulo, v. 27. nº. 54, p. 281-300.

² GUERELLUS. Natália de Santana (2009), “Modernos e Passadistas: Os primeiros escritos de Rachel de Queiroz e a escrita de mulheres no Brasil (1927-1930)”, em *II Seminário Nacional Gênero e Práticas Culturais: Culturas, leituras e representações*, Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense, p. 3.

En las historias de Rachel, al contrario, brillaban los hechos, las audacias y el cotidiano de las señoras del sertão. Su narrativa, traicionando un correcto orgullo, traía para el presente, sobre todo, la memoria de las varias formas de poder femenino olvidadas y/o destruidas a lo largo de la historia. Porque estudiar la mujer en el Brasil y en la literatura brasileña sin pasar por Rachel de Queiroz es, como mínimo, imprudencia.³

La escritora rescata recuerdos de su memoria o de aquello que recopila de memoria ajena. Nuestra novelista solo escribe sobre lo

que conoce bien o se incluye en una tradición narrativa comunitaria, Rachel enmarca la ficción con informaciones y resonancias de varias órdenes. Estas van desde el folclore (anotaciones sobre arte, teatro, medicina popular, animales, región, superstición, descripción de los pequeños objetos artesanales), al mundo del trabajo, y de los beatos y fanáticos, diseñados con los rasgos esenciales, aprendidos sin lugar a dudas con el arte popular, que se inspiran en el conocimiento profundo del hombre del Sertão. Esos extractos del texto se incrustan de modo especial en el escenario de la Historia del pueblo nordestino.⁴

El dolor en esta obra revela el mito del “sertanejo” perpetuando la conexión del hombre con el Sertão. Trae a la luz lo que dijo Euclides da Cunha (1963:101): “El sertanejo es, ante todo, fuerte”, una persona que cuando sale a lares extraños sacan arreos para continuar su vida, con una simple meta, sobrevivir para volver a su región.⁵ En la crónica “Sertaneja”,⁶ Rachel de Queiroz, del mismo modo que Euclides da Cunha, enseña la perspectiva de

³ Ibidem.

⁴ ARÊAS, Vilma (1997), “Rachel: o ouro e a prata da casa”, em Franceschi, Antonio (Dir). Rachel de Queiroz, *Cadernos de Literatura Brasileira*, Sao Paulo, Instituto Moreira Salles, p. 98.

⁵ CUNHA, Euclides da (1963), *Os Sertões: Campanha de Canudos*, 27.ed, Brasília, Editora Universidade de Brasília, p. 101, y Haiduke. Alessandro Andrade (2008), *Chão partido: Conceitos de espaço nos romances O quinze de Rachel de Queiroz e A bagaceira de José Américo de Almeida*, Curitiba, Universidade Federal do Paraná, Dissertação de mestrado, p. 75.

⁶ Véase sobre todo la crónica de Rachel de Queiroz, em HOLLANDA, Heloisa Buarque de (2005), *Rachel de Queiroz*, Rio de Janeiro, Global, Coleção Melhores Crônicas, pp. 185-188; y Hollanda, Heloisa Buarque de (2005), *Rachel de Queiroz*, Rio de Janeiro, Argir, Coleção Nossos Clássicos, p. 14.

vida en el Sertão árido, también nos revela un tiempo y costumbres propios de esta región nordestina, ella los describe con suma precisión: “Já aqui no Sertão os homens a bem dizer, se preocupam mais com o céu que com a terra. Pois tudo depende do céu, abundância ou fome, vida ou morte!”⁷

El libro *O Quinze*, considerado por Bosi (1997, p. 447) como neorrealista, tiene su enredo estructurado en dos planes: el drama del vaquero Chico Bento y su familia emigrantes nordestinos; y la relación afectiva entre Conceção, profesora culta, de familia tradicional, y Vicente, que, aunque su primo es un rudo propietario de tierras y creador de ganado.⁸ Rachel describe en esta novela la experiencia del hambre, del nomadismo y de la miseria. No exactamente la suya, ya que era muy pequeña cuando ocurrió la sequía de 1915, tenía apenas 4 años; no obstante, redactó la novela sobre cada una de las reminiscencias, de la visitación al archivo de su memoria. Señorita e hija de ganaderos, ella, de niña, asistió a la procesión de decenas de emigrantes que pasaban por su puerta; los vio hambrientos, mendigar un trozo de pan en cada puerta. Se acuerda que obligaron a los empleados de algunas fincas a inmigrar para las ciudades grandes en búsqueda de sustento. A partir de ahí, se da el dramatismo del destino, ellos buscan sobrevivir, pero lo que encuentran es una ristra de dolores y pérdidas, pues, las consecuencias de la marcha son peores de las ya vividas en la región de la sequía. De hecho, al dejar la hacienda donde siempre vivieron y trabajaron, dejan su hábitat natural y sus raíces, con poco dinero y mucha esperanza de llegar al Norte de Brasil, donde piensan conseguir empleo en la extracción de esa planta llamada goma, aparte de una vida mejor, lejos de la

⁷ Op. cit., p. 185; QUEIROZ, R (2010), *Não me Deixes – Suas Histórias e Sua Cozinha*, São Paulo: Siciliano, p. 114, y QUEIROZ, R & QUEIROZ, M. L. de (2010), *Tantos Anos*, Rio de Janeiro, José Olympio, pp. 255-256.: “Ya aquí en el Sertão los hombres, se preocupan más con el cielo que con la tierra. Pues todo depende del cielo, abundancia o hambre, vida o muerte!”

⁸ BOSI, Alfredo (1997), “Rachel de Queiroz”, em *História concisa da literatura brasileira*, São Paulo, Cultrix, p. 447. La traducción es mía.

miseria y del hambre. También buscaban el Sur de Brasil, trabajo en las grandes metrópolis.

En *O Quinze*, los personajes pertenecen a diferentes ambientes sociales, representados por el mundo rural de la agricultura y el mundo intelectual de la ciudad. Aquí RQ⁹ contará la experiencia de la sequía desde ópticas variopintas: la de los latifundistas, enmarcada en su familia y en los empleados de la hacienda, que también podrían ser de su hacienda, de haciendas de familiares o de las fincas vecinas.

⁹ Rachel de Queiroz.

La imagen de la novela es la de una “ficción” apoyada en los recuerdos que la escritora vivió en su infancia y su juventud en la ciudad y en el campo mientras presenciaba en primera persona la catástrofe, las muertes, las dificultades financieras de su familia, más el resto de penurias del conflicto. Las situaciones descritas en esta novela están tomadas de la realidad. Una realidad, sin embargo, subjetiva y muy íntima, observada desde una óptica personal, éstas las podemos comprobar en muchas de sus entrevistas, crónicas o en su libro de memorias.

Los Queiroz tiene un historial de latifundistas, toda su familia por parte de padre se ha dedicado a la propiedad de tierras, plantaciones y ganado. Su padre el Dr. Daniel heredó una finca de su progenitor el Dr. Arcelino. A lo largo de su vida fue comprando y vendiendo otras tierras.

Delante del flagelo de la sequía, la familia de los Queiroz tuvieron que abandonar el Ceará e intentar comenzar otra vida en otros lugares, primero en Río de Janeiro y luego en Belém de Pará, lugar del que regresan en 1919. En 1919 es el año de regreso al Ceará, del nuevo intento de fijación al ambiente nativo. Van primero a la sierra de Guaramiranga a esperar la llegada del invierno.

La forma ruda, pero definitiva de la personalidad de RQ está rotundamente asociada a la vida en la hacienda del Junco, donde pasaba el invierno. No solo los rincones y los detalles del lugar,

sino también de los habitantes y empleados de la hacienda: Antonio Muxió o Zé Antonio, influenciaron su espíritu, al menos de manera inconsciente, induciéndole el gusto por las cosas locales, en términos de arte literario, como elemento paisajístico, telúrico y regional.¹⁰

Igual la literata se inspirase en la historia de Antonio Muxió y personificado este trabajador de la finca de su padre en Chico Bento, porque también el Dr. Daniel de Queiroz como muchos de los latifundistas de esta época tuvieron pérdidas de los bienes familiares, por los que la familia tuvo que cerrar la hacienda como consecuencia de la fuerte sequía y despedir a los trabajadores una vez que los efectos naturales arrasaron la plantación y el ganado de su hacienda.

Rachel de Queiroz cuenta la historia del emigrante nordestino y ganadero, a través de la historia del vaquero Chico Bento y su familia, ellos al abandonar la casa en la hacienda de las Aroeiras tuvieron que vender animales y ropas para conseguir un poco de dinero y macharse rumbo a la capital. En este período los viajes al Sertão se hacían en precarias condiciones, el viejo tren era el único medio de comunicación entre la civilización urbana y el pueblo donde la sociedad mantenía aún una estructura y unas relaciones feudales. Como nos cuenta la propia escritora, ella cogió muchas veces el tren suburbano que le llevaba desde la hacienda del Junco a la ciudad de Fortaleza, para ir al colegio Imaculada Conceição en verano. En invierno hacía el camino al revés, de Fortaleza al Junco para pasar sus vacaciones. Lo mismo pasaba con su protagonista, tenía que coger el tren para pasar las vacaciones en la hacienda Logradouro y de la hacienda a Fortaleza en períodos de clase.

La infancia de Rachel de Queiroz transcurrió en un ir y venir entre la ciudad y el campo, la propiedad de su familia estaba

¹⁰ BRUNO, Haroldo. *Rachel de Queiroz (crítica, bibliografía, biografía, seleção de textos, iconografia)*. Rio de Janeiro/Brasília, Cátedra/INL-MEC, 1977, p. 97.

¹¹ HOLLANDA, Heloisa Buarque de (2005), p. 13, y CBL, p. 9.

¹² HAIDUKE, Alessandro Andrade (2008), *Chão partido: conceitos de espaço nos romances O Quinze de Rachel de Queiroz e A Bagaceira de José Américo de Almeida*, Curitiba, PR, p. 58. Dissertação de Mestrado. UFPR, 2008. Disponível no portal de teses da Capes: <<http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/resumo.html?idtese=2008140001016035P1>>, y BARBOSA, M. L. D. L. (1999), *Protagonistas de Rachel de Queiroz — caminbos e descaminbos*, Campinas, Pontes, p. 65.

a 18 kilómetros del centro de Quixadá.¹¹ Doña Inácia. Quien antes de partir ordena que sus vaqueros lleven el ganado para la sierra, pues de esta manera podría ser más fácil salvar alguna cabeza de ganado. Así, percibimos la entrada en la novela de una tercera especialidad también muy conocida por Rachel, la sierra como un refugio, un espacio intermedio entre las dos otras especialidades: ciudad y campo.¹²

En este pasaje del libro también podemos encontrar otro rasgo autobiográfico. Rachel y su familia también usaban la sierra, en especial a la de Guaramiranga en Baturité, como refugio y protección contra la sequía. Cuando vuelven en 1919 del largo periodo de migración en Rio de Janeiro y en Belém de Pará, esperan el fin del

verano en la sierra en la casa del tío Eusébio.

La relación de la autora con el Sertão inició muy pronto, los recuerdos de infancia están casi todos conectados a la hacienda del Junco: a la casona, el embalse, los paseos a caballo, las figuras de los vaqueros y los habitantes. En *O Quinze* la novelista intenta describir la casona de la finca del Junco y del Pici, una casa grande, muy simple, con pocos lujos. Por eso no nos caben dudas de que el libro marca puntos comunes a su biografía. También describe las costumbres de la hacienda: el despertar por las mañanas, el desayuno y la vida en la cocina de la hacienda.

La costumbre del cobertizo con las hamacas, las charlas y paliques de los habitantes de la finca es tema constante en las obras de Rachel y en las haciendas nordestinas. Éstas costumbres quedan descritas por la novelista en muchas de sus crónicas y novelas.

Otro rasgo autobiográfico utilizado en la ficción queda patente en el momento en el que relata que tanto las haciendas del

Junco y del Pici como en la hacienda del Logradouro no poseían luz eléctrica, la propia literata cuenta que cuando escribió el libro tuvo que hacerlo con un quinqué en el suelo de su casa, escondida de su madre. En el comienzo de la novela, RQ compara su situación a la de Conceição que también tenía que estudiar y leer con la luz de un candil, porque allí tampoco tenía electricidad.

Además, nos cuenta una historia verídica, que según la declaración de la escritora en su libro *Não me deixes*, este episodio que cuenta en *O Quinze* realmente ocurrió en el Sertão, la novelista compara esta historia que ocurrió en la década de los veinte con las historias de robo y muerte de animales ajenos en la década de los noventa.

Este caso aconteceu mesmo. Faz muitos e muitos anos escrevi uma história de cabra morta por retirante, mas era diferente. Então, o homem sentia dor de consciência e até se humilhou quando o dono do bicho morto o chamou de ladrão. Agora não é mais assim.¹³

¹³ QUEIROZ, R (2000), *Não me deixes*, op. cit., p. 40: “Este caso ocurrió de verdad. Hace muchos y muchos años escribí una historia de una cabra muerta por un inmigrante, pero los tiempos eran otros. Entonces, el hombre sentía dolor de conciencia y hasta se humilló cuando el dueño del bicho muerto lo llamó ladrón. Ahora no es más así.”

Ella escribe sobre lo que conoce muy bien, sobre su Sertão describiendo minuciosamente el paisaje de esta región, su pueblo relatando la fortaleza del pueblerino, su experiencia en las sequías del 15 y del 19, todo esto ella lo relata no solo en *O Quinze*, sino en muchas de sus novelas y de sus crónicas publicadas en doce libros.

El presidente de la República de Brasil, Venceslau Brás Pereira Gomes, que estuvo en el cargo entre 1914 y 1918, fue el responsable por la reestructuración del IFOCS (Inspección Federal de Obras contra las Sequías) creado años atrás, en 1909. Algunas medidas las implantó Venceslau Brás, tales como la construcción del embalse que reunía la población en las llamadas “frentes de trabajo” evitando

la emigración y el éxodo rural.¹⁴ Con temor de saqueos, los Campos de Concentración en el Ceará los crearon para aislar la población hambrienta e impedir su movimiento en dirección a las ciudades, en

especial a Fortaleza.

¹⁴ ARAÚJO, K. “1915: A Seca e o Sertão sob o olhar de Rachel de Queiroz”, em *Estudos Históricos* – CDHRP, Diciembre 2009, p. 9. Artículo publicado en: http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:a1Q_Y8t8nWQJ:www.estudioshistoricos.org/edicion_3/araujomartins.pdf+o+quinze+de+rachel+de+queiroz&hl=pt-BR&gl=br.

Mientras dura la sequía, Mae Inácia y la nieta viven en la ciudad, en una pequeña casa amarilla de tres puertas en el barrio del Alagadiço, típica de la clase media baja. Queda muy claro que la novelista se aprovecha de las experiencias que tuvo cuando vivió en el barrio del Alagadiço en Fortaleza para sus obras.

La protagonista, durante el tiempo de la sequía y que vivía en el Barrio del Alagadiço, trabaja como voluntaria en el “campo de concentración”. Ese ejemplo de solidaridad se encuentra en Conceição. A pesar de no haber participado directamente del éxodo, ella sufre con los daños causados por la migración. Diariamente ella encuentra nuevos emigrantes. Así, también en este libro los mundos se mezclan, en una situación casi familiar.

¹⁵ CLB, op. cit., p. 10.

RQ y sus padres vivían en una casa en el barrio del Alagadiço¹⁵ cerca de donde el presidente del Gobierno mandó construir el primer campo de concentración de Fortaleza, la niña Rachelzinha iba con sus tías que eran voluntarias al campo para ayudar a los miserables que llegaban del desierto y se alojaban allí.

En Ceará era tradición y muy común que los trabajadores se hiciesen compadres de sus jefes, en el Sertão existían los ahijados de bautizo y de hoguera de San Juan o San Pedro. La madre de Rachel, doña Clotilde, adoptó a uno de sus hermanos, por eso la familia tenía seis hijos: dos chicas y cuatro chicos. El adoptivo era su tío, más hermano que tío, por la poca diferencia de edad entre ellos.

La escritora también tuvo muchos ahijados, como su propia hermana María Luisa declara en *Tantos Anos*.¹⁶ Otra adopción muy especial y presente en la vida de la escritora fue la de su propia hermana María Luiza, de la que desde que nació en 1926 Rachel se hizo cargo. La cuidó como su propia hija debido a la gran diferencia de edad entre ellas.

¹⁶ Véase, *Tantos anos*, p. 111-115 y 184.

En *O Quinze*, esta escena está personificada en el reencuentro de D. Inácia y Mocinha en el tren, cuando Mãe Inácia vuelve al Sertão, cuando la joven la llama madrina, le besa la mano y acepta dinero para seguir adelante con el hijo que se encuentra en su vientre. En este mismo pasaje, en el que Rachel relata el viaje en tren y en el encuentro de la madrina con la ahijada, la escritora, con sabiduría, aprovecha la situación para describir el paisaje local, paisaje que muchas veces presencié cuando hacía el trayecto de la ciudad a la hacienda del Junco o a la del Pici.

Otro tema muy importante tratado en la novela, es la religiosidad y la fe del pueblo nordestino. Es el catolicismo de las fiestas cíclicas, de los homenajes a los santos patronos en las principales plazas de las ciudades, de las rezas y de las rezadoras, de las novenas colectivas, de las romerías, de las devociones y de muchas otras prácticas o expresiones religiosas, tanto que identifica al calendario folclórico brasileño con la propia religión.¹⁷

¹⁷ CASCUDO, Luís Câmara (2002), *Dicionário do folclore brasileiro*, 11 ed., São Paulo, Global, p. 545.

En el sertão nordestino ocurre del mismo modo. Ya al principio de la obra de Rachel de Queiroz es posible percibir como la fe está presente en el día a día del pueblerino. Los nordestinos se agarran en la fe en San José para salir adelante en el periodo de estiaje. La escritora no podía ser indiferente a la variedad de costumbres locales. Ella cuenta en su novela la fe católica, los temores a Dios y las creencias en las santerías, en las curas y en las parteras. La novelista nos muestra la

mezcla de la tradición y de los ritos africanos, ambos muy fuertes en Brasil, que provenían de los esclavos e indios.

El libro empieza con la escena católica de Doña Inácia, que está persignándose y rezando a San José, mientras le pide que llueva. Los pueblerinos tienen una devoción transcendental hacia los santos, principalmente en San José, el 19 de marzo se conmemora su día, es el patrono de la lluvia.¹⁸

¹⁸ FRANCISCETTO, K. & cia (1999), *O Quinze em análise*, p. 8.

Del mismo modo como las abuelas, Rachel, María Luiza y la niñera Mãe Titó, D. Inácia era católica fervorosa, temerosa de Dios. Era devota de São José, una devoción fundamentada en un sentimiento de esperanza, de confianza, identificados en sus plegarias y cariños, simbolizados en la medalla que usa siempre colgada en el cuello. Mãe Inácia y Mãe Titó tenían la costumbre de llevar encima siempre un rosario. La primera también tenía una maleta con santos que llevaba para todos aquellos lugares a los que iba.

Otra costumbre de la época, seguida por muchas familia nordestinas, era la de poner retratos de familiares y cuadros de santos en la pared de sus casas, algo muy común en las personas del sertão. En *O Quinze*, la novelista describe y registra esta tradición a través de la ambientación de la casa de D. Inácia y Conceição cuando Vicente llega a la casa para visitar a la tía y a la prima.

En la casa de la propia novelista, también podemos presenciar esta tradición, la familia como toda buena familia nordestina no podía dejar de participar de esta costumbre local. Hábito que ella describe en casi todas sus novelas: en *O Quinze*, *Caminho de pedras* y *As três Marias*, fundamentalmente.

El “desesperado amor” que sentía y preservaba por su tierra está presente en todas las situaciones. La hizo estañado conectado directamente al sertão, la región era su punto de partida y su punto de llegada. La región está presente no solo en la temática, también

en los procedimientos discursivos, marcados por el acercamiento con los modos orales de su gente.¹⁹

Sou uma mulher rústica, muito apegada à terra, próxima dos bichos, dos negros, dos caboclos, das coisas elementares do chão e do céu. [...] Lá realmente é meu lugar. Cada volta minha é um regresso. E sinto que lá é o meu permanente.²⁰

El éxito del libro está relacionado a la simplicidad del lenguaje (la más difícil de las virtudes literarias). No hay exhibicionismo de la autora en el uso de palabras eruditas. Incluso cuando la dueña de la palabra es una profesora como Conceição, el diálogo fluye espontáneo, normal y cotidiano.²¹

Los diálogos son transpuestos, con precisión y coherencia, al plan literario, situaciones de la realidad sertaneja, con un rico aprovechamiento de las formas de oralidad. Son narraciones simples, sin discrepancias del habla, culta y limpia de las muletillas regionalistas, aparecen perfectamente integradas a las necesidades concretas de expresión de sus personajes y del mundo ficticio de la autora. El habla en esta novela aparece como material regional, donde narrador y los personajes utilizan un lenguaje muy próximo a la oralidad del pueblo del Sertão, como forma de insertar el carácter verosímil en la historia:²²

La ficción termina con el fin del verano y con el inicio de la lluvia, que en el Sertão representa el invierno brasileño. En diciembre llegan las primeras lluvias, el comienzo de ellas no solo representa la esperanza de salvar a la tierra y a los animales, también la ilusión de

¹⁹ FRANCISCHETTO, K. & Cia (1999), *O Quinze em análise*, p. 8.

²⁰ HOLLANDA, H (2005), op. cit., pp. 185-188, y QUEIROZ, R (2010) *Tantos anos*, op. cit., p. 234: “Soy una mujer rústica, muy apegada a la tierra, cercana a los bichos, de los negros, de los aldeanos, de las cosas elementales del suelo y del cielo. [...] Allí realmente es mi lugar. Cada vuelta mía es un regreso. Y siento que allí es mi permanente.”

²¹ TAMARU, Angela Harumi (2004), *A construção literária da mulher nordestina em Rachel de Queiroz*, Campinas-SP, Universidade Estadual de Campinas, p. 129.

²² HAIDUKE. Alessandro Andrade (2008), op. cit., p. 91.

regresar a casa con la familia y sobre todo la lucha y el trabajo que empezaría a partir de este momento para salvar la propiedad.

Los Queiroz al regresar del gran periodo de migración empiezan con los trabajos en las tierras del Junco. Consiguieron salir adelante gracias al intenso incentivo que el padre le dio a la creación del ganado.

La vuelta a la tierra causó espanto y sufrimiento a los nodertinos, al ver la situación en que se encontraban sus haciendas, el nivel de perjuicios que tuvieron y analizar que el trabajo de años de vida quedó en el olvido en largos meses de estiaje. Todo partiría de cero. Sin embargo, esta situación, la de regresar a casa, guardaba el placer de reencontrar a la familia y a los conocidos.

En síntesis, la temática de la obra en análisis tiene carácter documental, sociológico, y autobiográfico, el cual comprende todos los problemas condicionados por la sequía de forma global: la sequía que acarrea la esterilización de la tierra y del hombre; la migración, siendo esta la única posibilidad de vida para el emigrante

23 FRANCISCETTO, K. & Cia (1999), op. cit., p. 9. y la oralidad fecunda y viva en el escenario de esa ficción.²³

2. Análisis Autobiográfica desde una Perspectiva de Género

En el final del siglo XIX e inicio del siglo XX, el movimiento feminista hizo sus primeras manifestaciones. Tanto que, en *O Quinze*, Rachel de Queiroz buscó manifestar la tan soñada igualdad femenina, representándola a través de Conceição su alter ego.²⁴

24 ARAÚJO, K. "1915: A Seca e o Sertão sob o olhar de Rachel de Queiroz", em *Estudos Históricos* – CDHRP, Diciembre 2009, p. 25.

Las grandes inquietudes que la literata aborda de manera directa y gira en torno a la existencia rutinaria, a la incomunicación, a la soledad y a la condición de ser mujer en Brasil del 20 e inicio del 30 que ella conocía muy bien. Desarrolla diversos motivos que se

constituyen como elementos reveladores de la existencia de la mujer en el entorno familiar y social de Brasil. Haciendo una crítica a la dependencia conyugal. Al matrimonio que en esta época suponía para la mujer una “muerte civil”. Al marido que como cabeza de familia era el dueño absoluto de la mujer y de los hijos y estos tenía como fuente conservar los roles tradicionales de dependencia de las mujeres.²⁵ Todo fuera de la casa estaba delegado al hombre. Así, si al marido cabía proveer el mantenimiento de la familia, a la mujer restaba la identidad social como esposa y madre.

²⁵ Véase, PASTOR, M. I (1984), La educación en la posguerra (1939-45): en el caso Mallorca, Ministerio de Cultura, Instituto de la Mujer, p. 72.

En *Tantos Años*, Rachel relata el destino de sus primas y tías, o contraían matrimonio o ingresaban en un convento. Otro momento en que también podemos ver el pensamiento de la época es cuando la cronista narra el momento que su padre le regala la hacienda Nao me Deixes, en el momento en que el padre le planea el futuro. A ella se le cabía casarse e irse a vivir en la finca con su marido, pues allí él le construiría una casa y tendrían hijos.

En *O Quinze*, la novelista se aleja del discurso dominante del hogar feliz, de los roles femeninos más convencionales de esposa sumisa y madre entregada y presenta la desigualdad a la que es especialmente vulnerable en las relaciones matrimoniales, en el terreno de la sexualidad. Al hombre se le era permitido el placer, vivir una vida adultera, pues eso hacía parte de la naturaleza del sexo masculino. Mientras a la mujer se le era reservado la castidad, el equilibrio y el buen funcionamiento del hogar. Las propias mujeres tenían internalizado este discurso pseudo científico y repetían a las generaciones futuras, de madre a hija.

Podemos verlo en el habla de la abuela de Conceição. Sin tener conciencia, Doña Inácia repite el discurso pseudo científico que legitima la “naturaleza” del hombre, su necesidad de intensa de vida sexual, como justificación para sus relaciones con otras mujeres.

A lo mejor, ella propia tuvo que pasar por situaciones semejantes y como no había “otra solución” terminó por acostumbrarse, pues este comportamiento no solo era visto con benevolencia, como también era incentivado por la sociedad, “por ser un símbolo de masculinidad”.²⁶

²⁶ ROCHA, Coutinho, M.L. (1994), *Tecendo por trás dos panos. A mulher brasileira nas relações familiares*, Rio de Janeiro, Rocco, p. 106.

²⁷ QUEIROZ, R (2010), *O Quinze*, 90ª ed., Rio de Janeiro, José Olympio, p. 66: “Intentó consolar a la nieta que volvió a la habitación: - Mi hija, la vida es así... Desde que el mundo es mundo... Yo hasta creo que los hombres de hoy son mejores. – Pues yo creo que es una falta de vergüenza! Y Vicente, todo puritano, es peor que los otros! La gente muere y aprende!”

²⁸ ROCHA, C (1994), op. cit., p.106.

²⁹ BARBOSA, Mª de Lourdes Leite (1999), op. cit., p. 38.

Tentou consolar a neta que voltara para o quarto: - Minha filha, a vida é assim mesmo... Desde que o mundo é mundo... Eu até acho os homens de hoje melhores. – Pois eu acho uma falta de vergonha! E o Vicente, todo santinho, é pior do que os outros! A gente é morrendo e aprendendo!²⁷

La cronista en su obra maestra enséñanos el contraste entre los roles permitidos para mujeres y hombres. De la mujer se exigía, obligatoriamente, la preservación de la virginidad hasta la boda; sin embargo del hombre nada se cobraba, ni abstinencia antes de la boda, ni fidelidad después y, como a las mujeres después de contraer matrimonio no se les permitía ningún deslice, al hombre se les permitía recurría a otras mujeres de clase social más pobres o a prostitutas.²⁸ A lo mejor la escritora presenció conversaciones de miembros de su familia, quizás de sus abuelas, tías abuelas

o de las empleadas de la hacienda que estaban acostumbradas con esa situación y sumisión delante de la traición de sus esposos.

Conceição, sin embargo, rechaza ese tipo de boda; ella desea un compañero con quién pueda compartir sus anhelos y, solo ahora, evaluando cuidadosamente las diferencias entre ella y Vicente, principalmente en relación al nivel intelectual, percibe el profundo foso existente entre los dos.²⁹ La concientización de la

imposibilidad de un diálogo más profundo con el primo surgió de la conversación con la abuela, que, irónicamente, Conceição compara a las señoras de alma azul de que habla Machado de Assis. Esa comparación revela la insumisión de la protagonista a los valores establecidos, pues, como comenta Ingrid Stein (1984:103), Machado usa con insistencia el azul para referirse a la pureza, a la fidelidad, al ideal de buena madre y de buena esposa.

Por haber vivido su adolescencia y primera juventud en el 20, la cronista se sentía solidaria e identificada con la problemática que afectaba a la mujer de la época, Queiroz en todas sus obras, a la hora de exponer los problemas humanos y sociales, predomina el tema de la mujer desvalida y su precaria condición en la sociedad brasileña del momento, insistiendo en la desigualdad entre hombres y mujeres en una sociedad cuyo sistema binario presenta lo masculino lo positivo, en oposición con lo femenino, y por tanto, negativo.

La sociedad de Fortaleza estaba dividida simbólicamente y empíricamente en dos géneros significa que su estratificación económica-política y el reparto de sus roles responde a esta división por índole. Al mismo tiempo, toda sociedad construida sobre una profunda desigualdad genera mecanismos ideológicos y definiciones sexuales que justifican y legitiman esa desigualdad. Los mitos sobre la naturaleza de mujeres y varones que, apoyados en el paradigma androcéntrico, han servido para sustentar la cultura patriarcal.

Rachel de Queiroz, buscó reflejar y escribir sobre protagonistas que no se conforman con la situación de sumisión a que son sometidas. En esta narrativa, muchas veces Conceição se niega a casarse o mantenerse casada para huir al tradicional papel destinado al femenino. Estudiar, trabajar y elegir un hombre que a respete es la meta de la protagonista.

³⁰ FRANCESCHI, A (2002), op. cit., p. 31.: “En mi adolescencia, la mujer no estaba aún firme en sus posiciones de libertad, como hoy. Sus derechos de estudiar, de amar, de ser, todo eso aún era muy restricto. Cuando yo escribí el libro también”.

Na minha adolescência, a mulher não estava ainda firme em suas posições de liberdade, como hoje. Seus direitos de estudar, de amar, de ser, tudo isso ainda era muito restrito. Quando eu escrevi o livro também.³⁰

La literata compara aquí la diferencia entre las generaciones, ella también no quería casarse, quería entregarse al mundo de la lectura, de las crónicas, al periodismo, crecer como persona y profesional, para eso renunciaba a su “destino” como mujer, que era lo de casarse y tener hijos, destino ese deseado por muchas amigas y parientes suyas.

La protagonista y autora pertenecen a la clase media, sus familiares poseen tierras, son consideradas en su medio de origen futuras herederas.³¹ Igualmente sabemos que tanto Rachel como Conceição son dos jóvenes de familias tradicionales, las abuelas eran matriarcas del sertão y los abuelos y padres profesionales liberales, ambas familias tenían una biblioteca que se destacaba en la región con una gran variedad de temas. Ambas vivieron entre el campo y la ciudad, pasaban el verano en la ciudad estudiando y en el invierno se iban al sertão a descansar y a vivir la vida campesina. Allí se entregaban a la intensa lectura, lo curioso es que tanto Rachel como Conceição tenían el mismo gusto en cuanto a la lectura y por

³¹ BARBOSA, M^a. L (1999), op. cit., p. 66.

³² Op. cit., p. 35.

³³ PEREZ, Renard (1970), “Rachel de Queiroz”, em *Escritores brasileiros contemporâneos*, 2 ed., São Paulo, Civilização Brasileira, p. 321.

lo tanto leían los mismos libros, fueron estas lecturas las que influenciaron en la escritura y el modo de vivir de ambas. Conceição tal vez sea, de las protagonistas de Rachel de Queiroz, la que más demuestra preocupación con lo intelectual, pues, además de la lectura variada, escribía poemas y un libro sobre pedagogía y, aún, citaba a Nordau y a Renan.³²

Las dos fueron Normalistas, y se hicieron profesoras y escritoras.³³ Además vivían en Fortaleza por sus profesiones. Aunque la literata fuera dos años más

pequeña que su protagonista, describe con precisión la sociedad y las costumbres que ambas vivieron y presenciaron en la sociedad de Fortaleza de los años 20 y de los inicios de los 30.

Es interesante cotejar las lecturas del personaje, cuya cultura incluye el conocimiento de la lengua francesa, con las informaciones concedidas por Rachel a su hermana María Luisa en el libro de memorias de la autora, escrito al alimón por las dos.³⁴ En el capítulo denominado “O partido”, la escritora hace una vuelta hacia atrás, al año 1925, cuando terminó el curso de profesora en la Imaculada Conceição, con quince años, fue en esta fecha en la que comenzó a “leer de verdad”.³⁵ Según ella, la época en que más leyó fue el periodo posterior a su salida del colegio, años que antecedieron la publicación de *O Quinze*, de 1926 a 1928. Entre los libros citados está *Las mentiras convencionales* de Max Nordau, también citado por Conceição, y muchas obras sobre el socialismo, la revolución rusa, el comunismo y el marxismo. Rachel hacía las mismas lecturas que la protagonista de su novela.³⁶

³⁴ QUEIROZ, R. e QUEIROZ, M^a. L (2010), op. cit., pp. 38-39.

³⁵ PEREZ, Renard (1970), op. cit., p. 322.

³⁶ BARBOSA, M^a de L D L, op. cit., p. 35.

Por otro lado, algunos de los personajes como sus primas: Lourdinha y Alice, tía Idalina y su abuela representan la tradición, el conformismo a la opresión que el masculino impone al femenino, son las representantes de los moldes permitidos para la mujer en la década de los 20 e inicio de los 30.

La abuela y la tía Idalina representan la generación de las matriarcas nordestinas, así como Doña Inácia la abuela de la escritora, Doña Rachel, cuando se quedó viuda tomó a frente de la administración de la hacienda. Las matriarcas del Sertão eran mujeres fuertes que se hacían cargo de sus tierras cuando los maridos se morían o cuando tenían que ausentarse para solucionar algún problema en la capital. Mãe Titó, y las abuelas Maria Luisa y Rachel eran mujeres convencionales, representantes de la tradición,

esposas, madres y devotas a Dios, estas mujeres se casaban con profesionales liberales que se iban a Fortaleza para hacerse Doctores y regresaban a Quixadá para formar familia. Esa estructura familiar era muy común en el sertão.

Ya, Lourdinha, Alice y Mariinha personajes de la novela representan la generación de Doña Clotilde, Adelaide, Elsa y las demás hijas del tío Eusébio. En la generación siguiente a las de las matriarcas del Sertao, las mujeres eran un poco más sumisas, pero eran más intelectuales, lían y opinaban. Se casaban con profesionales liberales que tenían el comportamiento diferente a lo de los jinetes.

El libro nos enseña como el tradicional se choca con el nuevo, con el nuevo modelo de mujer que estaba surgiendo. El aspecto más marcante de *O Quinze* es la búsqueda de la mujer en ocupar otro lugar en la sociedad. Por lo tanto esta conciencia es mostrada por Conceição. Apenas se inicia la historia, observamos la joven leyendo las narrativas románticas, de los volúmenes de versos y discursos científicos, “un tratado en francés, sobre religiones”, mientras Mãe Inácia reza en el cuarto al lado. Ese nuevo espacio de la mujer será comparado con nitidez con los tópicos convencionales

de la construcción romanesca, que asombran muchas veces los otros personajes.³⁷

³⁷ Ibidem.; Arêas, V. Op. cit., p. 92, y BUENO, L (2000), *Folha de São Paulo*, p. 14.

Imaginemos el personaje, en 1915, a los veintidós años, educada por una abuela conservadora y por un abuelo liberal, colmado

de ideas revolucionarias, adquiridas a través de lecturas destinadas al sexo masculino, y comprendemos la actitud de la abuela, autentica representante del pensamiento de la época. La mayoría de las jóvenes frecuentaba solo el curso primario, cuyas nociones básicas de gramática, aritmética, trabajo manuales y reglas de comportamiento eran suficientes para el desempeño del futuro de madre y esposa, no habiendo, así pues, otras posibilidades de desarrollo personal. Pocas llegaban al secundario y rarísimas ingresaban en un curso superior.

Solamente en 1930, ocurre un aumento expresivo del número de mujeres en curso superiores.³⁸

El tiempo de las mujeres vivido por Conceição y Rachel es un tiempo distendido en dos momentos: el de herencias transgeracionales y el tiempo de las liberaciones, que traen consigo pierdas y frustraciones. Pierre Bourdieu: apuntó que las diferencias entre los sexos son creaciones culturales. La mujer es condicionada a conformarse, mientras el hombre debe osar, expandir fronteras. A las chicas, en la mayoría de las veces cabe tener modos, y a los chicos cabe lanzar las modas.³⁹ En el sertão nordestino de la década de 1930, el horizonte de la mujer debía ser el que alcanzaba al balcón, y sus trabajos eran manuales.

Esta función reguladora y moralizante, en la obra de Queiroz, muestra el espacio de la casa en oposición al espacio de la calle. La dicotomía del público vs privado. Otro tema que la novelista trata aquí referente a la división binaria público/privado, es que a las mujeres en el 20, no se les permitía andar solas por las calles, solo podía circular en el espacio público en compañía de un hombre, si soltera en la compañía del padre, hermanos o padrino, y si casada en la compañía de su marido o una empleada. Ruy Barbosa se refiere, en 1883, a las “portadoras”, o sea, las acompañantes de las alumnas de la Escuela Normal del Río de Janeiro.⁴⁰ El espacio público (de los paseos, teatros y bailes) “abierto incondicionalmente a los hombres, solo era permitido a la mujer en ocasiones especiales y, aún así, ella debería estar siempre acompañada de un hombre: el padre, el hermano o el padrino”.⁴¹ Esa imposición social, preponderante del siglo XIX, perduró durante mucho tiempo en Brasil, sobre todo en la década del 20 y del 30.⁴²

³⁸ LEITE, M. L (1999), Op. cit., p. 35.

³⁹ BOURDIEU, Pierre (1999), *A Dominação Masculina*, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, pp. 9-10.

⁴⁰ Véase, STEIN (1998), op. cit., p. 27.

⁴¹ ROCHA, Coutinho (1994), Op. cit., p. 85

⁴² BARBOSA, M (1999), op. cit., p. 36.

Contrariando esas costumbres, Conceição creía en otros valores que redefinen el papel social de la mujer y, irónicamente, argumenta que es una profesora vieja, en el ejercicio de su profesión; si fuera jovencita, no saldría sola. Por la respuesta de la protagonista, se concluye que esa restricción era una forma de controlar a las jóvenes solteras que solo deberían salir acompañadas de algún hombre, de alguna señora de la familia o de una criada.⁴³ Esta “rebeldía” e independencia de Conceição podemos percibir en Rachel, cuando a los 21 años hizo su primer viaje sola al Río de Janeiro para recibir el premio Graça Aranha. Además iba sola a las reuniones del partido

⁴³ Ibidem.

⁴⁴ SCOTT, J. “Género: una categoría útil de análisis histórico”, em *Revista Educação y Realidad*, Porto Alegre, n°16(2), jul/diez,1990; y PEDRO, & PEDRO, J. M. “A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Género”, em *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.27. n° 54, p.281-300, 2007.)

⁴⁵ BARBOSA, Mª de L D L, op, cit., p. 80.

comunista, e muchas veces el padre cedía la casa para las reuniones del partido para que ella no tuviese que ir lejos y sola por las noches. Así se quedaba más tranquilo. La novelista fue la percusora de la escritura femenina en Brasil y la única mujer a hacer parte del Movimiento Modernista Brasileño. Así como la primera mujer a adentrar las murallas de la ABL, hasta entonces un organismo absolutamente masculino.⁴⁴

Al trasladarse de la hacienda para Fortaleza, Conceição y Rachel repudian el destino femenino de las mujeres del sertão y dan prioridad a sus profesiones (incluso que sea una de las actividades tradicionalmente reservadas a la mujer), y ven en los estudios y en el trabajo la posibilidad de conseguir independencia financiera y realización personal.⁴⁵

Ambas abandonan el medio rural, por ofrecerles pocas o casi ninguna perspectiva de cambio y de crecimiento social; parten en busca de un medio más favorable a sus anhelos existenciales. Pocas mujeres son las que tienen coraje de optar por la integración personal y entrar en choque con las normas vigentes.

Conceição tiene la rebeldía de Queiroz, su espíritu de libertad. Esta tampoco se encuadraba en los esquemas sociales y durante toda su vida mantuvo una postura “negativa”, porque fue una mujer escritora, penetró ambientes “exclusivamente masculinos”. Eligió sus dos maridos y se divorció del primero, viviendo un gran amor con el segundo.

Por este motivo, solidaria e identificada con la problemática que afectaba a la mujer de la época, Queiroz en todas sus obras, a la hora de exponer los problemas humanos y sociales, hace predominar el tema de la mujer desvalida y su precaria condición en la sociedad brasileña del momento, insistiendo en la desigualdad entre hombres y mujeres en una sociedad cuyo sistema binario presenta lo masculino o positivo, en oposición con lo femenino, y por lo tanto, negativo.

La protagonista, a pesar de soltera, adoptó un hijo motivada por las condiciones miserables de los inmigrantes. Así la decisión implica aceptar el papel de madre sin el apoyo ni la representación social de un marido. Sobre el matrimonio, en la obra de Rachel de Queiroz, Courteau destaca que:

Rachel desestabiliza el ideal de domesticidad borrando aquella imagen de mujer que fue desarrollada con tanto cuidado el siglo XIX, mujer como el “ángel del hogar”. Conceição, la heroína de *O Quinze*, al no encontrar un hombre que a mereciera, a pesar de su nombre, rechaza el matrimonio y con este la maternidad [...] Conceição se hace madre al adoptar Duquinha, hijo de los emigrantes de la sequía.⁴⁶

⁴⁶ Ver, KETTNER, Michele Nascimento (2009), “Toada nordestina: dissonância de vozes femininas no regionalismo brasileiro”, em *American Studies Association*. Artículo disponible en: <http://lasa.international.pitt.edu/members/congresspapers/lasa2009/files/NacimentoKettnerMichele.pdf>. Acceso en: 25 de agosto 2011; Courteau apud KETTNER (2007), pp. 749-750, y Véase sobre todo, COURTEAU, Joanna, (1985), “The problematic – heroines in the novels of Rachel de Queiroz”, in *Luso Brazilian Review*, vol. 22, Winter, y Ver para este mismo asunto: WIEDEMANN, Samuel Carlos (2010), *Êxodo e miséria: uma leitura de Vinhas da Iru, Vidas Secas e O Quinze*, Cascavel - PR, UNIOESTE, p. 72. La traducción es mía.

Así, ella deja de ser una acumulación en la familia, para buscar una manera de vivir independiente. La maternidad sin la boda puede, también, presentar un problema. Aunque no se aplique, aquí, el escándalo sexual advenido del hijo sin la legitimidad de la boda, ya que la adopción excluye el intercurso sexual, podemos decir que la protagonista tiene una iniciativa avanzada en relación a su tiempo y a su medio, pues asume una posición osada al ser madre, no obstante por adopción, y soltera.

⁴⁷ CHIAPPINI, Lúgia (2002), “Rachel de Queiroz: invenção do Nordeste e muito mais”, em CHIAPPINI, Lúgia e BRESCIANI, Maria Stella. (orgs.), *Literatura e cultura no Brasil. Identidades e fronteiras*, São Paulo, Cortez, p. 170. La traducción es mía.

Asumiendo esta postura percibimos que “[...] el precio de la libertad de esa mujer [...] será la soledad. La libertad de pensar, actuar, trabajar y viajar pide el sacrificio de la maternidad y de una vida en común con el hombre amado”.⁴⁷

Conceição encontró alternativas en el amor del ahijado y en su oficio; sin embargo no sentía frustración por el hecho de no haber sido madre y esposa.

Arcelino, el personaje real que dio inspiración a la creación de Vicente, fue su primo paterno, hijo de su tío Eusébio y su tía Emília Lacaz. La familia de tío Eusébio, más conocido como tío Chichio, era una prole grande. La pareja tuvo trece hijos y la casa vivía en constante fiesta, la novelista relata muy bien la amistad entre su familia y a la de su tío. La joven Rachelzinha iba pasar sus vacaciones con sus padres y con la familia de su tío Chichio en la sierra de Guaramiranga.

Tanto Vicente cuanto Arcelino eran hombres trabajadores que tuvieron que desistir de estudiar para dedicarse a la hacienda familiar porque sus familias dependían de ellos y también para permitir que sus hermanos pudiesen seguir estudiando y se formasen en la capital. En el caso de Celino, este tuvo que abandonar los estudios y hacerse cargo de las propiedades porque su padre se puso enfermo y tuvo que tratarse en Río de Janeiro y para que su

hermano Brito siguiera estudiando en la Ciudad Maravillosa. En la novela, Vicente trabaja para que Paulo siga estudiando en Fortaleza.

Rachel describe a Celino y Vicente como una figura romántica, cuenta que se vestían como cowboy, y que aunque tuviesen un estilo rustico, eran hombres muy buenos, se cuidaban mucho y eran muy atractivos. La literata afirma que tuvieron una excelente relación de amistad, hasta la muerte de su primo.

Vicente al igual que Arcelino empezó a trabajar en la hacienda desde los quince años. Aunque Rachel de Queiroz no relate el motivo por el que no se casó con su primo Arcelino, tenemos fuertes indicios que nos llevan a creer que fue por el mismo motivo que su personaje no se casó con Vicente. Porque Rachel al igual que Conceição eran mujeres letradas, almas inquietas, que buscaban crecer como persona y como profesionales, cosa que no hubiera sido posible al contraer matrimonio con un pueblerino del sertão, igual que su protagonista tendría que desistir de sus sueños de escritora, periodista, comunista y de vivir en la capital porque siendo tan apasionado por la tierra, no la abandonaría para seguir a su esposa en su crecimiento. Tampoco lo entendería.

Esa muestra de virilidad, sin embargo, no fue suficiente para tomarlo como compañero, veía en él defectos. Culta y sensible, se muestra al frente de las ideas de la abuela, manteniendo, sin embargo, un rasgo arrogante de clase y un correcto repudio, por lo tanto, a ese hombre que se muestra solo vaquero, bello, pero vaquero. La búsqueda de su ideal futuro no está junto a una pareja amorosa, sí en la conquista solitaria.

En este amor imposible entre ellos entra un elemento trágico de la modernidad. Este cronotopo⁴⁸ es un abismo dramático,

⁴⁸ Bakhtin describe las espacialidades internas de las obras literarias a través del termo cronotopo. El cronotopo, palabra griega que significa espacio-tiempo, representa la interligación fundamental entre las categorías kantianas de espacio y de tiempo asimiladas de forma artística. El termo fue utilizado inicialmente en las ciencias matemáticas y después introducido y fundamentado en la teoría de la relatividad de Einstein. Trasladado de la matemática para la ciencia literaria, demuestra la importante indisolubilidad entre espacio y tiempo. Véase: AMORIM, Marília (2006), “Cronotopo e exotopia”, em BRAIT, Beth (org.) *Bakhtin: outros conceitos chave*, São Paulo, Contexto, p.102.

dividido por fronteras, mucho más psicológicas de lo que físicas, que imposibilitan que uno de los dos abandone su espacio (rural o urbano) para vivir con el otro. Las fronteras, a pesar de ser transpuestas, hacen imposible la permanencia de ellos en el espacio extraño que se refiere al otro. Esas tensiones pueden ser percibidas, por ejemplo, en los choques entre el espacio de la mujer y el espacio del hombre, entre el espacio rural y el espacio urbano, entre el espacio intelectual y el espacio popular, todas estas categorías de la modernidad que la sociedad tradicional había conseguido organizar orgánicamente y que se deshacen ahora, dejando surgir conflictos psicológicos individuales que antes eran solo conflictos sociales.⁴⁹

⁴⁹ Vid. Tesina de Master: HAIDUKE. Alessandro Andrade (2008), *CHÃO PARTIDO: Conceitos de espaço nos romances O quinze de Rachel de Queiroz e A bagaceira de José Américo de Almeida*, Curitiba, Universidade Federal do Paraná, p. 108.

⁵⁰ QUEIROZ, R de (2010), *O Quinze*, op. cit., p. 156.

⁵¹ BARBOSA, M^a de L. D. L. (1999), op. cit., p. 40.

En las últimas páginas, sentimos algo de envidia, por parte de Conceição, cuando ella encuentra Lourdinha, hermana de Vicente, con el marido y la hija. Amargamente, la joven refleja sobre el “vacuo de la maternidad”, y lamenta su condición de “mujer sin hijos biológicos, eslabón perdido en la cadena de la inmortalidad”.⁵⁰ Aunque su trayectoria cuestione al llamado “destino de la mujer”, en este pasaje ella sufre y siente algo de frustración, porque a pesar de tomar decisiones y negarse a la boda sabe que será siempre vista

históricamente como infértil. Pero basta un abrazo del ahijado para que toda la amargura se disipe.⁵¹

La protagonista ve a su ex prometido, futuro ex padre de sus hijos, partir en una cabalgada simbólica. Esa escena simboliza que Conceição deja atrás su destino marital para hacerse cargo de su vida y acciones.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, José Maurício Gomes de. *A tradição regionalista no romance brasileiro*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1981.

AMORIM, Marília. Cronotopo e exotopia. In: BRAIT, Beth (org.) *Bakhtin: outros conceitos chave*. São Paulo: Contexto, 2006, p. 95-114.

ARÊAS, Vilma. Rachel: o ouro e a prata da casa. In: Franceschi, Antonio (Dir). “Rachel de Queiroz”. *Cadernos de Literatura Brasileira*. Sao Paulo: Instituto Moreira Salles, 1997.

AUAD, Sylvia M. Von Atzingem venturoli. *Mulher – cinco séculos de desenvolvimento na América – capítulo Brasil/ Sylvia M Von Atzingem venturoli Auad*. Belo Horizonte: Federação Internacional de Mulheres da Carreira Jurídica, CREZ/MG, Centro Universitário Newton Paiva, IA/ MG, 1999.

BAKHTIN, Mikhail. *Questões de literatura e de estética*. 3 ed. São Paulo: Unesp, 1993.

_____. *Estética da criação verbal*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BARBOSA, Maria de Lourdes Dias Leite. *Protagonistas de Rachel de Queiroz: caminhos e descaminhos*”. Campinas: Pontes, 1999.

BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo: a experiência vivida*. Tradução: Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960.

BOSI, Alfredo. “Rachel de Queiroz”. In: *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1970.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

BRAIT, Beth (org.). *Bakhtin: conceitos chave*. São Paulo: Contexto, 2007.

BRUNO, Haroldo. *Rachel de Queiroz* (crítica, bibliografia, biografia, seleção de textos, iconografia). Rio de Janeiro/Brasília: Cátedra/INL-MEC, 1977.

BUENO, Luis. *Nação, Nações: os modernistas e a geração de 30*. São Paulo: Via Atlântica, 2004, 7 v.

BUENO, Luis. Um susto na literatura brasileira. In: *Folha de São Paulo*, São Paulo, 5 de novembro de 2000, p. 14-15.

CASCUDO, Luís câmara. Dicionário do folclore brasileiro, 11 ed., São Paulo, Global, 2002.

CHIAPPINI, Lúgia. Rachel de Queiroz: invenção do Nordeste e muito mais. In: CHIAPPINI, Lúgia e BRESCIANI, Maria Stella. (orgs.) *Literatura e cultura no Brasil: identidades e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2002.

COELHO, Nelly Novais. *A literatura feminina no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Sciliano, 1993.

COURTEAU, Joanna. The problematic – heroines in the novels of Rachel de Queiroz. In: *Luso Brazilian Review*, vol. 22, Winter, 1985.

COURTEAU, Joanna. A feminização do discurso nacional na obra de Raquel de Queiroz. *Hispania*. v. 84, n. 4. p. 751-756, dezembro, 2001.

COUTINHO, Afrânio. Raquel de Queiroz. In: *A literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editorial Sul Americana, 1970, 5 v.

CUNHA, Euclides da. *Os sertões: campanha de Canudos*. 27. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1963.

CUNHA, C. Rachel antes do O Quinze. Fortaleza, *O Povo*, 1985.

DUARTE, Eduardo de Assis. Rachel de Queiroz - literatura e política no feminino. In: *Dicionário Mulheres do Brasil – de 1500 até a atualidade/ organizado por Schuma Schumacher e Érico Vital Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

GUERELLUS, Natália de Santana. Modernos e Passadistas: Os primeiros escritos de Rachel de Queiroz e a escrita de mulheres no Brasil (1927-1930). :In: *Conferência no II Seminário Nacional Gênero e Práticas Culturais: culturas, leituras e representações*. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2009.

HAI DUKE, Alessandro Andrade. *Chão partido: conceitos de espaço nos romances O Quinze de Rachel de Queiroz e A Bagaceira de José Américo de Almeida*. Curitiba:Nobel, 2008.

HOLLANDA, Heloísa Buarque. O 'éthos' Rachel. In: *Cadernos de literatura brasileira – Rachel de Queiroz*. São Paulo: Instituto Moreira Salles, n. 4, p. 103-115,setembro. 1997.

_____. *Rachel de Queiroz*. Rio de Janeiro: Argir, 2004 (Coleção Nossos Clássicos)..

_____. *Rachel de Queiroz*. Rio de Janeiro: Global, 2005 (Coleção Melhores Crônicas).

KETTNER, Michele Nascimento. *Toada nordestina: dissonância de vozes femininas no regionalismo brasileiro*. In: American Studies Association, 2009.

MARTINS, Wilson. Rachel de Queiroz em perspectiva. In: *Cadernos de literatura brasileira – Rachel de Queiroz*. São Paulo: Instituto Moreira Salles, n. 4, p. 69-86, setembro, 1997.

MONTENEGRO, Pedro Paulo. O romance de 30 no nordeste. In: SEMINÁRIO, Fortaleza, 1983. *Anais...*Fortaleza: Universidade Federal do Ceará: PROED, 1983.

PEREZ, Renard. Rachel de Queiroz. In: ----- *Escritores brasileiros contemporâneos*. 2 ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 1970.

QUEIROZ, Rachel de. *Obra Reunida*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989.

_____. *Não me deixes – suas histórias e sua cozinha*. 10. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2010.

_____. *O Quinze*. 90ª. ed. São Paulo: José Olympio, 2010.

_____. & QUEIROZ, M. L. de. *Tantos anos*. 10. ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 2010.

QUINTELLA, Ary. Rachel de Queiroz. Entrevista concedida ao *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 14 março. 1970.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: *Revista Educação e Realidade*, Porto Alegre, n. 16, 2 jul./dez. 2000.

SOIHET, R & Pedro, J. M. A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 27. nº. 54, p. 281-300, 2007.

TELLES, N. Escritoras, escritas, escrituras. In: PRIORE, Mary Del. (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto/ Unesp, 2007, p. 401- 442.

XAVIER, Elódia. Trajetória ficcional de Rachel de Queiroz. In: V SEMINÁRIO NACIONAL MULHER & LITERATURA. Natal, 1995. *Anais....*Natal: UFRN, 1995.

_____. *Declínio do patriarcado: a família no imaginário feminino*. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1998.

WIEDEMANN, Samuel Carlos. *Êxodo e miséria: uma leitura de Vinhas da Ira, Vidas Secas e O Quinze*". Cascavel/PR: Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, 2010.

Descobrimo as Mulheres Indígenas no Uaçá - Oiapoque: uma antropóloga e seu diário de campo

Discovering Indigenous Women in Uaçá - Oiapoque:
an anthropologist and her field journal

Eneida Corrêa de Assis

Resumo: o artigo trata da descoberta das mulheres por uma antropóloga ao iniciar seu trabalho de campo junto aos Karipúna, Galibi e Palikúr na região do Rio Uaçá, município de Oiapoque, Amapá, no início dos anos 1970. O Diário de Campo é a bússola nesta viagem ao passado.

Palavras-chave: mulheres, karipuna, galibi, palikur, diário.

Abstract: the article deals with the discovery of the women for an anthropologist to begin her field work along the Karipuna, Galibi and Palikur, Uaçá River region, municipality of Oiapoque, Amapá, in the early 1970s. The Field Journal serves as a compass on this journey to the past.

Keywords: women, karipuna, galibi, palikur, journal.

Eneida Corrêa de Assis é Mestre em Antropologia Social, Doutora em Ciência Política, Professora associada de Antropologia da Faculdade de Ciências Sociais. Leciona também nos Programas de Pós Graduação em Ciências Sociais (Antropologia), e de Pós-Graduação em Ciência Política (Índios e Estados Nacionais). Coordena o GEPI-Grupo de Estudos sobre Populações Indígenas e o Observatório de Educação Escolar Indígena. Atua junto aos povos Tembétetchara, Anambé e Ka'apor.

E-mail: eneidaassis@ufpa.br.

INTRODUÇÃO

O movimento de liberação das mulheres ocorrido nos anos setenta é responsável pela estruturação dos estudos sobre a mulher. No Brasil, não há presença desses referenciais, situação definida na abordagem de Costa, Barroso e Sarti (1985, p.6) como uma espécie de Pré-História. Segundo as autoras, a entrada do tema no campo acadêmico se fez em função da mudança do lugar da mulher no setor produtivo e, conseqüentemente, no âmbito político. As discussões que se seguiram assumiram diferentes temáticas no intuito de dar conta de uma questão com interfaces diversas que, por sua vez, provocaram inquietações devido aos instrumentais teóricos das Ciências Sociais não se adequarem à situação de classe ou ao tratamento do trabalho doméstico, havendo necessidade de busca de novas abordagens teóricas. A expansão da pós-graduação permitiu a ampliação das investigações sobre a mulher, hoje analisadas sob a perspectiva do gênero, enquanto uma categoria que possibilita a distinção entre a dimensão biológica e a social. Essa categoria se apoia na concepção de que há machos e fêmeas, mas a qualidade de ser homem e ser mulher é realizada pela cultura (HEILBORN, 1991).

Enquanto os estudos sobre a mulher nas sociedades de classe se expandiram, no Brasil a pesquisa sobre a mulher indígena ainda está iniciando. Sobre a invisibilidade social das mulheres indígenas, Vanessa Lea (1994) diz estar associada à participação “fracamente social” (weakly social) conforme a expressão de Joan Bamberger (1967), ou seja, a figura da mulher estava associada a funções domésticas como o preparo de alimentos e cuidado com as crianças, deixando os assuntos da vida social e cultural reservada aos

homens¹. Cristiane Lasmar (1999) considera que o obscurantismo sobre o tema está relacionado ao predomínio da perspectiva masculina nas ciências sociais, assim como as estruturas sociais presentes nas sociedades indígenas terminaram por colaborar para a invisibilidade das mulheres. Lasmar também chama atenção para a gradativa mudança sobre os estudos do gênero em se tratando de povos indígenas, resultado da produção de antropólogas que têm se dedicado ao tema modificando o quadro anterior (LEA, 1986; MC CALLUM, 1994; FRANCHETTO, 1996). Além disso, havia pouco interesse em temas envolvendo o cotidiano da vida familiar e da educação, nos quais as mulheres têm papel importante, assim como tais assuntos apareciam pontuados sob o título de “organização social”². Em suma, o privilégio da perspectiva masculina contribuiu para a desvalorização do mundo doméstico.

As reflexões apresentadas neste artigo tomam como base as experiências vividas no período de 1971-1973, quando estive a serviço do Governo Territorial do Amapá. Posteriormente retornei em 1980 durante a pesquisa de campo para realização de minha dissertação de Mestrado, e em viagens mais curtas entre 1990-1996. Utilizo o diário de campo como bússola nesta viagem ao passado explorando inicialmente a escolha da área de estudos, seguida da chegada ao campo, finalizando com a descoberta do mundo feminino no qual me inseri à medida que me relacionava com as mulheres, aprendendo seus afazeres, ouvindo suas vozes, o que me permitiu refletir sobre minha condição de mulher.

¹ Vanessa Lea chama atenção de que houve uma contaminação pelas opiniões daqueles que se debruçaram sobre os estudos indígenas ao considerarem o papel social da mulher em condição marginal. Ver: Gênero feminino Mebengokre (Kayapó): desvelando representações desgastadas. In: *Cadernos Pagu* (3). 1994: p. 85-115. (<http://www.ifch.unicamp.br/pagu/sites/www.ifch>) acessado em 06.04.2012.

² Trato dessa questão em minha dissertação de Mestrado em Antropologia, “Escola Indígena: uma ‘frente ideológica’?”. Brasília: UNB, 1981.

1. O Diário de Campo: um registro de viagem

O Diário de Campo é parte do equipamento do antropólogo em sua viagem de campo, em suas páginas o pesquisador ou aprendiz faz as anotações do que observa, mas também do que sente diante da responsabilidade de apresentar ao final de tudo o resultado de sua pesquisa. Mas, o diário de campo é mais do que isso, ele é o registro de um momento em que um determinado interesse moveu aquela pessoa até um local, levando-a a interagir com quem certamente nunca viu, a aprender rapidamente talvez outra língua permitindo a realização de seu trabalho e não cometer gafes com aqueles que serão seus interlocutores, e até mesmo não morrer de fome ou sede. O diário de campo é também um pedaço da vida do pesquisador, e nas páginas amareladas é possível ler suas indagações, dúvidas, medos, cansaços e mesmo o que foi visto, mas não olhado, é o registro de viagem. Enquanto um registro das viagens feitas, folhear

³ Em tempos de tecnologia digital, o caderno de campo pode ser substituído pelos notebooks, tablets, mas, certamente, nunca totalmente abandonado.

as páginas do diário é voltar no tempo, rever rostos, nomes, lugares, situações, ver-se jovem e aprendiz³.

Durante o estágio em antropologia realizado no Museu Goeldi, as leituras sobre os povos indígenas da Amazônia faziam parte do programa de Seminários que acontecia às sextas-feiras. Eram ocasiões em que havia sempre uma palestra proferida por Eduardo Galvão, Expedito Arnaud, Protásio Frikel ou algum pesquisador estrangeiro. Os povos de Oiapoque, no antigo Território Federal do Amapá, estudados por Expedito Arnaud, chamaram minha atenção, por razões que não ficaram muito claras para mim, sabia apenas que gostaria de ir para um lugar que eu imaginava ser diferente, nada mais do que isso. A oportunidade surgiu quando Napoleão Figueiredo, meu ex-professor de antropologia na Universidade, perguntou se eu estava interessada em trabalhar no Museu do

Amapá, caso aceitasse deveria conversar com Expedito Arnaud para as orientações de praxe. Algumas semanas depois viajei para Macapá e me apresentei ao Diretor do Museu “Ângelo Moreira da Costa Lima”⁴, que por sua vez me encaminhou ao Departamento de Ensino da Secretaria de Educação, setor do qual o Museu fazia parte. Naquele momento, o acervo do Museu Territorial havia sido transferido do Forte São José de Macapá para o novo Museu, um prédio recém-construído em um dos bairros centrais da cidade. O diretor estava interessado em reunir um acervo sobre os povos indígenas do Território, bem como de exemplares da fauna e flora. O Amapá abrigava grandes projetos como extração do manganês pela empresa ICOMI na Serra do Navio, a Hidrelétrica do Paredão na região do rio Araguari e inúmeros projetos de exploração madeireira, empreendimentos que traziam para a região gente de todo o Brasil além de inúmeros estrangeiros.

O coração da cidade girava em torno do Macapá Hotel localizado na avenida que margeava a Baía de São José. Era um prédio de linhas arquitetônicas dos anos quarenta, guarnecido em sua frente por arcos formando varandas apazíveis. Administrado por um casal bem relacionado na cidade, o hotel oferecia espaços como o restaurante que possibilitava a interação entre a elite local, que ali se reunia, os estrangeiros e viajantes. Era um espaço sobremaneira masculino, enquanto a parte externa, onde ficava o bar agregado à “Boite”, era o profano, um local que cortava as linhas de classe e gênero, o espaço de convergência de informações políticas, econômicas e de foro íntimo. O Governador era a figura central de conversas “importantes” e as pessoas se referiam a ele com respeito, havendo certa mística em torno do seu nome⁵. Em outra alameda do hotel funcionava o Salão

⁴ O Museu Ângelo Moreira da Costa Lima, hoje dedicado à História Natural, recebeu o acervo do Museu Territorial em vista das condições precárias em que se encontrava o Forte São José de Macapá onde estivera funcionando até então. No momento presente, o antigo Museu Territorial passou a se chamar pelo mesmo nome do Forte.

⁵ Durante os anos 1970, os Governadores do Amapá eram militares da Reserva: Almirantes, Capitães de Mar e Guerra, Brigadeiros.

de Beleza, o espaço feminino por excelência, nele, dependendo do horário, era possível encontrar as senhoras de famílias tradicionais, funcionárias do Território e jovens bonitas que vinham tentar a sorte na cidade. O Macapá Hotel era um ícone da modernidade

⁶ Sobre a presença de prédios e monumentos como signos de modernidade urbana ver: SARGES, Maria de Nazaré. 2002. Memórias do “Velho Intendente” Antonio Lemos (1869-1873). Belém: Paka-Tatu.

do Amapá. Compreendê-lo era importante para ter-se uma ideia da capital de um Território Federal⁶.

Após alguns dias, chegou outro estagiário do Goeldi, que deveria se ocupar da atualização do registro das peças arqueológicas. Por decisão da direção do Museu, seguiríamos juntos para Oiapoque; antes, deveríamos nos apresentar ao Delegado da Fundação Nacional do Índio/FUNAI e recebermos a carta de recomendação para ser entregue ao dirigente da FUNAI em Oiapoque. Esse documento nos colocava sob a responsabilidade do órgão indigenista que cuidaria de nosso deslocamento na Reserva do Uaçá. A Delegacia da FUNAI em Macapá funcionava em uma casa de madeira construída no modelo do Território, cercada com varandas e janelas adornadas por venezianas móveis de madeira que permitiam a ventilação sem perder a intimidade. Eram casas típicas e marcantes em toda a cidade. A Delegacia era uma pequena amostra dos povos indígenas do Amapá, fosse por fotos que adornavam as paredes do órgão, fosse por famílias que podiam ser vistas nas varandas. A Delegacia era um território índio no espaço da cidade.

A viagem feita em um bimotor do Governo Territorial foi mais um capítulo neste trajeto em direção à fronteira. No mesmo

⁷ À época não havia linhas regulares para Oiapoque, apenas os aviões do Território e a FAB, que realizavam voos na condução, principalmente, de tropas que serviam na Colônia Militar em Clevelândia.

voou, seguiam o novo Juiz, recém-chegado do Rio de Janeiro, e o Promotor. Após uma parada para o almoço em Calçoene, seguimos para nosso destino final. Ao chegarmos ao Oiapoque, fomos recebidos por um Sargento da FAB que nos conduziu de Jeep até a cidade e nos deixou na sede da FUNAI⁷.

2. Oiapoque: um município, uma cidade de fronteira

Após apresentarmos nossas credenciais ao dirigente da FUNAI, fomos encaminhados a uma residência próxima onde passamos a noite, pois o alojamento estava recebendo famílias que haviam chegado de Caiena e regressavam às aldeias. Na manhã seguinte, foi possível ter-se uma ideia da cidade. Havia uma rua larga principal tendo no extremo mais alto a Igreja e no outro, à margem do rio, um marco com os dizeres “Aqui começa o Brasil”. Nesta rua, se localizava, além da igreja, a casa paroquial, FUNAI, Prefeitura, clube, algumas casas comerciais e as residências do governo que hospedavam os que vinham trabalhar na cidade ou estavam de passagem. A segunda rua margeava o rio cruzando em sua parte baixa a rua principal. Era a rua do porto na qual se distribuíam pequenas casas de comércio, algumas residências e bares onde funcionavam pensões mal afamadas, e de onde saíam catraias que transportavam passageiros entre Oiapoque e Saint-Georges, canoas de comerciantes locais e canoas dos índios. As transversais obedeciam a um trajeto tortuoso demonstrando a forma de ocupação do espaço urbano. O comércio aceitava o franco guianense, sendo na verdade a moeda preferida em lugar do cruzeiro brasileiro. Semelhante ao uso da moeda, as pessoas se comunicavam em patois e português.

Na rua do porto vi, pela primeira, vez algumas mulheres índias. Sempre em grupos carregando seus filhos, se faziam acompanhar de mulheres mais jovens. Era fácil identificá-las: quase todas tinham cabelos lisos e compridos, as mais velhas usavam saias longas em sua maioria estampadas lembrando as chitas, e algumas traziam um pequeno turbante similar ao usado pelas mulheres da Guiana. As mais jovens usavam vestidos inteiros sem mangas um pouco abaixo dos joelhos. Os adornos se limitavam a pequenos colares de miçangas ou pulseiras. Eram esquivas e se alguém lhes dirigia a palavra, eram as mais jovens que respondiam depois de consultar

com o olhar as mais velhas. Tempos depois percebi que, mesmo com aquelas mulheres que tive oportunidade de conhecer melhor durante o período que fiquei nas aldeias, esse conhecimento prévio não era garantia de serem efusivas ao me encontrarem. A discrição diante de estranhos era a norma social.

3. Saindo para a Reserva: o encontro com os Galibi, Karipúna e Palikur

Aguardamos mais um dia a chegada do Chefe de Posto do Encruzo. Viajamos no barco da FUNAI, uma pequena lancha de ferro que seguiu abarrotada de mercadorias e material de construção. Descemos o rio Oiapoque e durante o percurso contornamos o redemoinho que os moradores locais chamavam de “Morna”, a Ilha da “Diaba Velha”, uma ilhota escarpada onde vivia uma famosa

⁸ Localizada ao norte do Amapá, essa extensão de terras com 470.160 hectares se caracteriza pela presença de campos alagados e tesos nos quais se encontram grande parte das aldeias. Estes povos mantêm historicamente relações comerciais, familiares e culturais entre si, apesar das diferenças particulares e dos conflitos em um passado longínquo presente na memória através da identificação de locais de significado histórico, relatos de guerras, de acontecimentos familiares, cantos e mitos. O creole ou kheuol é a língua de contato entre esses povos, enquanto o português é falado com os brasileiros. Os Palikur conservam a língua original.

vodunsi, temida e respeitada tanto por brasileiros quanto guianenses. Avistamos a cidade de Saint-Georges, a bandeira francesa tremulando, e depois entramos pelo Uaçá com suas águas barrentas até alcançar o local de destino. O Posto Indígena do Encruzo na confluência dos rios Uaçá e Curipi, fundado pelo Serviço de Proteção ao Índio/SPI em 1941, a porta de entrada das terras dos índios, estava deixando de ser o único posto de vigilância da Reserva do Uaçá⁸ pois estavam sendo inaugurados Postos Indígenas nas áreas dos Galibi e Palikur. Permanecemos dois dias no Encruzo, um lugar à primeira vista inóspito, pois ficava sobre o mangue, sofrendo a ação do fenômeno das pororocas. Construído em madeira sobre altos pilotis, o Posto abrigava, além da residência

do Chefe de Posto, outras casas ocupadas por famílias indígenas que prestavam serviço ao Posto; as que estavam desocupadas serviam de pousada aos viajantes brancos e índios ou de depósito de mercadorias⁹.

Prosseguimos o restante da viagem de voadeira. Visitamos inicialmente a aldeia dos Galibi do Kumaruman no rio Uaçá, à época a maior aldeia existente com aproximadamente 800 pessoas. Depois entramos no rio Urucaú e visitamos a aldeia Kumenê dos Palikur, além de outras menores, e finalizamos a viagem na aldeia Santa Isabel dos Karipúna, no rio Curipi. Com o término da viagem de apresentação aos caciques dos povos do Uaçá, iniciei o trabalho de recolhimento de informações seguindo o roteiro sugerido pelo guia de campo usado à época, “Notes and Queries”¹⁰, e as sugestões de Arnaud, o que significava conversar com os caciques, membros do conselho, curadores, caçadores e outros. Perseguindo o universo masculino não me dei conta inicialmente da presença das mulheres.

⁹ Sobre o Posto de Encruzo: ARNAUD, Expedito. 1989. Os índios da região do Uaçá (Oiapoque) e a proteção oficial brasileira. In. O Índio e a Expansão Nacional. Belém: CEJUP. p. 87-123. 485 p.

¹⁰ Notes and Queries on Anthropology, era o guia de campo básico para o aprendiz de Antropologia. Organizado pelo Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland; British Association for the Advancement of Science, e publicado pela Routledge and K. Paul, London.

4. Onde Estavam as Mulheres?

No mundo da antropologia, a postulante era apresentada aos pais fundadores e daí percorria as diferentes linhagens dos que construíram a ciência se deparando poucas vezes com figuras femininas de porte como Ruth Benedict, Margareth Mead, Lucy Mair, Audrey Richards ou Mary Douglas, para citar as mais conhecidas à época. As referências sobre o feminino estavam ligadas ao espaço doméstico, ao sagrado, enquanto os assuntos que envolviam decisões de abrangência do coletivo pareciam ser do âmbito masculino. Sendo iniciante, a inexperiência depôs contra

mim me impedindo de ver o universo feminino com suas tarefas, afazeres domésticos, próximas de meu familiar.

Nas visitas às famílias, a conversa era sempre com o dono da casa, pois em sua maioria falavam português. Comecei a observar que as mulheres estavam sempre por perto, cozinhando, tecendo um cesto ou peneira, as mais jovens cuidando das crianças pequenas, enfim, estavam sempre ocupadas com alguma coisa. Havia diferenças de um grupo para outro, mas havia uma unidade. À época senti maior dificuldade com os Palikur devido ao embargo da língua, apesar de ter elaborado um pequeno vocabulário com a ajuda dos professores que estavam dando aulas na escola. Sem dúvida, foi por intermédio deles que cheguei às mulheres. Nessa época, os professores eram recrutados em Macapá e a Secretaria de Educação dava preferência a casais com ou sem filhos. Sendo um casal, os professores eram mais bem aceitos nas aldeias e a professora podia realizar outras atividades além das aulas, por exemplo, ensinar a costurar, fazer crochê ou um bolo. Indo à casa dos professores, percebi que eles costumavam ser visitados após o retorno da roça e no domingo quando não havia aula. Em grupo, as mulheres chegavam com

¹¹ Em Kumaruman (aldeia Galibi) havia casas no modelo dos “brancos” implantados pelo SPI, com paredes, janelas, portas e cobertas com cavaco. As demais eram casas altas com assoalho de madeira ou buriiti, sem paredes, cobertas de palhas.

suas crianças e sentavam no assoalho na beira da casa. Nestas aldeias, as casas eram altas¹¹, desprovidas de paredes, e as divisórias feitas pelos mosquiteiros chamados “quartos”, confeccionados em tecidos encorpados que garantiam a intimidade e também evitavam os mosquitos chamados “pragas”, que durante o verão tornavam a vida insuportável. Os “brancos” construíam um quarto com paredes

de palha ou madeira, provido com porta. Além de ser quarto de dormir, nele guardavam seus pertences; o resto da casa era similar às casas indígenas.

Durante essas visitas, era educado servir café com tapioca ou bolachas- uma boa estratégia para iniciar uma conversa. Eu percebia que os professores “quebravam o gelo” com maior facilidade, entendi mais tarde que enquanto eles tinham um lugar definido na vida social eu ainda não estava encaixada; precisavam entender o que eu era e o que estava fazendo ali. Tendo em vista serem povos diferentes, eu tinha pela frente uma longa conquista. Além disso, era jovem e solteira; estava em uma situação que na constelação social dos mesmos ainda não deveria me pronunciar em público, mas por ser “branca” e ser do governo podia romper barreiras sociais. Atos simples como lavar roupa, tomar banho no rio, fazer uma visita a uma família, se apresentaram como momentos de aprendizagem e convívio social com as mulheres adultas, visto que até então, em cada aldeia que permaneci, eu estivera acompanhada apenas por crianças que me ensinavam sobre as melhores iscas e locais de pesca, ou reconhecer quando algum incauto peixinho havia mordido minha isca.

Quando em companhia das mulheres, eu treinava meu “creole” ou palikur auxiliada quase sempre por uma jovem. As jovens costumavam me perguntar sobre namoro, casamento e afetos em geral; com as mais velhas minha conversa seguia em direção aos assuntos sérios como os tempos antigos e suas impressões sobre as mudanças que estavam observando, mas não deixavam de perguntar por que eu ainda não tinha minha própria família¹². Quando as mais velhas percebiam que já era possível entender algo mais profundo, então poderia esperar um convite para acompanhá-las à roça. A roça era o lugar da família onde as mulheres pareciam se sentir muito à vontade. Enquanto faziam a limpeza arrancando ervas daninhas, conversavam, riam, faziam chistes uma com as outras,

¹² Em vista de o meu palikur ser insuficiente, as conversas com as mulheres mais velhas eram difíceis, pois eu precisava sempre da ajuda de uma tradutora. As que tinham certo conhecimento de português eram jovens e algumas ainda solteiras, muitas vezes a tradução era feita para o creole para que eu pudesse entender.

indagavam sobre a minha condição de mulher sem uma referência masculina, sem filhos. Participando do trabalho na roça, podiam ensinar as tarefas do mundo feminino e nas horas de descanso conversar sobre situações como gravidez, parto, anticoncepcionais, cuidados com a criança, preparo de alimentos e de alguns remédios; por outro lado, algumas histórias e cantos não podiam ser ensinados naquele espaço porque as colocava em perigo perante os espíritos da floresta. Nestes momentos, enquanto a mulher mais velha falava as outras ouviam em silêncio, só interferindo no final para complementar a informação ou perguntar como era feito, ou se existia a mesma situação entre os brancos.

Ajudar na roça a convite das mulheres foi um dos momentos em que pude observar melhor a família, como se relacionavam, distribuíam tarefas entre si, o lugar da mãe, o cuidado inclusive comigo, pois logo designaram uma jovem como acompanhante, a maneira como me foram atribuindo tarefas como transportar macaxeira em pequenos jamaxis, pois eu não estava habituada a carregar peso, atitudes que possibilitaram a compreensão dos papéis sociais no seio familiar, das regras e valores. Desde o momento da saída da aldeia em direção à roça, as mulheres tinham papel fundamental na manutenção da ordem, fosse ao preparar o desjejum rápido, em separar a farinha que seria consumida, arrumar as redes das crianças pequenas, reunir suas crias, cachorros, papagaios ou

¹³ Chamada khabe em creole e pawkayga em palikur pode se localizar nas roças e também nas aldeias.

mesmo um macaquinho. A casa de farinha¹³, usualmente próxima a um curso d'água, poderia servir em alguns períodos como casa de verão na qual a família desfrutava de água e alimento, fosse pela presença de peixes ou de caça, sem que os homens tivessem necessidade de percorrer longas distâncias.

O aprendizado se fazia de acordo com a idade do indivíduo, portanto, miniaturas dos utensílios usados na produção da farinha de mandioca eram os brinquedos das crianças: abanos, cabaças,

peneiras, tipitis, além de pequenos arcos e flechas. A conversa da mãe com os filhos pequenos na língua do grupo era uma garantia de continuidade do idioma materno diante do avanço do uso da língua portuguesa, como disse uma mulher Karipúna: “É isto que eu falo e nisto me criei”. Entre os Palikur, o português era mais conhecido pelos homens, em função do comércio com os brancos, e crianças, pela presença da escola. Além disso, alguns sabiam ler em língua nativa, em razão da vinda de missionários americanos do Summer Institute of Linguistics/SIL que estiveram traduzindo a Bíblia na língua desse povo¹⁴. Sendo a oratória para os Palikur um valor positivo, era respeitada a pessoa que sabia falar bem a própria língua e se comunicar em creole ou português. Em família, falavam apenas palikur.

As mulheres expressavam preocupação com as novidades que estavam chegando, por exemplo, o que era considerado importante: saber ler, escrever, ser instruído nas coisas do branco. Compartilhando a mesma opinião, uma mulher Galibi disse que as crianças na aldeia só aprendiam “trabalhar, remar, fazer canoa, abrir uma rocinha, pegar um peixe com a mão [...] e isso passa a não ter valor”. Conviver com o novo sem destruir o antigo era um dos dilemas dos povos do Uaçá, naquele início dos anos setenta.

O trabalho na roça e as festas para os Galibi e Karipúna ocupavam um lugar especial na vida social. O trabalho na roça assumia uma dimensão diferente quando se tratava do plantio feito no início do verão. Para essa tarefa, o dono da roça organizava o mutirão denominado “convidado” ou “maiuhi” (em creole) para o qual acorriam os membros da família extensa. Para isso, os homens saíam para pescar, as mulheres traziam as batatas e frutas

¹⁴ No decorrer dos anos 1960, missionários americanos de tradição pentecostal e batista estiveram estudando a língua palikur. O casal Harold e Diana Green, do Summer Institute of Linguistics/SIL, hoje Sociedade Linguística Internacional, traduziu a Bíblia para o palikur, bem como produziram cartilhas sobre vários temas do cotidiano palikur, fauna e flora do rio Urucaúá. No momento presente, a linguista Simoni Valadares prossegue o estudo da língua palikur para sua tese de doutorado na Universidade do Novo México/USA.

para fazer o caxiri, assavam o peixe ou alguma caça, enquanto os homens preparavam os cigarros feitos de tauari. O plantio obedecia a uma dinâmica que estipulava o que os solteiros e casados deviam fazer – esta ordem ficava clara no momento em que se iniciava o plantio. Os homens mais velhos arrumavam os pedaços de caule de mandioca que seriam plantados, os mais jovens faziam as covas, as mulheres jovens distribuíam os caules nas covas e as mulheres casadas plantavam. Era uma mistura de trabalho e diversão, pois trabalhavam, comiam, bebiam caxiri, fumavam, cantavam; as crianças ajudavam e brincavam.

Sobre o papel das mulheres no trabalho da roça entre os Palikur, Recendiz observou que durante o plantio a presença feminina é revelada de modo especial. Em seus termos:

[...] son las mujeres quienes realizan de manera especial el transplante de mandioca, porque las costumbres y la mítica han hecho creer que las mujeres, la fertilidad y las deidades la han designado para realizar esta tarea” (RECENDIZ, 2000, p. 63).

As “cantigas de trabalho” eram puxadas geralmente por um velho que marcava o som com a batida de um maracá, enquanto os trabalhadores intensificavam o serviço à medida que o ritmo se tornava mais intenso.

Havia as festas “de branco” com o uso de som e fitas cassette; as religiosas como a Festa do Divino, festejada entre os Karipúna;

e o Turé realizado, principalmente no verão em noites de luar, pelos Galibi e Karipuna. O Turé era a festa da qual participavam os seres da floresta, os caruanas, portanto, exigia a presença de um pajé que liderava todo o trabalho¹⁵. Em Kumaruman, aldeia dos Galibi, vivia um pajé Palikur chamado Ukuratê, que organizava um Turé para o qual acorriam várias famílias. A

¹⁵ Antonella Tassinari discorre sobre as festas em sua tese de doutoramento: *Contribuição à história e a etnografia do Baixo Oiapoque: a composição das famílias Karipuna e a estruturação das redes de troca*. Tese de Doutorado. Departamento de Antropologia Social/FFLCH/USP/São Paulo, 1998.

organização desta festa envolvia o trabalho de muitas pessoas. Os homens preparavam os mastros que seriam levantados no local da festa, confeccionavam os bancos representando a cobra grande e outros espíritos, pintavam os mastros e bancos correspondentes a esses espíritos, faziam os chapéus e demais adornos de cabeça, além de longos colares de sementes decorados com penas e usados de tal forma cruzados no corpo, favorecendo um efeito visual bonito. As mulheres se ocupavam da preparação do caxiri depositados em grandes potes de cerâmica fabricados pelos Palikur, enquanto os homens produziam as flautas feitas em taquara. No momento da festa, as moças adornadas com coroas de penas serviam o caxiri em grandes cuias que passavam pelos presentes sentados nos bancos esculpidos sob a forma de animais que representavam os espíritos.

Dançando aos pares homens, mulheres e algumas vezes crianças maiores atravessavam a noite homenageando os espíritos e pedindo ajuda¹⁶.

O poder e autoridade das mulheres eram sutis. Observei melhor entre as Palikur a sutileza do olhar, característica que se revelava quando a família pretendia vender algum artesanato como colares, anéis ou alguma escultura. A negociação era feita pelo marido, mas se algo a desagradava, um olhar era suficiente para que a transação não se realizasse. Alguns maridos, quando interpelados sobre algo que se desejasse comprar, apenas transmitiam o recado à mulher e ela dava o preço; o regateio era considerado descortês. Sobre o poder das mulheres, Artionka Capiberibe comenta que a manifestação pública entre as mulheres Palikur é rara. No entanto, isso não as impede de participar das reuniões e emitir opinião quando necessária. Elas se posicionam atrás dos maridos e expressam, em voz baixa, as próprias reivindicações, conseguindo, conforme a autora, “exercer um controle doméstico

¹⁶ Os Palikur não realizavam mais festas por serem evangélicos, no entanto, informaram que no passado, além das festas de encerramento de luto como “Festa do Corte de Cabelo”, havia Turés aplicados à resolução de problemas como a tristeza e questões envolvendo afetos.

do sistema político”. Em alguns casos conseguem instituir ou destituir uma chefia (CAPIBERIBE, 2001, p. 74).

O zelo pelas tradições expressava a autoridade das mulheres. Isso ocorria em situações de crise, por exemplo, decidir se era possível o casamento entre jovens. No caso dos Palikur, essa questão era resolvida pelas mulheres que, nestas ocasiões, recitavam as genealogias para ver se não havia incompatibilidade de casamento, uma vez que não era aceito casar dentro do mesmo clã, que eles

¹⁷ Sobre os clãs Palikur ver: Capiberibe, Artionka. 2001. *Os Palikur e Cristianismo*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Campinas: UNICAMP; Recendiz, Nicanor R. 2000. *Escolarización y Cultura. um estudio antropológico de los Palikur del Bajo Uaçá, Brasil*. Tesis de Doctorado en Antropologia Social. Mexico: Universidad Iberoamericana; Assis, Eneida; Bacheга, Adão; Moraes, Marco A. V. 1996. *Os Palikur: o povo do rio do meio*. In: Assis, Eneida (Org.). *Educação Indígena na Amazônia: experiências e perspectivas*. Belém: UNAMAZ/UFPA.

chamam de nação. O problema era solucionado após a discussão em uma assembleia convocada às pressas, na qual os dois grupos familiares do rapaz e da moça eram informados de que não havia ultraje, portanto, reconhecidos como um novo casal. O genro se mudava para a casa do sogro a quem deveria respeito mais do que ao próprio pai, e para quem iria contribuir com o que produzisse a partir daquela data¹⁷.

Concluo relatando um fato ocorrido quando eu estava na aldeia Kumenê, que os Palikur chamavam nessa época, em tom de brincadeira, de “cidade”. Certa vez, deixei cair minha sombrinha e dei conta de que a havia perdido alguns dias depois. Quando comecei procurá-la, algumas mulheres disseram onde estava. Estranhei alguém não a ter trazido para mim. Demorei entender que o senso de honestidade não lhes permitia. Certamente eu lembraria o caminho que havia feito e a encontraria.

REFERÊNCIAS

ARNAUD, Expedito. “Os índios da região do Uaçá (Oiapoque) e a proteção oficial brasileira”. In: *O índio e a expansão nacional*. Belém: CEJUP, 1989, p. 87-123.

ASSIS, E. C. *Escola indígena: uma ‘frente ideológica?’*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Brasília: UNB, 1981.

ASSIS, Eneida; BACHEGA, Adão; MORAES, Marco A. V. “Os Palikur: o povo do rio do meio”. In: ASSIS, Eneida (Org.). *Educação indígena na Amazônia: experiências e perspectivas*. Belém: UNAMAZ/UFPA, 1996.

BAMBERGER, J. *Environment and cultural classification: a study of the northern Kayapó*. Tese de Doutorado em Antropologia. Universidade de Harvard, 1967.

CAPIBERIBE, Artionka Manuela G. *Os Palikur e cristianismo*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Campinas: UNICAMP, 2001.

COSTA, Albertina O; BARROSO, Carmen; SARTI, Cynthia. Pesquisa sobre a mulher no Brasil. *Caderno de Pesquisa*, São Paulo (54): 5-15, agosto, 1985.

FRANCHETTO, Bruna. Mulheres entre os Kuikuro. *Estudos Feministas*, v, 4. n, 1. Rio de Janeiro: IFCH/UFRJ/PPCIS/UERJ, 1996, p. 35-54.

HEILBORN, Maria Luíza. Gênero e Condição Feminina: uma abordagem antropológica. In: **Mulher e políticas públicas**. Rio de Janeiro: IBAM e UNICEF, 1991. p. 23-38.

LASMAR, Cristiane. Antropologia do gênero nas décadas de 70 e 80: questões e debates. *Revista Teoria e Sociedade* 2. Belo Horizonte: UFMG, 75-110. 1997.

LEA, Vanessa. Gênero feminino Mebengokre (Kayapó): desvelando representações desgastadas. *Cadernos Pagu*, (3), p. 85-115.1994. (<http://www.ifch.unicamp.br/pagu/sites/www.ifch>) acessado em 06.04.2012.

MC CALLUM, Cecilia. Ritual and the origin of sexuality in the Alto Xingu. In: HARVEY, P & GOW, P. (eds). *Sex and violence: issues in representation and experience*. London: Routledge, 1994.

RECENDIZ, Nicanor R. *Escolarización y cultura: um estudio antropológico de los Palikur del Bajo Uaçá, Brasil*. Tesis de Doctorado en Antropologia Social. Mexico: Universidad Iberoamericana, 2000.

SARGES, Maria de Nazaré. *Memórias do “Velho Intendente” Antonio Lemos (1869-1873)*. Belém: Paka-Tatu, 2002.

TASSINARI, Antonella. *Contribuição à história e a etnografia do Baixo Oiapoque: a composição das famílias Karipuna e a estruturação das redes de troca*. Tese de Doutorado. Departamento de Antropologia Social/FFLCH/USP/São Paulo, 1998.

As Vicissitudes da Noção de Gênero: por uma concepção estética e antiessencialista

The Vicissitudes of a Concept: in search of an aesthetic and antiessentialist concept of gender

Maria Lúcia Chaves Lima
Ricardo Pimentel Mélo

Resumo: este trabalho tem como objetivo problematizar a noção de gênero que circula na atualidade. Para tanto, percorrem-se algumas produções bibliográficas sobre a criação de tal conceito no movimento feminista, sua inserção no debate acadêmico, assim como, busca-se indicar contornos que a noção teve (e continua tendo) dentro das chamadas Ciências Humanas e Sociais. Faz-se o trajeto desde uma concepção de gênero atrelada a uma perspectiva identitária e binária até a compreensão de gênero como uma relação de poder fluída, efeito de práticas sociais que possibilitam variadas maneiras de se relacionar consigo. Compreendida assim, a noção de gênero se configura como uma forma de resistência ao negar a substância de verdade de qualquer que seja a estética de existência.
Palavras-chave: gênero, antiessencialismo, estética, existência.

Abstract: this paper problematizes the notion of gender currently circulating. Such problematization required a bibliographical review on the rise of the concept of gender within the feminist movement, its insertion in the academic debate, and an examination of how the concept has evolved in the human and social sciences. The paper discusses concepts of gender from an identity and binary perspective to a fluid power relationship one. This evolution is due to social practices that have given rise to different ways a person has to relate to themselves. Thus, understanding gender as a fluid concept assigns it a resistance dimension since it denies the substance of truth of any aesthetics of existence.

Keywords: gender, antiessentialism, aesthetics, existence.

Maria Lúcia Chaves Lima é Doutoranda em Psicologia Social (Pontifícia Universidade Católica-PUC/SP). Professora da Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém /PA/ Brasil.

E-mail: marialuciacl@gmail.com.

Ricardo Pimentel Mélo é Doutor em Psicologia Social (Pontifícia Universidade Católica – PUC/SP). Professor da Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza/ CE /Brasil.

E-mail: ricardo_pm@uol.com.br.

INTRODUÇÃO

... “homem” e “mulher” são, ao mesmo tempo, categorias vazias e transbordantes. Vazias, porque não têm nenhum significado último, transcendente. Transbordantes, porque mesmo quando parecem estar fixadas, ainda contêm dentro delas definições alternativas, negadas ou suprimidas (Joan Scott, 1995, p. 76).

Este trabalho problematiza a noção de gênero que circula no contemporâneo. Para contemplar esse objetivo, consultamos algumas produções bibliográficas sobre a criação de tal conceito no movimento feminista e sua inserção no debate acadêmico, buscando os contornos que a noção teve (e continua tendo) dentro das chamadas Ciências Humanas.

Em um primeiro momento, pode-se pensar, principalmente para aqueles/as familiarizados/as com a noção de gênero, que este não é um tema novo, tendo em vista que cada vez mais as teorizações sobre gênero tomam a cena nos debates e trabalhos acadêmicos. Porém, essa mesma recorrência produz algumas divergências conceituais sobre essa noção e, conseqüentemente, efeitos políticos diversos. Portanto, a sistematização da noção de gênero, a nosso ver tão importante quanto controversa, deve ser alvo de novas e insistentes problematizações.

1. Gênero: do biológico ao social

A noção de gênero surgiu nos movimentos sociais e no meio acadêmico a partir da década de 1960 com o intuito de sobrepujar a noção de sexo, uma vez que esta palavra era tradicionalmente articulada como conceito biológico. O objetivo era inserir a discussão sobre o caráter cultural e socialmente construído das chamadas “identidades sexuais”. Desta forma, a noção de gênero veio opor-se ao determinismo anatômico em nossas relações, atribuindo-lhes, agora, um caráter “prioritariamente social”.

O conceito de gênero é uma construção sociológica relativamente recente, respondendo à necessidade de diferenciar o sexo biológico de sua tradução social em papéis sociais e expectativas de comportamentos femininos e masculinos, tradução esta demarcada pelas relações de poder entre homens e mulheres vigentes na sociedade. Embora biologicamente fundamentado, gênero é uma categoria relacional que aponta papéis e relações socialmente construídas entre homens e mulheres (PENA; CORREIA, 2003, p. 37).

O novo conceito rapidamente ganhou grande aceitação no discurso científico, passando a integrar, porém não de modo consensual, os referenciais teóricos de várias áreas do conhecimento. Scott (1995), em um texto bastante difundido no Brasil, comenta que houve uma substituição do termo “mulher” por “gênero” em muitos estudos científicos principalmente a partir da década de 1980, ainda que muitas vezes utilizados como sinônimos. Segundo a autora, o termo dava uma conotação “mais objetiva e neutra” em relação ao termo anterior, no sentido de se dissociar da política feminista e ser mais coerente com a terminologia científica. Dessa forma, o termo gênero “inclui as mulheres sem lhes nomear, e assim não constitui uma ameaça” (SCOTT, 1995, p. 75). Em síntese, pode-se afirmar que o uso da noção de gênero, entre outras coisas, veio dar legitimidade acadêmica aos estudos feministas.

A autora sinaliza que não é uma coincidência o fato de que as feministas tenham começado a empregar o termo gênero em um momento de efervescência epistemológica, ou seja, em um período de debates sobre uma mudança no modelo científico hegemônico vigente. Nas palavras da autora: “essa mudança toma forma entre aqueles/as que afirmam a transparência dos fatos e aqueles/as que enfatizam a ideia de que toda realidade é interpretada ou construída” (SCOTT, 1995, p. 75).

Louro (1995), ao comentar o estudo de Scott (1995), diz que não se pode ignorar a contemporaneidade dos movimentos

feministas e pós-estruturalistas. Esses dois movimentos, apesar dos vários pontos de rupturas entre si, propõem algumas críticas semelhantes, principalmente as direcionadas às teorias científicas universais, ou seja, àquelas cuja pretensão é abarcar e entender a sociedade como um todo.

Além dessa crítica ao universalismo, no cerne do pensamento pós-estruturalista, está a rejeição aos usos da linguagem que a consideram passível de representar a realidade. Ao contrário, a linguagem é produtora de realidades, assim como dos próprios “sujeitos” que pretendem “acessá-la”. O pós-estruturalismo enfatiza “as práticas discursivas, a descentração do sujeito, a rejeição das causas únicas, a ideia de um poder ‘capilar’ que está infiltrado e fluido no tecido social, a consideração da diversidade e pluralidade, a recusa das grandes narrativas etc.” (LOURO, 1995, p. 111). Algumas vertentes do movimento feminista apoiam-se nessa perspectiva na tentativa de desnaturalizar a oposição binária entre homens e mulheres, muitas vezes entendida como natural e imutável.

Porém, a autora adverte que esse encontro entre o feminismo e o pós-estruturalismo não foi (e continua não sendo) uma convivência tranquila, uma vez que vários ramos do feminismo estavam embasados em uma perspectiva de identidade, segundo a qual concebia a categoria “mulher” como única e universal, historicamente oprimida pela sociedade patriarcal. Com efeito, o pensamento pós-estrutural poderia ser um elemento que levaria ao enfraquecimento das reivindicações das mulheres, uma vez que ia de encontro à ideia de uma homogeneidade e fixidez do que seriam as mulheres; ou seja, era contrário à noção de “identidade” (seja feminina ou masculina).

Acreditamos que um aspecto central do desenvolvimento da noção de gênero é o conceito de identidade. Percebemos, por exemplo, uma íntima relação entre a teorização sobre as várias

noções de identidade presentes na modernidade elaboradas por Hall (2005), e as abordagens que versam sobre a noção de gênero sistematizada por Nogueira (2001). É importante ressaltar que podemos entender tanto a noção de gênero quanto a de identidade se referindo a modos de viver e por isso estabelecemos certa crítica a eles.

O conceito de identidade, difundido pela modernidade, é tradicionalmente concebido como essência, forma fixa, imutável. Essa noção está alicerçada na ideia de ser humano como indivíduo (indivisível), centrado, unificado, dotado de razão e que deve explicações à sua coerência interna. Noções como o “eu pensante” cartesiano ou o “eu do conhecimento” kantiano foram fundamentais para que se firmasse a ideia de que o sujeito é uma entidade dada, uma propriedade da condição humana, um agente que ocupa o centro da cena social. A essa concepção de sujeito, Hall (2005) chama de “sujeito do Iluminismo”.

Conforme Hall (2005), a identidade neste caso é o centro do “eu”: está ligada à soberania do sujeito em razão de considerá-lo absoluto, totalizado, autônomo e autossuficiente. Assim, a identidade foi “psicologizada” e entendida como sendo constituída em um núcleo interior que se encontra “no” indivíduo desde o nascimento e pode sofrer algumas alterações ao longo da vida, mas em síntese, permanece a mesma: contínua e idêntica a si¹.

Coerente com essa concepção de sujeito constituída em/por uma identidade, uma primeira formulação da noção de gênero defendia a existência de diferenças inatas entre homens e mulheres, tornando-os fixos e imutáveis. Segundo Nogueira (2001), essa forma de abordar gênero, denominada pela autora de “essencialista”, prevaleceu na comunidade acadêmica científica na primeira metade do século XX. Percebe-se que não havia distinção

¹ Ver as problematizações feitas por Silva e Mélo (2011) em relação à Psicologia --aliás, não são poucas vezes em que se deseja ou advoga (com a ajuda de certa Psicologia) essa permanência como sinal de sanidade, saúde etc.

entre sexo e gênero, posto que gênero era conceituado como “uma propriedade estável, inata e bipolar de diferenciação sexual, tendo um caráter eminentemente determinista” (NOGUEIRA, 2001, p. 140).

Porém, a ideia de uma identidade natural e inata deu espaço à outra maneira de entender o ser humano: de autônoma e autossuficiente, a identidade passou a ser compreendida como sendo formada nas relações estabelecidas com as outras pessoas. É o que Hall (2005) designa de “sujeito sociológico”. Neste caso, as características “internas” das pessoas (o que se convencionou chamar de “psicológico”) deixam de se constituir como espaço privado e intransferível para ser alojadas no espaço público, caracterizado como espaço de interação com os outros. Desta forma, o ser humano, antes entendido como “ser psicológico”, passa a configurar-se como um “ser social” (DOMENÈCH; TIRADO; GÓMEZ, 2001). De acordo com essa perspectiva a identidade constitui-se nas influências externas, e o interior, (o “psicológico”), configura-se no efeito que sobre ele exerce o espaço social.

Desenvolveu-se, então, uma abordagem sociológica para tratar a temática do gênero, a qual foi largamente aceita entre as ciências humanas e sociais nos anos de 1960 e 1970, provocando um importante deslocamento da ênfase relativa ao gênero: da biologia para a socialização. Como aponta Nogueira (2001, p. 140): “gênero passa a ser concebido, não como inato, mas como o resultado de forças sociais e culturais, aprendido por intermédio dos processos de modelagem e imitação”.

A masculinidade e a feminilidade, nessa perspectiva, em vez de consideradas atributos inatos das pessoas, são referidas como características aprendidas durante o processo de socialização. Assim, a dicotomia homem/mulher passou a ser compreendida com base em definições de características adequadas aos homens e às mulheres advindas da inserção das pessoas em culturas específicas.

Por exemplo: as mulheres são ensinadas a serem femininas: sensíveis, carinhosas, delicadas, submissas; aos homens, é exigida a manutenção de sua masculinidade (dominadores, ativos, agressivos).

No entanto, apesar da significativa contribuição que a abordagem da socialização trouxe para a discussão sobre a noção de gênero – como a ênfase na possibilidade de mudança e a ruptura com a noção do sexo biológico – ela não ficou a salvo de críticas. Uma delas é a de que tal noção continua a manter o dualismo convencional, definindo previamente o que é ser feminino e masculino. Outra crítica versa sobre seu caráter prescritivo, na medida em que estabelece dois conjuntos de características, sendo um apropriado para os homens e outro para as mulheres, definindo gênero em termos de diferenças dicotômicas (NOGUEIRA, 2001).

Com base nas críticas dirigidas tanto ao “sujeito iluminista” (unificado e soberano) quanto ao “sujeito sociológico” da modernidade (que guarda uma essência, mas interage com a cultura), começa a se desenhar um conceito de identidade descentrada, despojada de uma fixidez permanente, caracterizado por Hall (2005) como “sujeito pós-moderno”. Este possui uma identidade móvel, que é formada e transformada no percurso das múltiplas interações que o rodeiam. Nesse sentido, advoga o autor que assumimos diferentes identidades em variados momentos, as quais não são organizadas em torno de um “eu” coerente. De acordo com Hall, em função de uma postura pós-moderna, passamos a concepção de que uma “identidade” coerente é fantasiosa: “se sentimos que temos uma identidade unificada desde o nascimento até a morte é apenas porque construímos uma cômoda estória sobre nós mesmos ou uma confortadora ‘narrativa do eu’” (HALL, 2005, p. 13).

Em consonância com a concepção de sujeito pós-moderno especificada por Hall (2005), emerge uma terceira possibilidade de abordar a noção de gênero, que provoca uma efetiva transformação na tradicional dicotomia: a “pós-moderna” (NOGUEIRA, 2001) ou

“pós-estruturalista” (LOURO, 1995). Gênero, nesta perspectiva, é compreendido como construído em processo, inserido nos sistemas histórico, social e político, do qual não pode ser retirado e nem estudado de forma independente.

A novidade dessa concepção é a negação de qualquer essência que defina o que a pessoa é. Diferentemente da abordagem da socialização – em que se alega a existência de um “interior psicológico” que apenas recebe sua forma por meio do aprendizado social – a “pós-moderna” tem uma postura antiessencialista, uma vez que não admite algo predeterminado nas pessoas, ou seja, não reconhece a existência de uma realidade única:

A postura antiessencialista presume que as pessoas e o mundo não possuem uma natureza determinada, mas são constituídos nas práticas sociais. Dessa forma, não é possível conceber a realidade existindo independente do conhecimento que se produz sobre ela – antirrealismo –, mas como sendo configurada num emaranhado de versões construídas coletivamente, permitindo uma atitude relativista (MÉLLO, et.al., 2007, p.27).

Tal abordagem antiessencialista abre possibilidades para o surgimento de outras teorizações sobre a noção de gênero. Um exemplo disso são os chamados estudos *queer*. Essa outra forma de compreender a vida humana está articulada à produção de um grupo de intelectuais que, nos anos de 1990, questionaram, de forma radical, as categorias de gênero. Com efeito, os estudos *queer* são fruto de vertentes do pensamento ocidental contemporâneo, em especial a obra de Michel Foucault e de Jaques Derrida, os quais ao longo do século XX problematizaram noções clássicas de sujeito, identidade, entre outras.

O termo *queer* é uma forma pejorativa de denominar pessoas homossexuais nos Estados Unidos. É comumente traduzido para

o português por estranho, ridículo, excêntrico, raro ou extraordinário (LOURO, 2001)². Configura-se de forma mais ampla como um movimento político pós-identitário que critica as identidades binárias de gênero, tais como homem/mulher e homo/heterossexual, compreendidas como regimes de saber-poder que moldam e ordenam as relações sociais.

² Para se compreender o teor de insulto que possui o termo na língua original, “estudos queer” seria traduzido para português por “estudos veado” ou “estudos sapatão”.

2. Por uma Concepção Antiessencialista de Gênero

Em sua *História da sexualidade*, Michel Foucault (2003a) se opõe a qualquer possibilidade de naturalização do termo sexualidade, afirmando que os chamados desejos sexuais são constituídos no curso de práticas sociais específicas, determinadas historicamente e sem entidades biológicas pré-existentes. Os estudos foucaultianos ressaltam os aspectos que possibilitam a organização social do sexo no Ocidente, na forma como o conhecemos e, portanto, dissolve visões essencialistas que entendem a sexualidade biologicamente.

No cabe duda de que gran parte del antiesencialismo que caracteriza a las nuevas sociologías del conocimiento está inspirado en la prevención foucaultiana respecto de supuestas entidades naturales que las ciencias toman como objetos de estudio preexistentes (VITORES; DOMÈNECH, 2007, p. 3).

Scott (1995), apoiando-se em formulações de Foucault, define gênero como uma forma primária por meio da qual o poder é articulado, sendo um elemento constitutivo das relações sociais a partir de diferenças construídas entre os sexos. A autora adverte, porém, que gênero não é o único campo de viabilidade do poder, mas, sem dúvida, é “uma forma persistente e recorrente de possibilitar a significação do poder [...] nas tradições judaico-cristãs e islâmicas” (SCOTT, 1995, p. 88). Gênero tem o poder de efetuar-se em modos

de viver: “na prática o que faz com que um corpo, gestos, discursos e desejos sejam identificados e constituídos como indivíduos, é em si um dos primeiros efeitos do poder” (FOUCAULT 1979, p.183).

É importante esclarecer que, para Foucault (2003b), o poder não possui uma natureza ou essência passível de ser definida por suas características universais. Não é algo unitário e global, mas sim, apresenta-se em formas díspares, heterogêneas e em constante transformação. O poder é uma prática social e, como tal, construída historicamente, constituída por redes de dispositivos. Portanto, poder não é algo que se detém como uma coisa, mas que se exerce, que efetua, que funciona, ou seja, o poder não é um objeto, mas é uma relação (MACHADO, 2000).

A noção de poder é interessante para a nossa discussão, pois com ela podemos entender que gênero não é nem resultado de uma disposição inata nem de uma imposição da sociedade. Louro (1995) apresenta duas objeções a essa ideia de imposição social. A primeira diz respeito ao fato de que nela está implícita a concepção de que a sociedade é homogênea e constante na sua suposta totalidade, como se transmitisse um único sistema de significação às pessoas. A segunda se relaciona ao fato de que aceitar esse discurso de imposição da sociedade implica a ideia de que as pessoas aceitam passivamente tal imposição. Na concepção da autora, todo conhecimento compartilhado socialmente não é simplesmente interiorizado sem que as pessoas participem desse processo, seja aceitando, contestando, adaptando-se a ele etc. Ou seja:

a visão foucaultiana lembra que as relações de poder são sempre ‘tensas’ e que mais se assemelhariam a uma ‘batalha perpétua’ do que a ‘uma conquista’, remetendo portanto mais a processos, a práticas cotidianas do que a eventos acabados (LOURO, 1995, p. 120).

Dessa forma, o trabalho de Scott (1995), assim como o comentário de Louro (1995), mostram-nos o quanto gênero está

relacionado à noção de poder foucaultiana, na medida em que esta noção é fundamental para a organização da vida social. Nesse sentido, ser homem ou ser mulher sugere “estar no mundo de modos diferentes” (LOURO, 1995, p. 106). Assim, talvez o adequado não seja simplesmente dizer que gênero esteja relacionado à noção de poder, mas sim que gênero é fundado nesta relação: gênero deve ser concebido como uma relação de poder e não uma posição fixa atribuída às pessoas.

E ainda ressaltamos que ser mulher, do mesmo modo que ser homem, não são modos de viver universais, nem mesmo quando se toma como exemplo uma única pessoa: esta pessoa vive de modos variados o que supõe ser a sua vida. Isso também nos coloca um aspecto que devemos levar em consideração em nossas pesquisas, a saber, que não é possível analisar a vida humana sem singularizá-las: “A prática de si identifica-se e incorpora-se com a própria arte de viver [...] Arte de viver, arte de si mesmo [...] tornam-se idênticas ou pelo menos tendem a sê-lo” (FOUCAULT, 2004, p. 253). Assim, como dissemos, as vidas são singulares, sendo as nossas práticas de viver, ao mesmo tempo, a arte de viver. Uma arte que se inventa a cada momento que a produzimos.

Portanto, deveríamos deixar uma espécie de concepção jurídica do conceito de gênero, como se fosse determinado por uma ideologia (machista) que se impõem, para pensá-lo como um conjunto de técnicas que remetem a uma estética de viver. Isso tem implicações importantes em nossos estudos e pesquisas, como veremos adiante. Por hora precisamos compreender que essa nova postura pressupõe uma crítica ao essencialismo e a pressuposição de uma identidade sexual ou de gênero.

Judith Butler (2003) também faz importantes considerações acerca das noções de gênero em sua análise em torno da produção

de “identidades sexuais”. Também nos rastros de Foucault – apesar da formulação independente e distinta da apresentada por Scott (1995) – Butler assume uma postura antiessencialista, já que nega tanto o caráter natural da “identidade”, quanto o fixo e imutável. Ou seja, “identidade”, assim como a noção de gênero, é fruto de construções e, portanto, processos abertos a constantes e diversificadas transformações e redefinições.

Para a filósofa, a distinção sexo/gênero, surgida para questionar a soberania do caráter biológico na formação dos modos de ser das pessoas, não é uma simples consequência biológica (supostamente pré-determinado pela “natureza”). Sendo assim, “não há razão para supor que os gêneros também devam permanecer em número de dois” (BUTLER, 2003, p. 24).

Butler (2003) subverte o conceito de gênero no qual está alicerçada grande parte da teoria feminista, questionando, inclusive, se a noção de “mulher”, adotada por esse movimento como uma categoria pela qual se reivindicam certos direitos, não seria uma forma de regulação das próprias relações de gênero que o feminismo repudia. A noção do gênero “mulher”, mesmo utilizada no plural, “mulheres”, remete a uma unidade, como se denotasse uma “identidade” comum entre as pré-supostas “mulheres”. Diz a autora: “se alguém ‘é’ uma mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém é” (BUTLER, 2003, p. 20).

O que se coloca em pauta no percurso teórico-político de Butler (2003) é a desnaturalização da dicotomia que postula o sexo como natural e o gênero como cultural, uma vez que a autora afirma que a própria concepção de sexo é um efeito de construções culturais ao longo do tempo.

A pesquisa de Laqueur (2001) ilustra a controvérsia em torno da suposta naturalidade do sexo em oposição ao caráter cultural do gênero, pois demonstra que houve uma variação histórica na forma

de descrever o sexo no pensamento médico, filosófico e político³. Segundo o historiador, até o século XVIII o que imperava na Europa era o modelo do sexo único. Esse modelo, inspirado na filosofia de Galeno (129-200 d.C.), descrevia o corpo da mulher como idêntico ao do homem, porém invertido. De acordo com a anatomia Renascentista, a mulher possuía os mesmos órgãos sexuais que o homem, mas voltados para dentro: os ovários e a vagina das mulheres eram o negativo imperfeito do pênis e dos testículos dos homens. Neste caso, a diferença entre homens e mulheres estaria na externalização dos órgãos sexuais.

³ Mélo (2012) faz uma discussão mais detida sobre essas variações históricas, relacionando-as às concepções de corpo.

A mulher assim constituída era reconhecida como um “homem invertido” e também inferior. Era um homem imperfeito, pois lhe faltava o calor vital necessário para evolução do seu corpo à perfeição. Dessa forma, ser homem ou mulher não era uma diferença de qualidade entre seres da mesma espécie, como se entende na atualidade, mas sim, uma diferença de graus de perfeição entre tais seres. Nessa perspectiva, se o ser humano é o animal mais perfeito, o homem é mais perfeito que a mulher (LAQUEUR, 2001).

Esse modelo de sexo único iniciou com Galeno e foi aceito até o século XVIII, sobrevivendo, portanto, cerca de um milênio, resistindo a todas as transformações sociais ocorridas. Isso pode ser explicado pela coerência entre esse modelo científico do sexo e a visão de mundo predominante na Idade Média: se a medida de todas as coisas era Deus, o homem era a medida das coisas na Terra (SPINK, 2004).

No final do século XVIII, modifica-se essa maneira de descrever os sexos. A biologia surge como justificativa para as desigualdades entre mulheres e homens: a mulher deixa de ser vista como imperfeita, do ponto de vista ontológico, e aparece como diferente, do ponto de vista biológico. Assim, a partir do

século XVIII, a teoria da dimorfia sexual passa a ser hegemônica, sendo a distinção entre os dois sexos explicada por propriedades consideradas “naturais”, específicas de cada sexo.

Para Freire Costa (2001), o trabalho de Laqueur provoca uma profunda alteração na discussão sobre sexo e gênero, pois fica inviável continuar a se referir ao sexo como natural e, ao gênero, como socialmente construído. Para o autor, Laqueur mostrou que as noções de “diferença biológica de sexo” e “diferença cultural de gênero” são ideias informadas por crenças de uma determinada época: científicas, políticas, filosóficas, religiosas etc. Portanto, sexo e gênero são noções construídas e transformadas em relações de poder nos processos sociais. Um ponto importante da pesquisa de Laqueur, segundo Freire Costa (2001, p. 01) “é o de convencer de que a obsessão por ‘sexo e gênero’ é irrelevante para reconhecer diferenças entre homens e mulheres ou julgar, do ponto vista ético, os melhores e os piores”.

Parece apropriado evocar novamente Butler (2003), pois suas análises em torno da distinção entre sexo e gênero caminham no sentido de libertar a noção de sexo daquilo que ela denomina, fazendo referência ao filósofo Nietzsche, de “metafísica da substância”. Ou seja, a autora critica a forma de entender o sexo como algo substantivo, portador de características essenciais e idênticas a si. Assim, sexo e gênero não “revelam” ou “representam” uma ordem verdadeira das coisas, não devem ser remetidos, a nenhuma substância constitutiva do ser humano.

A autora parte, então, para uma concepção performática de gênero, afirmando que é a reiteração constante de atos (performativos) que levam à crença de que certos enunciados ou formas de viver são “naturais”. Nas palavras da autora,

o gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser (BUTLER, 2003, p. 59).

3. Práticas Discursivas, Performatividade e a Resistência do Movimento *Queer*

Dizer que o gênero é construído performativamente significa considerá-lo como efeitos em certas práticas discursivas. Este conceito, de acordo com Foucault (2000a), refere-se a uma forma de entender a linguagem como uma ação no mundo, como prática que, quando exercida, provoca efeitos à semelhança de qualquer outra ação. O filósofo francês adotou o termo para indicar que discursos não descrevem relações de saberes e poderes, mas são as condições de possibilidade para essas relações existirem. Nesta perspectiva, discursos não são compreendidos como redutíveis ao simples ato de falar; são entendidos como ações no mundo:

Discurso-ação são indissociáveis e formam um mesmo processo, que é a constituição de práticas que permitem a veiculação, criação e negociação de sentidos. Quando afirmo que discurso é prática, não estou me referindo à ação de falar, mas às motivações desse falar e suas conseqüências; em outras palavras, ao jogo de posicionamentos, negociações e estratégias que estão implicados em qualquer enunciado (MÉLLO, 2006, p. 66).

Práticas discursivas referem-se a processos de produção de modos de viver. Por isso, podemos utilizar gênero como práticas discursivas, pois nele nos posicionarmos nas relações cotidianas, fruto de condições sociais que possibilitaram sua emergência e funcionamento, não se referindo, portanto, a nenhuma “essência” ou “realidade” peculiar dos nossos modos de viver.

Neste caso, gênero não se constitui como a expressão de uma identidade preexistente, mas sim, como algo construído performativamente, ou seja, é construído na medida em que é vivido e praticado por cada pessoa. Com Butler (2003), podemos dizer que não há uma essência por trás das performances de

gênero que lhes sejam expressões ou externalizações, posto que as próprias performances, porque institucionalizadas, produzem o efeito de parecer algo natural: “não há identidade de gênero por trás das expressões de gênero; essa identidade é performaticamente construída pelas próprias ‘expressões’ tidas como seus resultados” (BUTLER, 2003, p. 48).

Embasando-se nessa discussão, a autora afirma que é a repetição de atos performativos de construção de “identidades” de gênero heterossexuais que leva à ideia de que é essa a sexualidade “adequada”, a partir da qual os gêneros “masculino” e “feminino” se constituem. Ainda seguindo Butler (2003), essa discussão entre sexo e gênero é um efeito da sexualidade como regime normativo. A autora sustenta que é a partir da noção de gênero que cada pessoa é chamada a identificar-se com uma determinada identidade sexual como se esta correspondesse a uma suposta interioridade que sempre esteve ali. Podemos afirmar que o conceito de identidade assume um caráter jurídico-normativo, posto que, se alguma forma de expressão de gênero não se conformar às normas impostas culturalmente, ela é analisada como uma falha no desenvolvimento seja ela biológica ou moral. E é essa forma de viver humana que merece resistência.

Um dos desdobramentos das problematizações levantadas por Butler (2003) é o fortalecimento de estudos *queer*. Essa perspectiva se posiciona contra o conceito de gênero e todas as oposições acopladas a ele, como a distinção entre homem e mulher ou entre normal e anormal, por considerar que todas as identidades sexuais são igualmente “anormais”. Não se advoga por um padrão de normalidade que, de forma neutra, dite o que é certo ou errado. Dessa forma, o movimento *queer* segue em direção oposta às classificações tais como homo, hetero, bi ou transexual, defendendo que essas categorias carregam uma

enorme variação cultural e nenhuma delas é mais fundamental ou natural que a outra. Para seus autores e adeptos, *queer* significa colocar-se contra a normalização. Afirmam-se, então, como uma corrente anti-identitária por criticar qualquer política de identidade baseada na dualidade de orientação sexual, terminando por se expandir como um movimento que vai para além dos restritos muros acadêmicos, tornando-se um movimento político mais amplo.

Vale dizer que a perspectiva de Butler (2003), assim como a da teoria *queer*, é alvo de críticas procedentes de variados campos do saber. Parte do movimento feminista, por exemplo, especialmente de base marxista, teme a perda da “agência” a partir da noção performativa de gênero, pois com ela, perde-se a concepção de sujeito como centro organizador do gênero, implicando assim um potencial enfraquecimento das reivindicações pautadas em “políticas de identidade”. Também é alvo de críticas por parte de alguns psicanalistas que consideram incoerente a associação da performatividade do gênero à noção de inconsciente (PORCHAT, 2007). Há ainda outra crítica que versa sobre a ênfase no aspecto linguístico que a noção de performatividade parece atribuir. Neste caso, Rose (2001), por exemplo, afirma que uma pessoa se torna dotada de gênero não apenas ao ser conectada a vocabulários, mas também a regimes de conduta, a artefatos, a espaços e lugares etc.

Consideramos as observações de Rose (2001) apropriadas, e por isso citamos que a postura *queer* expandiu-se como um movimento que não se atrela a uma resistência simplesmente linguística. Trata-se de uma resistência a práticas de viver que, por se normalizarem, tornam-se compulsórias, como por exemplo, a heterossexualidade. A postura transgressora não está em ser algo, mas em impedir que esse algo se torne uma prática verdadeira que revela uma essência seja de si ou do outro. Assim,

de certa forma, discordamos da postura de Butler quando se atém ao conceito de gênero como performance na medida em que se repete, tornando-se hábito.

Não se trata apenas de uma repetição, mas determinada prática adquire o poder de se tornar um discurso verdadeiro, como prática discursiva, que produz uma verdade sobre si, que deixa de ser vivida como uma estética possível para tornar-se ordenamento jurídico, (norma, verdade), das relações de si consigo mesmo, ou de si com os outros: você é assim (homem, bicha, mulher, gay etc.), ou tal comportamento é característico de tal modo de viver (um homem que rebola ao andar é gay; mulher tem de cruzar as pernas ao sentar etc.).

Porém, a despeito dessas críticas e limitações que envolvem o movimento *queer*, o interessante a ressaltar é que a radicalidade dos questionamentos relativos à discussão entre sexo e gênero culmina na crítica da própria noção de “pessoa psicológica”, da ideia de uma suposta “interioridade” dos seres humanos. Ou seja, há uma crítica à noção de identidade, principalmente àquelas postulações mais tradicionais.

Nesse sentido, alguns autores podem trazer importantes contribuições a respeito da temática do gênero ao abandonarem o uso do termo identidade, já que este pode ser historicamente associado a posturas que adotam a noção de sujeito cartesiano. Em contraposição ao termo identidade e a todas as posições

essencialistas que carrega, alguns autores utilizam noções variadas como “modos de subjetivação”, “modos de ser”, “produção de subjetividade” etc. (FOUCAULT, 1995, 2006; GUATTARI, 2000; DELEUZE, 2006; entre outros)⁴.

⁴ É importante ressaltar que em nenhum momento esses autores trabalham com a noção de gênero, mas sim com produção de subjetividade como crítica à noção de sujeito moderno.

4. Subvertendo a Noção de Gênero: os modos de subjetivação como estética fluída de viver

Foucault (1995, 2006) evidencia no decorrer da sua obra a fragilidade da concepção de sujeito, conceito tão central para a filosofia moderna. No lugar do “eu” como categoria a priori e transcendental do conhecimento, o filósofo situa o ser humano no campo das condições históricas de sua produção, da tensão estabelecida nas relações de poder que possibilita modalidades de existência, de vida.

Birman (2005), ao analisar a obra foucaultiana, assinala que a desconstrução da filosofia do sujeito sempre esteve em pauta no projeto teórico de Foucault. Não por acaso as problemáticas da loucura, da linguagem, da punição e do erotismo foram escolhidas na linha de investigação construída por Foucault: elas colocavam em questão a tradição do sujeito moderno. Em vez de aceitar que o sujeito é uma entidade que preexiste ao mundo social, Foucault dedicou-se a pesquisar como se constituiu essa noção de sujeito, assim como a maneira pela qual nós nos constituímos como sujeitos modernos. No texto intitulado “O sujeito e o poder”, Foucault assim se manifesta:

Eu gostaria de dizer, antes de mais nada, qual foi o objetivo do meu trabalho nos últimos vinte anos. Não foi analisar o fenômeno do poder nem elaborar os fundamentos de tal análise. Meu objetivo, ao contrário, foi criar uma história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornaram-se sujeitos (FOUCAULT, 1995, p. 231).

Na obra foucaultiana não há uma “natureza humana”; há crítica a todo essencialismo e aos naturalismos que povoam a concepção moderna de sujeito. Para Prado Filho (2005), Foucault provoca um deslocamento do sujeito para a própria experiência histórica, coletiva, referindo-se a toda a multiplicidade de práticas

sociais. Neste caso, o foco de análise passa do sujeito para as práticas sociais.

Com efeito, partindo da obra foucaultiana, talvez seja mais apropriado falar em modos de subjetivação como prática de constituição de si (FOUCAULT, 1995; 2006) ou “produção de subjetividade” (GUATTARI, 2000), ou mesmo em “processos de subjetivação” (DELEUZE, 2006). Enquanto o termo “sujeito” remete a algo já dado, os processos de subjetivação perguntam, antes, pelas condições de produção do ser humano. Ou seja, são algumas condições de possibilidade que permitem o surgimento de determinados modos de subjetivação (entendidos como modos de viver). Para Guattari (2000), as condições de produção da subjetividade estão ligadas a fatores heterogêneos que, de forma transversal e não hierárquica, articulam-se para criar novas formas subjetivas. Entre essas condições de produção da subjetividade, o autor destaca:

Instâncias humanas intersubjetivas manifestadas pela linguagem e instâncias sugestivas ou identificatórias concernentes à etologia, interações institucionais de diversas naturezas, dispositivos maquínicos, tais como aqueles que trabalham com o uso do computador, universos de referência incorporais, tais como aqueles relativos à música e às artes plásticas... (GUATTARI, 2000, p. 20).

Percebe-se, assim, que Guattari (2000) opera a descentralização de uma interioridade psicológica em favor de uma noção de subjetividade dotada de complexidade, uma vez que leva em consideração uma multiplicidade de elementos (linguísticos, institucionais, sociais, culturais, de mídia) possíveis de inventar diversos modos de viver. A subjetivação é vista, pois, como fruto de agenciamentos sociais múltiplos. A relação do humano com a matéria – a natureza, os objetos, as máquinas – é uma relação não de formatação, mas de acoplamento, de composição. Oliveira (2005) comenta que a partir de Guattari, o ser humano passa a ser pensado

como um espaço de montagem contínua, como um efetivo processo de subjetivação; torna-se um artefato em constante engendramento: “o ser humano é um recurvar-se que cria uma interioridade aberta” (OLIVEIRA, 2005, p. 58).

Deleuze (2006) também faz uma crítica radical à imagem convencional da subjetividade. Frente à ideia de sujeito essencializado, dotado de uma identidade unitária, com contornos estáveis, o filósofo trilha outros caminhos, articulando a subjetivação como múltipla e heterogênea. Tem-se, então, uma genealogia da subjetividade, na qual os processos de subjetivação são analisados sem demarcar os limites de um eu enclausurado, mas concebendo-o como o efeito de uma operação que sempre se produz na exterioridade desse eu.

Para Deleuze (2006), a subjetivação é um processo que se constitui a partir da dobra do que está fora. Esta figura possibilita o abandono da imagem de um círculo em que a parte interna corresponde ao “eu” e a externa, ao “mundo”, pois a parte de “dentro” é o “fora” dobrado. O conceito desenvolvido por Deleuze escapa ao dualismo de uma exterioridade absoluta e de uma interioridade unificada, negando, assim, qualquer possibilidade de uma “identidade” essencialista. Como nos diz Oliveira (2005, p.59): “A ‘interioridade’ dobrada não é um ‘sistema psicológico’, mas uma superfície descontínua, um dobramento da exterioridade”. A partir dessa perspectiva, o ser humano passa a ser compreendido como uma obra-em-andamento.

A dobra compreendida como criação de possibilidades de existência adquire uma dimensão política, pois se torna instrumento para combater um determinado tipo de individualidade “imposta”. Assentar-se na cômoda segurança de uma identidade é um obstáculo que impede a produção da novidade (DOMENÈCH; TIRADO; GÓMEZ, 2001). Assim, este conceito permite entender as vicissitudes que afetam os estudos sobre gênero, pois enfrentam contradições para fazer política com a identidade, ou seja, para

reivindicar identidades modernas de caráter essencialista e, dessa forma, acabam favorecendo novos mecanismos de exclusão. A concepção da subjetividade como dobra propõe outra forma de política:

uma política que renuncia ao esquema opressão/libertação/ identidade e que busca criar novas formas de experimentar e de sentir, afirmando a diferença, a variação, a metamorfose, como formas de resistência a duas formas atuais de sujeição: uma, que consiste em individualizar-nos de acordo com as exigências do poder; a outra, que nos vincula, nos ata a uma identidade sabida e conhecida e à qual devemos responder (DOMENÈCH; TIRADO; GÓMEZ, 2001, p. 134).

Fazendo um paralelo aos argumentos de Avelino (2011) contrários a um “ecletismo ingênuo” no campo epistemológico, argumentamos a favor de que não se trata de unicamente defender o direito (normalização jurídica) de alguém viver certa estética de existência, que revelaria o “ecletismo ingênuo”. Parafraseando Avelino (2011), qualquer coisa como um liberalismo de gênero ou a sua democratização (o direito a ser homossexual, bissexual, transexual, heterossexual, polisssexual ou homem, mulher, travesti etc.), é tão ou mais perigoso quanto a sua restrição binária (hetero X homo; homem X mulher): “o que está em jogo não é a censura ou a aceitação do discurso verdadeiro, mas o poder da verdade e de seus efeitos sobre a subjetividade” (AVELINO, 2011, p. 36). A postura de resistência que propomos se refere a negar a substância de verdade a qualquer a estética de existência. Assim, devemos ter uma pergunta guia: ao estudarmos/pesquisarmos a mulher (ou o homem, a criança, a travesti etc.), ou a nos subjetivarmos como mulher (ou como homem, criança, travesti etc.) não estamos admitindo a sua existência essencial? Não estamos admitindo que preexista um gênero/sexo?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É notória a diferença entre permanecer na discussão sobre a noção de gênero e identidade e ousar assumir a noção de modos de subjetivação e entender gênero como uma relação completamente fluída. De um lado há um discurso atrelado, em maior ou menor grau, a uma possível interioridade, essência e quase materialidade psicológica ou a uma determinada coerência entre as determinações biológicas e culturais na formação de modos de viver das pessoas (estéticas de existência). De outro, há uma negação de qualquer essência, inserindo-se, assim, em um campo onde as pessoas são construídas a partir de subjetivações ao longo das relações sociais estabelecidas. Neste caso, a noção de interioridade, de identidade ou de gênero se dispersam em estratégias de regularização de condutas, em dobras que possibilitam uma determinada maneira de se relacionar consigo mesmo.

O presente artigo se iniciou com uma frase de Scott (1995) que faz referência à noção de homem e mulher como vazias e transbordantes. Finalizamos agora com Álvaro de Campos, um dos heterônimos de Fernando Pessoa, mostrando que a vida, a existência, tende ao excesso, ao extravasamento. Não são raras as vezes que temos a impressão de que há poetas que questionam a vida de forma tão importante quanto grandes mestres acadêmicos.

*Sou um formidável dinamismo obrigado ao equilíbrio
De estar dentro do meu corpo, de não transbordar da minh'alma.*

*Ruge, estoura, vence, quebra, estrondeia, sacode,
Fremente, treme, espuma, venta, viola, explode,
Perde-te, transcende-te, circunda-te, vive-te, rompe e foge,
Sê com todo o meu corpo todo o universo e a vida,
Arde com todo o meu ser todos os lumes e luzes,
Risca com toda a minha alma todos os relâmpagos e fogos,
Sobrevive-me em minha vida em todas as direções!*

Álvaro de Campos (2005, p.398).

REFERÊNCIAS

- AVELINO, Nildo. Apresentação: Foucault e a anarqueologia dos saberes. In: FOUCAULT, M. *Do governo dos vivos: Curso no Collège de France, 1979-1980: excertos*. Organização de Nilo Avelino. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Centro de Cultura Social; Rio de Janeiro: Achiamé, 2011.
- BIRMAN, Joel. A psicanálise e a filosofia do sujeito: uma leitura do discurso teórico de Foucault. In: SOUZA, Pedro de; FALCÃO, Luís Felipe. *Michel Foucault: perspectivas*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2005.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2003.
- COSTA, Jurandir Freire. O sexo segundo Laqueur. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 25 mar. 2001. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs2503200105.htm>>. Acesso em: 20 set. 2006.
- DELEUZE, Gilles. *Conversações*. Rio de Janeiro: Editora 34, 2006.
- DOMENÈCH, Miguel; TIRADO, Francisco; GÓMEZ, Lucia. A dobra: psicologia e subjetivação. In: SILVA, Tomás Tadeu. *Nunca fomos humanos: nos rastros do sujeito*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. (Organização e Tradução Roberto Machado). Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. *Michel Foucault - uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense, 2000a.
- FOUCAULT, Michel. *A história da sexualidade 1: a vontade de saber*. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 2003a.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir* (Tradução de R. Ramalhete) (27 ed.). Petrópolis, RJ: Vozes, 2003b.

FOUCAULT, Michel. *A Hermenêutica do sujeito*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

FOUCAULT, Michel. *A história da sexualidade 2: o uso dos prazeres*. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

GUATTARI, Félix. *Caosmose: um novo paradigma estético*. São Paulo: Editora 34, 2000.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução Tomaz Tadeu da Silva; Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

LAQUEUR, Thomas W. *Inventando o sexo: corpo e gênero, dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relumê-Dumará, 2001.

LOURO, Guacira L. Gênero, história e educação: construção e desconstrução. In: *Educação e Realidade*, Porto Alegre, 20(2), p.185-206, jul./dez. 1995.

LOURO, Guacira L. Teoria Queer: uma política pós-identitária para a educação. In: *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, UFSC, v.9, n.º.2, p. 541-553. 2001.

MACHADO, Roberto. Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. (15 ed.). Rio de Janeiro: Edições Graal, 2000.

MÉLLO, Ricardo P. Corpos, heteronormatividade e performances híbridas. In: *Psicologia & Sociedade*, 24 (1), 197-207, 2012

MÉLLO, Ricardo P.; SILVA, Alyne A.; LIMA, Maria Lúcia C.; DI PAOLO, Angela F. Construcionismo, práticas discursivas e possibilidades de pesquisa em Psicologia Social. In: *Psicologia & Sociedade*, 19 (3): 26-32. 2007.

MÉLLO, Ricardo P. *A construção da noção de abuso sexual infantil*. Belém: EDUFPA, 2006.

NOGUEIRA, Conceição. Contribuições do construcionismo social: a uma nova psicologia do gênero. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v.112, p. 137-153, mar. 2001.

OLIVEIRA, Rosana Medeiros de. Tecnologia e subjetividade: a questão da agência. *Revista Psicologia & Sociedade*, Porto Alegre, v.17, n.º. 1, p. 56-59, jan-abr. 2005.

PENA, Maria Valéria Junho; CORREIA, Maria C. *A questão de gênero no Brasil*. Rio de Janeiro: CEPIA; Banco Mundial, 2003.

PESSOA, Fernando. *Obra em prosa*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Aguilar, 2005.

PORCHAT, Patrícia. Respirar, desejar, amar e viver: luta contra as normas que restringem as condições básicas da própria vida. *Revista Cult*, São Paulo, n. 118, ano 10, out. 2007.

PRADO FILHO, Kleber. Uma história crítica da subjetividade no pensamento de Michel Foucault. In: SOUZA, Pedro de; FALCÃO, Luís Felipe. *Michel Foucault: perspectivas*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2005.

ROSE, Nikolas. Inventando nossos eus. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org.). *Nunca fomos humanos: nos rastros do sujeito*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação e Realidade*, Porto Alegre: UFRGS/Faculdade de Educação, v.20, n. 2, p. 71-99, jul-dez. 1995.

SILVA, Alyne. A.; MÉLLO, Ricardo. P. Subjetivação e governamentalidade: questões para a Psicologia. In: *Fractal: Revista de Psicologia*, v. 23 – n. 2, p. 367-388, maio-ago. 2011.

SPINK, Mary Jane. *Linguagem e produção de sentidos no cotidiano*. Porto alegre, EDPUCRS, 2004.

VITORES, Anna; DOMÈNECH, Miquel (2007). Tecnología y poder. Un análisis foucaultiano de los discursos acerca de la monitorización electrónica. *Forum Qualitative Sozialforschung/Forum: Qualitative Social Research*, 8(2), Art. 2, 2007. Disponível em: < <http://www.qualitative-research.net/index.php/fqs/article/view/250/552>>. Acesso em: 28 maio. 2008.

ENTREVISTA: Breves Registros da Vida Acadêmica

Maria Angelica Motta-Maués

RE – Quando iniciou suas atividades na UFPA?

MAM – Primeiro quero agradecer muito o convite, tão especialmente feito, para esta entrevista, no número inaugural da Revista editada pelo GEPEM. E, desse modo, poder dividir com quem me ler alguns breves registros de minha vida acadêmica em nossa universidade. Iniciei minhas atividades como professora, na UFPA, em agosto de 1971, após ser aprovada para a única vaga, no primeiro concurso público para prover o cargo de “Auxiliar de Ensino” (primeiro nível da carreira docente, nas universidades federais), da disciplina Antropologia, pertencente ao então Departamento de História e Antropologia, do Centro (hoje Instituto) de Filosofia e Ciências Humanas. Sou, portanto, a primeira professora de Antropologia a entrar por concurso, na UFPA – até então os professores entravam por indicação dos catedráticos de cada disciplina, escolhidos entre aqueles que, a critério desses mesmos catedráticos, mais se distinguiam no seu desempenho acadêmico. Aquele Departamento era constituído por dois Grupos de Trabalho, o de Antropologia e o de História. Nosso grupo era dirigido, e o foi por muito tempo, se não me engano até sua aposentadoria, pelo querido e saudoso Professor Arthur Napoleão Figueiredo, que já havia criado, desde os tempos da

Maria Angelica Motta-Maués é Doutora em Sociologia (IUPERJ). Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS/UFPA). Bolsista de Produtividade do CNPq. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Eneida de Moraes sobre Mulher e Gênero (GEPEM – IFCH/UFPA).

E-mail: angelicamaues@uol.com.br

antiga Faculdade de Filosofia, o Laboratório de Antropologia, que abriga até hoje todos os professores de Antropologia, da Faculdade de Ciências Sociais, pertencentes ou não ao PPGCS – em prédio próprio que, desde sua inauguração, leva (merecidamente) o nome daquele professor, daí a sigla LAANF.

RE – Na área do ensino de Antropologia, quando e como você iniciou a desenvolver as teorias de gênero?

MAM – Comecei a trabalhar com a questão de gênero na área do ensino de Antropologia, ministrando disciplinas no mestrado em Antropologia, na verdade numa espécie de movimento de mão dupla em que meu interesse mais antigo e sempre mantido pela temática (desde os anos setenta, no meu mestrado), traduzido em trabalhos apresentados e publicados e, no acompanhamento do estado da arte dessa questão, “casava” com o interesse dos alunos (na sua maioria alunas) que eu orientava. Já que nesse momento eu não tinha um projeto de pesquisa nessa área – que é o que sempre alimenta nossas propostas de ensino na pós-graduação. A primeira disciplina dedicada a essa questão, em nosso mestrado, aliás, foi ministrada, conjuntamente, por mim, como responsável e pela professora Cristina Cancela. Depois disso, passei a oferecer sempre individualmente, todo ano, num semestre, uma disciplina voltada para essa questão. E se alguém se der ao trabalho de olhar os títulos e as ementas dessas disciplinas vai ver que eles têm traduzido o andamento do debate acadêmico dessa questão, desde a consideração particular de uma “questão da mulher” (assim, no singular), das relações de gênero, da questão de gênero, *tout cour*, até a discussão das masculinidades, das sexualidades e da produção das diferentes identidades de gênero. Só para dar uma ideia do andamento da discussão dessa temática, que procurava abordar nas minhas disciplinas para o mestrado e depois, conjuntamente, para o doutorado, a discussão sobre a construção das masculinidades foi um tema que – embora da maior relevância e, de certo modo, fundamental para entendermos e

interpretarmos a produção das diferenciações e das hierarquias de gênero – costumamos a incorporar em nossas discussões e estudos. E isso, considerando que, ao mesmo tempo em que se construía um debate sobre “a mulher”, uma alentada produção acadêmica – só na área da Psicologia Social encontrei mais de quatrocentos artigos e um debate adiantado em antropologia nos EUA e na Austrália, por exemplo – já se fazia presente, sem que considerássemos, sequer em referências, sua existência. Mas, como caminhamos muito, como disse antes, ao sabor dos projetos que inventamos para pesquisar nossos caros temas, desde meados dos dois mil venho estudando, mais especificamente, a questão das configurações de família, da infância e da circulação de crianças na Amazônia, vindo-me hoje trabalhando gênero na interface com essas temáticas. O que não significa uma atenção “menor” à questão. E, neste sentido, para não parecer isso apenas retórica, devo dizer (embora não precisasse, a rigor, fazê-lo) que a vida social é *gendered*, o que já diz da dimensão e, portanto, da exigência antropológica, sociológica da consideração e da interpretação da questão.

RE – Quais as principais linhas desse estudo que você desenvolveu até hoje?

MAM – Mais, talvez, que desenvolver linhas, o que tenho feito em boa parte de meus estudos é trabalhar com temas ligado às questões de gênero que, quando comecei a fazê-lo, não tinham, digamos assim, esse rótulo. Assim, como ocorre na vida acadêmica, isso se deu no mestrado com a escolha de um tema e um objeto de estudo para realizar um trabalho de campo e elaborar minha dissertação. Tudo começou com uma pequena pesquisa, proposta como trabalho de final de curso de Metodologia, feita entre mulheres migrantes do sertão baiano que viviam em Brasília (onde eu fazia o mestrado na UnB, juntamente com meu colega e marido Heraldo Maués), numa “invasão” nos terrenos do Clube do Congresso, à beira do lago Paranoá. A pesquisa e o trabalho que escrevi (no ano de 1975)

tiveram como tema as percepções, proibições e práticas relativas ao ciclo biológico feminino, com ênfase na menstruação, gravidez, parto e puerpério. Os resultados dessa breve incursão antropológica ao campo foram tão ricos em dados que este pequeno trabalho foi o embrião de meu projeto de dissertação. Nela (defendida em 1977) eu estudei o *status* das mulheres, em contraposição ao dos homens, em uma pequena localidade do município de Vigia, Itapuá, tomando como base as etapas do ciclo biológico das mulheres e o simbolismo e a intensa ritualização de que eram objeto. Dado esse que servia de marcador social privilegiado para estabelecer a diferença crucial hierarquizada entre mulheres e homens, naquele universo. Estávamos, porém, entre o início e os meados dos anos setenta, quando o debate sobre a chamada “questão da mulher” pouco chegara aos arraiais da antropologia no Brasil, no que se refere ao estudo acadêmico da questão – apesar da participação militante de várias de nossas (mais tarde) importantes antropólogas.

Neste sentido, passei meu curso sem ouvir falar nessa questão e acabei, como disse uma vez em um seminário do GEPEN, “fazendo gênero”, quando não se falava ainda nesta questão, uma vez que o que fiz na dissertação, para ver a posição de mulheres e homens, foi, na verdade, perceber e interpretar as injunções de gênero, que informavam aqueles status. Tratando de simbolismos, de rituais, considerando ideias e práticas em torno do ciclo biológico das mulheres, trabalhei com autores que propunham teorias do simbolismo e do ritual, como Arnold Van-Gennep, Mary Douglas, Edmond Leach e Victor Turner, sem poder esquecer Claude Lévi-Strauss, que esteve sempre a inspirar minhas análises do material, mesmo num diálogo com seus críticos do estruturalismo inglês. Quando a questão foi posta na mesa por minha disciplina, no início dos anos oitenta, entrava eu no doutorado, mas agora para estudar a questão racial no Brasil, através de extensa pesquisa documental e de campo, sobre a produção intelectual das elites negras (e brancas) sobre essa questão, cobrindo um período que vai dos meados dos anos dez ao final dos anos oitenta do século XX.

Passei mais de dez anos sem me dedicar, mais diretamente, ao estudo da questão e sem quase falar sobre gênero (aqui, ali, falava, sim, e escrevia sobre meu rico material de Itapuá, até hoje não totalmente explorado – fiz isso, ainda, em 1993, 1998 e 2000, por exemplo aqui e fora do Brasil). Eis, então que no projeto que desenvolvia depois do doutorado e que tratava de estudar relações raciais e percepções sobre os negros em Belém, entre o final do XIX e início do XX (explorando dois tipos de fonte: documentais e histórias de vida de pessoas velhas, com mais de setenta anos) começaram a surgir muitos e muito interessantes dados sobre uma figura feminina, a “mulata paraense” (na verdade a representante, nesse momento, da figura tão presente entre nós da mulher pobre, provedora de tantos lares – embora goste de ressaltar sempre que esse papel se estende, ou pode estender-se às mulheres das camadas médias) e sobre variadas configurações de família, as quais, se organizaram sua existência naquele período de tempo coberto pelo projeto, não deixam, o que era mais relevante ainda, de estar presentes entre nós, nos dias de hoje. Assim, quase que instada a fazê-lo, e já totalmente “encantada” com meus, cada vez mais, interessantes achados de campo (no sentido mais correto do termo), escrevi, primeiro um artigo, logo publicado (Motta-Maués, 2004) e, em seguida, um projeto, no âmbito de minha bolsa de produtividade do CNPq, que estou desenvolvendo ainda, e que chamei, com inspiração *freyreana*, “Modos e Modas de Família: ‘circulação de crianças’, configurações de família e adoção na Amazônia”. Nele, lido com essas questões, privilegiadamente, entre camadas médias e altas de Belém (embora sem desconsiderar, inclusive como contraponto, as camadas chamadas populares) e cruzo fontes de minha observação direta, permanente, muitas vezes participante, com outras, fruto de relatos pessoais atuais, de adultos e crianças, das memórias de família, das situações encontradas na literatura clássica e contemporânea nacional (especialmente amazônica) e internacional, incluindo também nessas fontes de dados, com a devida legitimidade antropológica, minha própria memória, na

medida em que, considerando, inclusive, minha idade, tenho chance de recuperar, como faço no projeto, histórias familiares de mais de sessenta anos. O que me dá a especial possibilidade de descobrir e identificar um variado painel da vida social ao meu, ao nosso redor, entre nós mesmos (dessas camadas médias ainda tão pouco contempladas, comparativamente em relação aos grupos populares, nos estudos de minha disciplina), tendo a chance de acompanhar essa vida social, mais distante no tempo e nas situações atuais, nas diferentes traduções que as fontes permitem. O que significa poder ver também as injunções do gênero, como gosto de chamar, estabelecendo diferenças, construindo hierarquias, forjando desigualdades, mas, ao mesmo tempo, esperançosamente, unindo pessoas, não importa que “pares” formem, na busca presumida da felicidade que a união desejada dessa díade garantiria.

RE – Principais correntes que você tem estudado nessa teoria?

MAM – Não sei se tenho como responder a essa pergunta; não segui, propriamente, “correntes”, pelo menos nunca considerei que assim o fizesse – mesmo sabendo das leituras que se faz dos autores, de conjuntos de autores, neste sentido. Apenas utilizei certos estudiosos de minha disciplina que propunham idéias e exploravam situações sociais, universos diferenciados que iluminavam, como costumamos dizer, e me ajudavam, por minha vez, a entender e interpretar (já que não buscamos explicações) meu material de campo.

RE – Você considera importante esse conceito nos estudos atuais sobre diversidade social e a conexão com as demais áreas das ciências de um modo geral?

MAM – Conforme afirmei, há pouco, a vida social é informada pelo gênero, ou talvez, melhor dizendo, pela ideia e a consideração que fazemos desse conceito, mais do que isso, dessa forma de pensar e localizar o mundo e as pessoas nele. Desse modo, tal como ocorre com a “raça” em certos contextos históricos (sociedades de passado

escravista, por exemplo), ou mesmo, mais do que isso – pois, da ideia de gênero, nenhuma sociedade etnologicamente conhecida pode se considerar eximida –, a percepção das diferenciações e hierarquias de gênero marca, para o bem e para o mal, as relações sociais em qualquer sociedade, de qualquer canto da terra. Preciso falar mais para dizer da importância crucial desse conceito? E junto, ou mais que isso, dessa questão e seu estudo?

RE – Quais os autores que você costuma utilizar nesses estudos?

MAM – Quero citar primeiro aqueles que me acompanham ou, pelo menos, me inspiram sempre em meus estudos e interpretação do material identificado neles. Refiro, assim, Claude Lévi-Strauss, Simone de Beauvoir (que, aliás, escreveram suas primeiras obras referenciais – “As Estruturas Elementares do Parentesco” e “O Segundo Sexo”, respectivamente, no mesmo momento), Bronislaw Malinowski, Margaret Mead, Arnold Van-Gennep, Erving Goffman, Mary Douglas e, mais contemporaneamente, gosto de me valer das ideias e propostas de interpretação sobre a questão de gênero e dos temas de meu interesse mais atual de autores como Anthony Giddens, Peter Gay (de quem aprecio e compartilho o gosto do uso de certos tipos de fontes), Peter Brown e, mais, Marilyn Strathern, Judith Butler, François de Singly, Brigitte Lhomond, além dos portugueses Anália Torres e Miguel do Vale Almeida. Entre os brasileiros ou que trabalham no Brasil, quero referir Gilberto Freyre, Thales de Azevedo, Roberto Cardoso de Oliveira, Roberto DaMatta, Suely Kofes, Myriam Lins de Barros, Maria Luiza Heilborn, Marlise Matos, Michel Bozon, Jeni Vaitsman. Não queria terminar essas minhas referências e preferências, sem incluir os romances e outras obras literárias. E o faço com a maior ênfase e (praticamente) o mesmo estatuto dos estudos acadêmicos, considerando sua importância para minhas análises e, até mesmo, seu valor como “substitutos” – conforme já afirmei

em um artigo (Motta-Maués, 2012) – das etnografias quando não as tenho. Entre a “recherche” de Proust, a que recorro sempre e tanto e meus outros clássicos preferidos, as Brontë, Austen, Woolf, Elizabeth Barret-Browning, Flaubert, Machado ..., recorro, com prazer, aos muitos autores atuais do mundo todo, com um lugar especial para Saramago, ou da literatura nacional – incluindo neste rótulo os autores locais, mais antigos ou atuais –, com recorrência especial a Dalcídio Jurandir, Lindanor Celina, Inglês de Souza, Milton Hatoum, Sultana Levy Rosenblat, Marques de Carvalho. Com eles viajo no tempo e no espaço dialogando com situações e personagens que me ajudam a compreender e interpretar aqueles outros da vida social que estudo para produzir, por minha vez, de certa forma, outras ficções.

Normas de publicação

A Revista *Gênero na Amazônia* (www.generonaamazonia.ufpa.br) é uma publicação semestral (junho e dezembro) do GEPEM/UFPA. Com o objetivo de fomentar o debate sobre mulher e relações de gênero em diferentes manifestações e enfoques teórico-metodológicos, numa perspectiva inter e multidisciplinar, a revista recebe trabalhos inéditos sob a forma de artigos e/ou resenhas bibliográficas, assim também traduções, entrevistas, dossiês temáticos e outras manifestações intelectuais de autores/as brasileiros/as ou estrangeiros/as.

Neste sentido:

- 1 - Os textos devem ser enviados para efsantos47@gmail.com no formato de arquivo doc. sem exceder a 1MB, incluindo as imagens; ou em CD-ROM e postado no Correio para a Editora GEPEM - Cidade Universitária José da Silveira Neto (UFPA/IFCH - Altos) - Av. Augusto Corrêa, s/n- Guamá, 66075-110- Belém/PA.
- 2 - Os textos serão submetidos à avaliação do Conselho Científico, mantido o sigilo mútuo. Eventuais sugestões de modificação de estrutura ou conteúdo serão comunicadas ao/à(s) autor/a (es/s), com prazo para reapresentação.
- 3 - O/a(s) autor/a (es/s) e coautores/as (se for o caso) de texto selecionado assinarão termo de cessão de direitos autorais, permitindo a publicação.
- 4 - No caso de artigos que mencionem o nome social de pessoas e/ou depoimentos *ipsis litteris*, deve ser enviada uma declaração assinada pela pessoa citada no texto, autorizando a menção a quaisquer das exposições públicas referidas. As imagens originais só serão publicadas com autorização da fonte (autor/a) e das pessoas que eventualmente possam ser identificadas nas fotos.
- 5 - o texto deve ser redigido em português ou em língua estrangeira (espanhol, francês, inglês) e formatado de acordo com as seguintes orientações, no caso de artigos e resenhas:
 - 5.1 - Artigos:
 - a) oito a vinte páginas (incluindo anexos) no tamanho A4; texto justificado, margens 2,5cm e parágrafos a 1cm da margem; entrelinhamento 1,5; resumo

- e abstract (em torno de 600 caracteres com espaço) contendo três a cinco palavras-chave(substantivos); nome(s) do/a(s) autor(es)/a(s) e dados curriculares resumidos, incluindo e-mail que possa ser divulgado;
- b) fonte Garamond: 12 (texto, título de seções e de tabelas); 11(citações com mais de 3 linhas) e 10(legendas e notas);
- c) citações e figuras (máximo de 10) de acordo com as normas ABNT específicas;
- d) referências: ao longo do texto, usar remissão ou sistema autor/data; ao final do artigo, listar segundo a ABNT (NBR 6023);
- e) notas bibliográficas e/ou explicativas, em rodapé;
- f) usar letras maiúsculas para indicação de anexos(Ex: Anexo A; Anexo B etc.).

5.2 - Resenhas Bibliográficas:

- I) tratar de livro publicado nos últimos dois anos (considerar edição da revista);
- II) não exceder a cinco páginas tamanho A4;
- III) digitalizado em fonte Garamond 12 (texto e seções); justificado com margens de 2,5cm e parágrafos a cm da margem; entrelinhamento 1,5;
- IV) conter os seguintes tópicos, respectivamente:
- a) referências editoriais do livro, segundo a ABNT;
- b) nome do/a resenhador/a e dados curriculares resumidos, incluindo e-mail que possa ser divulgado;
- c) resumo informativo= descrição/enumeração sucinta da estrutura da obra: divisão e assunto dos capítulos;
- d) resumo do conteúdo da obra= assunto tratado, abordagens essenciais e ponto de vista do/a autor/a do livro (perspectiva teórica, método, linguagem etc.);
- e) comentários avaliativos = apreciações/percepções do/a resenhador/a sobre o enfoque, a qualidade do conteúdo, o modo como o texto está formulado/elaborado/ constituído (recomenda-se evitar, ao longo do texto, inserções de trechos (citações diretas) da obra resenhada.

OBS: é recomendável que os itens **c, d, e** sejam apresentados em seção com título específico.